

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**TESE DE DOUTORADO**

**EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE COLETIVA E A LUTA**  
**DO MST: reconstruindo relações a partir das**  
**violências**

**EDGARD MATIELLO JÚNIOR**

**CAMPINAS**

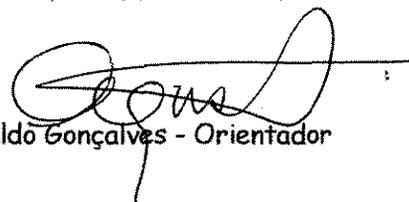
**2002**

**UNICAMP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE COLETIVA E A LUTA  
DO MST: reconstruindo relações a partir das  
violências

Este exemplar corresponde à redação final  
da tese de doutorado defendida por Edgard  
Matiello Júnior e aprovada pela comissão  
julgadora em 27 de fevereiro de 2002.



Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves - Orientador

CAMPINAS

2002

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

062-26-290

UNIDADE 3e  
Nº CHAMADA T/UNICAMP  
M427e  
V EX  
TOMBO BCI 49545  
PROC 16-837/02  
C DX  
PREÇO R\$11,00  
DATA 13/06/02  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM00169115-3

BIB ID 243563

### FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Matiello Júnior, Edgard

M427e Educação Física, Saúde Coletiva e a luta do MST: reconstruindo relações a partir das violências / Edgard Matiello Júnior. – Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Aguinaldo Gonçalves

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Educação Física. 2. Saúde. 3. Trabalhadores rurais-Saúde e higiene. I. Gonçalves, Aguinaldo. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

## **Membros constituintes da Comissão Julgadora**

**Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves**  
Faculdade de Educação Física/Unicamp

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sarah Escorel**  
ENSP/Fiocruz

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Suely F. Deslandes**  
IFF/Departamento de Ensino/Fiocruz

**Prof. Dr. Giovani De Lorenzi Pires**  
Centro de Desportos/UFSC

**Prof. Dr. Lino Castellani Filho**  
Faculdade de Educação Física/Unicamp

*É melhor ser a cauda de um leão do que a cabeça de uma raposa.*

---

*Bourdokan, G. Vozes do Deserto 1: Salomão e a dodivanas. Caros Amigos, 2001, p.44.*

# Agradecimentos

---

Aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e instituições e pessoas que o apoiam e mantivemos contato, com os quais pude aprender o sentido da expressão *companheiro*; aos alunos, professores e direção da Escola Estadual Agrícola 25 de maio, Fraiburgo, SC, pela demonstração de ser possível - como diria Eduardo Galeano - fazer do amanhã não apenas um outro nome para hoje;

Aos integrantes do Grupo Saúde Coletiva/Epidemiologia e Atividade Física, FEF/Unicamp, pelo carinho e companheirismo com que enfrentamos nossas dúvidas e comemoramos nossas vitórias; por dez anos de convívio fraterno e tolerante;

Destacadamente, ao Prof. Dr. Aguinaldo Gonçalves, coordenador do Grupo e orientador desta tese, por me acolher desde quando era ainda iniciante e pouco conhecedor de minhas possibilidades acadêmicas; agradeço sobretudo pela orientação dedicada e amiga, que muito me acrescentam para o trabalho e minha vida;

Aos companheiros do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, DEF/CDS/UFSC, pela colaboração profissional a este e a outros trabalhos e recepção amiga às minhas participações em nosso projeto coletivo de Universidade;

Aos demais colegas docentes e técnicos-administrativos do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio ao distanciamento temporário de minhas atividades profissionais e seu desdobramento para suprir minha ausência por três anos;

Aos amigos da pós Cheng Chao, Giovani Pires, Giuliano Pimentel, Fernando Mascarenhas, Roberto Liao, Sandoval Villaverde, Silvia Franco e Simone Rechia, que com amizade tornamos mais intenso o debate acadêmico, doce a vida, suportável as saudades e muito sentidas as despedidas;

Aos professores - novos amigos que encontrei em Floripa: Iara Damiani, pelo estímulo inicial para realização do estudo em Santa Catarina; Maristela Souza, pelas discussões que me instigaram à reflexão; José Luís Falcão e Cristiane Ker, pelo companheirismo no andamento de nossos projetos acadêmicos e de nossas vidas;

Aos alunos e profissionais colaboradores do Estágio Especial de Prática de Ensino da UFSC, com os quais aprendi a perceber e tratar meus limites, experimentando com eles a aventura de pensar as relações da universidade pública com a sociedade; aos incansáveis coordenadores do Estágio Especial, professores e companheiros Paulo Capela e Izabel Serrão, fundamentais para meus *movimentos* junto ao MST;

Aos amigos da Coordenadoria de Pós-Graduação, FEF/Unicamp, e aos muitos professores do Curso que me honraram com seus ensinamentos; demais servidores públicos da FEF/Unicamp, pela presteza e carinho com que me acolheram em mais de uma década de convívio, pessoas as quais me orgulho de ter compartilhado o mesmo espaço universitário;

Aos membros titulares e suplentes das bancas de qualificação e defesa desta tese, por apoiarem nosso trabalho e iluminarem os próximos caminhos: Suely Deslandes, Lino Castellani, Giovanni Pires, Sarah Escorel, Sandro Tonso, Romeu Gomes e Maria da Consolação. Ao Professor Jaime Breilh, que indiretamente participou deste trabalho através de sua atenção às minhas inquietações políticas e acadêmicas;

Aos meus familiares, que apesar da distância, permanecem tão próximos, sempre me apoiando, sobretudo nas pessoas de meus tios Nivaldo e Geni e a prima Rosana;

Aos cuidados prestados por Cláudio Werlang e Silvana à minha saúde, pessoas que superaram as fronteiras profissionais para oferecer amparo que permitisse reações rumo à descoberta de outras potencialidades;

Ao Programa Capes-PICD, pela concessão de bolsa de estudos por três anos.

# Dedicatórias

*Não creio que sejamos parentes muito próximos, mas se você é capaz de tremer de indignação cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros, o que é mais importante. Che Guevara*

Aos meus queridos *Nono e Nona (in memoriam)*, por nosso amor...

Aos que fizeram e continuam a fazer a história do Grupo Saúde Coletiva/Epidemiologia e Atividade Física, FEF/Unicamp, porque este trabalho é também decorrência de nosso envolvimento coletivo;

Aos companheiros Paulo Capela e Giovani Pires, porque para além da parceria e cumplicidade nos sucessos e fracassos de nossas investidas, vêm me dedicando amizade que me honra e emociona;

À companheira Marília, que apesar das saudades angustiantes, me aguarda com alegria. À você, este trabalho e esta música... *Quando fevereiro chegar, saudade já não mata a gente, a chama continua...no ar, o fogo vai virar semente, a gente ri, a gente chora...*

## RESUMO

No contexto do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a luta pela conquista da terra e por outros valores culturais, sociais e políticos, o tem colocado em relações com diferentes expressões de violências. Por sua vez, na Saúde Coletiva as violências têm se apresentado como objeto de estudo na medida em que representam ameaça à vida e provocam morte como realidade ou possibilidade próxima. Alheias a esses fatos, as hegemonias da Educação Física (EF) relacionadas a saúde não costumam incluí-las em suas elaborações. Portanto, com vistas a melhor compreender esse fenômeno no MST e gerar possibilidades de aproximação entre EF e Saúde Coletiva para sua superação, pode-se empreender observação participante a partir do envolvimento com trabalhos do Estágio Especial de Prática de Ensino desenvolvidos pelos cursos de EF e Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo observadas quatro circunstâncias (campos de pesquisa) e utilizados diferentes recursos para geração de dados. Tendo se expressado o conceito-chave *luta* como central nas relações entre MST e violências, os resultados apontam para os seguintes elementos: i) há diferentes formas de expressões de violências vivenciadas pelo MST em suas relações com a sociedade e nas contradições internas; ii) o Movimento as percebe e as enfrenta através principalmente de seu projeto político-pedagógico de formação de militantes; iii) as bases teórico-metodológicas da EF relacionada a saúde hegemônicas são insuficientes para subsidiar abordagens críticas que permitam avanços sobre as violências; iv) a EF, em suas vertentes críticas, reúne subsídios teóricos e experiências práticas consolidadas para o tratamento das violências, muitas inseridas na proposta desenvolvida pelo Estágio Especial da UFSC e v) há convergências que permitem aproximação entre EF e Saúde Coletiva para atuar sobre as violências, inclusive no projeto social do MST realizado em Fraiburgo, SC. Quanto a este último aspecto, como conclusões, são apresentados princípios que podem orientar avanços para esta aproximação, que passam por incorporar temas e abordagens pela EF que articulem o biológico com o social; superem a noção tradicional do enfoque de risco (pelo entendimento de processo e dinamismo da realidade); e pela dedicação ao esclarecimento para autonomia perante a clareza de projeto de sociedade que se visa construir.

Physical Education, Collective Health and the struggle of MST: reconstructing relations through violence

ABSTRACT

Within the context of MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Landless Workers' Movement), the struggle to gain land and other cultural values has involved the movement in many different manifestations of violence. In terms of Collective Health, violence has been presented as an object of study, inasmuch as it represents a threat to life and may result in death as a reality or possibility. In spite of those facts, the established approaches of Physical Education (PE) in regard to health have not usually included such matters as objects of study. Therefore, in order to better understand the MST phenomenon and create possibilities of bringing PE and Collective Health closer together so as to overcome this problem, participatory observation has been undertaken through involvement in the Special Training Period of Teaching Practice in PE and Education programs at the Universidade Federal de Santa Catarina, where four circumstances (fields of research) were observed and various resources were utilized for generating data. Having expressed the key concept struggle as central in the relation between MST and violence, the results point to the following elements: i) there are different way of expressing the violence experienced by MST in their relations with society and in their internal contradictions; ii) the Movement perceives and confronts these different forms of violence mainly through its political-educational project in the formation of militants; iii) the present prevailing theoretical-methodological bases of physical education in relation to health are inadequate for subsidizing critical approaches that make it possible to better understand and deal with this violence; iv) PE, in its critical branches, brings together theoretical support and practical experiences that are consolidated so as to deal with violence, and many of them are included in the proposal developed by the Special Training at UFSC, and v) there are areas of convergence that allow for a closer association between PE and Collective Health, so as to deal with the question of violence, including those in the MST social project carried out in Fraiburgo, SC. In regard to this last aspect, principles are presented, as conclusions, to orient the advances towards this drawing together of the two areas, which incorporate themes and approaches for PE, articulating the biological and social aspects; these principles go beyond the traditional concept that focuses on risk, through an understanding of the process and the dynamic aspect of reality, as well as clarify current reality in order to achieve autonomy, coupled with a clear vision of the society which they seek to build.

## SUMÁRIO

Lista de quadros.....	xxiii
<i>Introdução e objetivos.....</i>	<i>1</i>
<i>1 Violências como problema da Saúde Coletiva.....</i>	<i>6</i>
<i>2 Violências no contexto do MST.....</i>	<i>20</i>
<i>2.1 Exórdio.....</i>	<i>21</i>
<i>2.2 O MST por ele mesmo.....</i>	<i>25</i>
<i>2.3 Enterrando os Sem Terra.....</i>	<i>27</i>
<i>3 A Saúde enfrentando as violências e limites da Educação Física.....</i>	<i>42</i>
<i>3.1 A saúde enfrentando as violências.....</i>	<i>43</i>
<i>3.2 Sobre os limites do paradigma dos fatores de risco.....</i>	<i>46</i>
<i>3.3 A relação Educação Física - saúde nos paradigmas hegemônicos.....</i>	<i>54</i>
<i>4 Metodologia.....</i>	<i>71</i>
<i>4.1 Caracterização da opção metodológica.....</i>	<i>72</i>
<i>4.2 Entrada em campo.....</i>	<i>74</i>
<i>4.3 Delineamento observacional e campos de pesquisa.....</i>	<i>76</i>
<i>4.3.1 Ocupação de fazenda.....</i>	<i>77</i>
<i>4.3.2 Evento da Região Administrativa de Santa Catarina - discussão sobre gênero.....</i>	<i>78</i>
<i>4.3.3 Curso de formação de jovens lideranças.....</i>	<i>78</i>
<i>4.3.4 Campo de pesquisa relacionado ao Estágio Especial.....</i>	<i>79</i>
<i>4.4 Plano analítico.....</i>	<i>80</i>

5	<i>Resultados.....</i>	83
5.1	<i>A luta como reação às violências.....</i>	84
5.2	<i>Violências na luta contra o latifúndio.....</i>	88
5.3	<i>A luta nas contradições de gênero.....</i>	94
5.4	<i>Violências na luta pelo conhecimento: o Curso Realidade Brasileira.....</i>	96
5.5	<i>A luta por educação nos assentamentos de Fraiburgo.....</i>	102
5.5.1	<i>A luta política por educação no MST.....</i>	103
5.5.2	<i>Reforma agrária: uma luta do Estágio Especial.....</i>	109
6	<i>Discussão e conclusões.....</i>	120
6.1	<i>Suturando os cortes das lutas.....</i>	121
6.2	<i>Concepções pedagógicas críticas na Educação Física: indicativos para tratar violências? .....</i>	129
6.3	<i>Educação Física, Saúde Coletiva e a luta do MST.....</i>	139
	<i>Referências bibliográficas.....</i>	146
	<i>Anexos .....</i>	I
	<i>Anexo 1 - Trabalho publicado na Revista Adunicamp relativo ao curso Realidade Brasileira realizado na Unicamp (1999).....</i>	III
	<i>Anexo 2 - Matéria publicada pelo Jornal de Santa Catarina (9/6/98) sobre ocupação realizada nas proximidades de Joinville, SC.....</i>	XVII
	<i>Anexo 3 - Editorial do Jornal Folha de São Paulo a respeito do curso Realidade Brasileira desenvolvido pelo MST em parceria com a Unicamp.....</i>	XIX
	<i>Anexo 4 - Carta publicada na coluna Painel do Leitor de autoria do Reitor da Unicamp, sobre matérias da Folha de São Paulo a respeito do curso Realidade Brasileira.....</i>	XXI

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Recortes de frases sobre Violência e reforma agrária selecionadas no banco de dados Universo On-Line, ano 1996 .....	36
Quadro 2 -	Fragmentos de entrevistas e documentos relacionados ao <i>massacre de Eldorado dos Carajás</i> .....	38
Quadro 3 -	Pressupostos assumidos no enfoque de risco e respectivas críticas.....	53

# INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

---

*Caim poderia ter resolvido sua desavença com Abel numa partida de futebol.  
Seria mais sadio. E ele talvez até ganhasse o jogo.*

Scliar (1999:184)

A relação entre Educação Física (EF) e saúde tem sido construída tradicionalmente pela mediação da aptidão física. Nessa direção, baseando-se nos enfoques hegemônicos da área, melhores níveis de aptidão física são imediatamente compreendidos como melhor saúde. Em que pesem restrições próprias a esse tipo de raciocínio, podem-se considerar as contribuições advindas da área de EF em nosso meio em relação a condições crônico-degenerativas (Gonçalves *et al.*, 1997). Contudo, no Brasil, o quadro de morbi-mortalidade transcende a esses tipos de agravos, envolvendo destacadamente os relacionados às causas externas<sup>1</sup> - violências!

Na atualidade, compreender e prevenir as violências vão se tornando, em termos mundiais, os grandes desafios do início de século. No dizer de Costa (1999), a violência é problema prioritário de saúde devido a sua magnitude e transcendência endêmica e epidêmica, geradoras de clima de medo e insegurança, e também pelos altos custos que representa.

No campo de conhecimento da saúde, as causas externas têm recebido tratamento que não dá conta de abranger a respectiva complexidade. A própria maneira de caracterizá-las na Classificação Internacional das Doenças é pouco esclarecedora; afinal, externas a que são essas causas?

Por parte da EF, as violências têm sido consideradas, destacadamente, a partir do contexto esportivo. Nessa direção, são desenvolvidos estudos sobre: a agressividade de jogadores ser inata, própria da espécie humana, ou adquirida na cultura esportiva; possibilidades de certas modalidades (coletivas; de contato) serem mais predisponentes às violências entre atletas adversários, bem como atraírem torcedores mais violentos; alterações de regras para redução de ocorrência e

---

<sup>1</sup> Na décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (OMS, 1996) o conceito mortalidade por causas externas engloba homicídios, suicídios e acidentes fatais e o de morbidade recobre as lesões, envenenamentos, ferimentos, fraturas, queimaduras e intoxicações por agressões interpessoais, coletivas, omissões e acidentes.

gravidade das agressões e lesões no/do esporte; a responsabilidade social de dirigentes e mídias sobre a dinâmica dos jogos (Carvalho, 1985).

Partindo do interesse de investigar as violências perspectivadas pela Saúde Coletiva e a Educação Física na realidade social do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), buscamos elementos teórico-metodológicos nesses dois campos do conhecimento (EF e Saúde Coletiva) que permitam superar o tradicional tratamento (e não tratamento) dado à essa questão. Partimos de dois pressupostos: i) as violências em suas formas concretas e abstratas afetam a saúde porque representam risco maior para a realização do processo vital humano: ameaçam a vida, produzem enfermidade e provocam morte como realidade ou possibilidade próxima (Minayo e Souza, 2000) e ii) o contrário da violência não é a não-violência, mas a cidadania, sendo possível buscá-la pelo auxílio de processos educativos formais (Minayo, 1999).

Para definição do objeto de pesquisa, nossa aproximação com o MST se deu através do acompanhamento do Estágio Especial de Prática de Ensino (disciplina Prática de Ensino) realizado pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) em assentamentos da reforma agrária situados no município de Fraiburgo, SC, distante aproximadamente quatrocentos quilômetros da capital do Estado; perante o volume de oportunidades de observação, tanto sobre o MST quanto do Estágio, e nossa forma de inserção junto aos trabalhos ali desenvolvidos durante quatro anos, adotamos a observação participante como técnica de pesquisa.

Consideramos as seguintes hipóteses: i) há diferentes formas de violências atuando contra os interesses do MST, sendo percebidas e enfrentadas através de seu projeto de formação de militantes; ii) as bases teórico-metodológicas das hegemonias na Educação Física relacionada a saúde são insuficientes para subsidiar abordagens críticas sobre esse tema e iii) a realização do Estágio traz elementos que permitem

evidenciar alguns dos problemas relacionados às violências, mesmo não sendo explicitados esses interesses.

Assim, esta investigação tem os seguintes **objetivos**: i) identificar as diferentes formas de violências expressadas a partir da realidade social do MST em Fraiburgo, SC e ii) reconstruir elementos para entendimento de relações entre Educação Física, Saúde Coletiva e violências no contexto do MST.

A redação do trabalho tem o seguinte ordenamento: no primeiro capítulo (Violências como problema da Saúde Coletiva), as violências - fenômeno plural, complexo e contraditório - são apresentadas como objeto da Saúde Coletiva, apontando-se para a necessidade de serem superadas as visões tradicionais, de enfoque positivista. Nessa direção, são recuperadas concepções e dados epidemiológicos de ocorrência, ampliando-se a questão a partir da apresentação das violências enquanto expressão simbólica, sendo o capítulo concluído com respectivas teorias explicativas.

O capítulo 2 (Violências no contexto do MST) inicia com a desproporção entre o grande crescimento e pouco desenvolvimento rural brasileiro. Situando o problema na questão agrária, envolta com os problemas do capitalismo no campo, também se faz retrato da saída dos camponeses para as cidades e os conflitos violentos inerentes às disputas pela posse da terra. Apresentam-se dados históricos da luta por reforma agrária na América Latina, centrando-se atenção no Brasil. Trata do surgimento do MST e sua organicidade, bem como seus objetivos. Caracteriza seus integrantes e anuncia serem as ocupações ato político e pedagógico de formação de seus militantes. São apontadas também as percepções do MST quanto às violências que se envolve, com destaque para as provenientes das ações do Estado; listam-se algumas de suas contradições internas: relacionadas ao gênero feminino e aos desvios ideológicos de militantes.

No capítulo 3 (A Saúde enfrentando as violências e limites da Educação Física), parte-se do pressuposto de que a saúde tem recursos para prevenção das violências, devendo investir em conceitos como desigualdade e justiça, mas também em aspectos macro-estruturais, conjunturais, culturais e institucionais. É apresentado plano de combate brasileiro. Após, vêm discussões sobre o paradigma dos fatores de risco, apresentado como limitador para a abordagem do problema, e logo depois situa-se esse paradigma como igualmente impeditivo para a Educação Física relacionada a saúde. Como alternativa, são trazidas três concepções pedagógicas desenvolvidas na Educação Física, cujo potencial pode ser canalizado para as violências.

O capítulo 4 descreve a metodologia adotada - observação participante - contando sobre os procedimentos de entrada em campo, delineamento observacional, campos de pesquisa (ocupação de fazenda, reunião com mulheres assentadas para discussão de gênero, curso de formação de militantes e Estágio Especial realizado em Fraiburgo). São descritos os instrumentos - filmagens, relatórios e textos de referência do Estágio, diário de campo - de observação e forma de análise procedida, subsidiada por proposta que parte do método hermenêutico-dialético.

O quinto capítulo refere-se aos resultados das observações. Tendo captado um conceito-chave nas análises preliminares do material, foi através dele que se deu o plano de redação deste capítulo; os dados são apresentados isoladamente para cada campo de pesquisa.

Por fim, em discussão e conclusões, as análises incorporam os dados de observação articulados ao referencial teórico, como síntese provisória, de forma a responder às hipóteses do trabalho e levantar novas questões. Como conclusões, para aproveitamento dos potenciais da Educação Física integrados aos pressupostos e objetivos da Saúde Coletiva, são pontuados quatro princípios que favorecem o tratamento das violências em perspectiva crítica.

# 1 - Violências como problema da Saúde Coletiva

---

*O que une riqueza e miséria extrema, neste país, é o fato de que a riqueza de poucos tem sido produzida pela exploração sem limites e pela expropriação violenta de muitos, desprotegidos, que nem mesmo têm possibilidade de exigir o cumprimento legal dos poucos direitos sociais e individuais reconhecidos em lei.*

Martins (1991)

A Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, através do número temático do periódico científico *Ciência & Saúde Coletiva* (1999), de sua responsabilidade, lançou aos leitores a seguinte pergunta: *É possível prevenir a violência?*

Nas palavras dos editores:

*(...) a prevenção aqui não pode ser pensada nos termos tradicionais utilizados para a abordagem das doenças, quando ficam muito mais claros tanto a etiologia como todos os procedimentos necessários, seja para controlar, eliminar ou erradicar uma enfermidade. A violência é antes de tudo pluricausal, síntese de problemas, com tentáculos macrossociais e estruturais e enraizamento nas consciências. Exige, portanto, o aporte do setor saúde combinado com o de outras áreas e a parceria de toda sociedade (Minayo, Souza e Njaine, 1999:4).*

O campo do conhecimento Saúde Coletiva foi gerado no calor dos debates de movimento sanitaria realizado na América Latina nos anos setenta, de criação e consolidação sobretudo brasileira; designa novos conteúdos e projeções de atuação, surgindo como força das contradições político-ideológicas instaladas e como reflexo da disposição para se defrontar aos processos de produção de conhecimentos de base empírica, dominantes na época.

*(...) as explicações sobre nossa realidade de saúde - brasileira e latino-americana - fornecidas pelo conhecimento então existente não eram suficientes e, até, algumas vezes, dificultavam ou distorciam o próprio entendimento. As diferenças de ordem política, econômica e social em relação aos países onde se produzia conhecimento e as próprias formas de conhecer, tornaram premente a necessidade de um pensamento original. (Tambellini e Câmara, 1998:49)*

Esta formulação traz consigo diferenças marcantes da já conhecida Saúde Pública, que podem ser descritas da seguinte forma:

*O objeto tradicional denominado Saúde Pública passa a merecer tratamento, denominação e conotação que o traz do inespecífico "público", referente à política de prevenção proposta pelo Estado, para*

*o coletivo, que sugere direitos, situação histórica, comprometimento de condições de vida social e uma crítica ao indivíduo como único responsável por sua saúde/doença (...) incorpora definitivamente as Ciências Sociais no estudo dos fenômenos saúde/doença (Minayo, 1993:79).*

Assim, as bases desse pensamento têm buscado articular dialeticamente os movimentos determinantes da saúde/enfermidade em variados níveis; incorpora diferentes tipos de análise, sendo seu objeto construído *nos limites do biológico e do social*, compreendendo a investigação de determinantes da produção social das doenças e da organização dos serviços de saúde (Paim e Almeida Filho, 1998:309).

Como movimento político-ideológico, examina as relações de poder que se estabelecem pela questão econômica, mas ao mesmo tempo as formadas pelas culturas e valores morais arraigados nas populações. Dessa forma, busca identificar os problemas mais sensíveis e alternativas inovadoras, participativas, realistas e profundas para solucioná-los; ajuda também a fortalecer as alianças e identificar os entraves simbolizados e materializados nas relações de poder, local e global. No dizer Paim e Almeida Filho (1998:309): "O conhecimento não se dá pelo contato com a realidade, mas pela compreensão das suas leis e pelo comprometimento com as forças capazes de transformá-la".

Apesar de algumas das certezas mencionadas, remanescem dificuldades para definir Saúde Coletiva. Canesqui (1995) alerta para o fato de sua multiplicidade de objetos e áreas do saber, incluindo desde as ciências naturais às sociais.

*(...) cabe observar que as distintas concepções e abordagens conferidas à Saúde Coletiva estão perpassadas por questões relativas ao campo do conhecimento e às inflexões de natureza política e ideológicas, refletindo seus efeitos na seleção de temáticas à pesquisa, na produção do conhecimento, na forma de incorporação das ciências sociais e nas relações com outros campos disciplinares no âmbito da Saúde Coletiva" (p.33)*

Minayo e Souza (1999), em artigo em que discutem possibilidades e dificuldades de prevenir violências, iniciam afirmando:

*(...) na saúde as violências têm sido quase monopólio do modelo médico e biomédico, cuja racionalidade tende a incorporar o social apenas como variável "ambiental" da produção das enfermidades. (...) mesmo quando politicamente se tenha assimilado ao setor o conhecimento ampliado de saúde (...) sua incorporação se dá sob condições de não romper a racionalidade médica positivista. (p.8)*

Continuando, recuperam o posicionamento de estudiosos do tema, que mesmo sob diferentes abordagens, ainda assim lhe atribuem caráter de permanência e ambigüidade durante a história da humanidade, ora sendo a violência considerada como fenômeno positivo, ora como negativo, "o que retira de sua definição qualquer sentido positivista e lhe confere o *status* de fenômeno complexo" (p.10).

Dessa forma, afirmam que o setor saúde, ao dela se aproximar, não pode tomá-la como um objeto próprio, mas como problema da sociedade, "que desde a modernidade o tem tratado no âmbito da justiça, da segurança pública, e também como objeto de movimentos sociais". (p.10)

Herbert de Souza, o *Betinho*, personalidade brasileira que se destacou pela idealização e organização da *Ação Contra a Fome e a Miséria*, diferencia a ocorrência de eventos em duas categorias, a depender da importância que lhes são atribuídas: são os fatos e os acontecimentos (Souza, 1996). Os primeiros são aqueles que, de tão freqüentes, passam a ser comuns, não despertando maiores interesses ou atraindo atenção destacada. Por outra lado, acontecimentos são ocorrências que se sobressaem à normalidade. Para os primeiros, lembramos casamentos, que normalmente não ultrapassam o interesse local. Como acontecimento, o casamento de celebridade qualquer do circuito de Hollywood torna-se bom exemplo.

Mesmo raciocínio pode ser usado para o caso das violências; são fatos na medida em que, na atualidade, há periódicos e programas de rádio e televisão que diariamente nos aterrorizam pela apresentação - nua e crua - da extensão e gravidade do problema, não sem fazer valer o sensacionalismo inerente às formas de comunicação em que o apelo faz parte do negócio na disputa pela audiência, sob o argumento, dentre outros, de prática do *jornalismo verdade*. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se cria clima de temor na população, isto funciona também como anestésico às mobilizações sociais, pois nos acostumamos à sua convivência, ainda que em estado de desalento. No entanto, por vezes, basta a ocorrência de acontecimento neste campo para que o assunto recupere a importância devida nos noticiários e desperte a prontidão da sociedade para seu enfrentamento.

Neste último caso, é exemplar o acontecimento recente de professora vítima de seqüestro de ônibus na capital do Rio de Janeiro, cujo desfecho desastroso encerrou tanto a sua morte quanto do sequestrador, por soldados da própria Polícia Militar. Tendo sido evento transmitido ao vivo, com horas de duração, causou tamanha comoção, gerando em seguida o Movimento "Basta! Eu quero Paz"!, convocando a população a vestir branco e a acender velas em dia determinado. Artistas e políticos participaram em manifestações públicas e o Movimento contou com apoio oficial de mais de cinquenta entidades de diversos setores da sociedade em todo o país, dentre elas a própria Polícia Militar, tantas vezes acusada de cometer exageros e gerar violência (Silva, 1999) e a Federação das Indústrias de São Paulo, igualmente relacionada com políticas de desenvolvimento industrial vinculada ao favorecimento da desestruturação social pelo desemprego<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Uma das frases selecionadas pelo Jornal Folha de São Paulo do dia 21/08/1996, emitida pelo então secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo, é: "Acho estranho que uma entidade como a Fiesp, que demite 14 mil pessoas em julho, criando insegurança social, agora lance uma campanha contra a violência. Uma das razões da violência é o desemprego, do qual a Fiesp é responsável".

Há também que se notar, quando emergem acontecimentos tais como rebeliões em presídios, chacinas de crianças ou de membros de movimentos sociais, repercussões até mesmo internacionais terminam por pressionar o Estado a retomar seu compromisso sobre o controle do problema (ou o discurso sobre). E, legalmente, é a ele quem compete o uso da violência para a preservação da ordem social. Porém, devemos lembrar que ordem social se relaciona ao estado de direito construído historicamente, no embate de classes e forças sociais que determinam o certo e o errado, o justo e o injusto, o legal e o ilegal.

Com isto, torna-se importante recuperar o clássico *Filosofia da Praxis*, em que Vasquez (1977) faz importantes considerações acerca das violências. Vamos a elas.

Em termos filosóficos, as violências são ações exclusivamente humanas, pois se dedicam a transformar, com objetivos definidos e alguma sistematização, tanto objetos quanto relações e situações sociais. No seu entendimento, as violências são identificadas por suas diferentes formas de coerção, nas quais pode-se incluir uso de armas, com o intuito de manter ou conquistar privilégios<sup>3</sup>. Avalia, dessa forma, que quando está em perigo a existência da classe dominante, esta "não vacila em recorrer às formas violentas mais extremas, inclusive o terror maciço, pois nenhuma classe social está disposta a abandonar voluntariamente o cenário da história" (p.381). Assim, o que caracteriza a violência não é a força em si, mas o uso humano da força para alterar ou quebrar a resistência.

*A violência visa dobrar a consciência, obter seu reconhecimento, e a ação que se exerce sobre o corpo dirige-se, por isso, a ela. Não interessa a alteração ou destruição do corpo como tal, mas sim como corpo de um ser consciente, afetado em sua consciência pela ação violenta que é objeto. Portanto, a violência que se exerce sobre o corpo não se detém nele, e sim em sua consciência (p.379)*

---

<sup>3</sup> No Dicionário de Política (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998), dentre as formas de explicação da violência, encontramos a sua identificação a partir da intencionalidade, ou seja, é considerada na medida em que é praticada voluntariamente, podendo ser ainda direta ou indireta.

Mencionados estes aspectos, poderemos então passar a avaliar as violências em seu caráter contraditório, ou seja, tomando suas expressões concretas e abstratas como unidades indissociáveis. Ou, dito de outra maneira, quando a ação da repressão requer o uso da força física, decerto que nela está implícita a ideologia da dominação, e nos oprimidos não doem apenas as dores das lesões do contato físico, mas as dores da própria história da opressão que atuam contra seus outros sentidos e emoções. É aqui que se situa a violência de gênero, nas situações de espancamento de cônjuges, em que o reflexo da surra não é passível de ser representado simplesmente pelas dores das lesões objetivadas no corpo, mas sobretudo pela inculcação de valores da inferioridade.

Nos atos de repressão para manutenção da ordem, também deve-se considerar que, para algumas pessoas, classes ou movimentos sociais (de tão sistematicamente oprimidos que são), nem é preciso o uso da força em sua acepção concreta, mas basta a lembrança ou a presença dos agentes repressores (marcados no imaginário como violentos) para que se deflagrem processos internos que inibam ou desestabilizem emoções. Em termos simplificados, isto exemplifica como ação simbólica pode se tornar violência concreta.

Outra maneira de se caracterizar as violências é como sendo invisível - trata-se da violência institucional, dos órgãos burocráticos, dos Estados e do Serviço Público, cuja cultura informacional constitui-se, ela mesma, numa prática violenta, à medida em que se esvazia o sentido e o significado da informação, não contribuindo para qualquer mudança social. Essas ações deliberadas são entendidas por Arendt (1994) como uma formidável maneira de dominação na atualidade, em que a burocracia deveria mais apropriadamente chamar-se *Domínio de Ninguém*, pois "é este estado de coisas que torna impossível a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo" (p. 33).

Em termos simbólicos, as violências podem se expressar na caracterização do comportamento de uma pessoa ou grupo como, por exemplo, *agressivo*, podendo ser considerada estratégia velada, estigma de desprestígio, que discrimina no mesmo rótulo de marginalizados, delinqüentes, infratores, perigosos ou baderneiros. A própria escola, destinada a promover reações contra as desigualdades sociais, acaba por se utilizar de mecanismos ideológicos que facilitam a conservação da ordem estabelecida, sendo um deles aquilo que chamamos currículo oculto. Segundo Silva (2000), este se manifesta na imagem de fracasso e insucesso que é introjetada nas crianças desde a tenra idade em instituições formais de ensino, a partir de classificação atribuída pelos professores e o sistema educacional nos termos disjuntivos bom/mau, capaz/incapaz, superior/inferior. Esse juízo expressa-se "objetivamente, através das notas, conceitos e classificações, e subjetivamente, através de comentários, mímicas de desagrado, intolerância e desprezo" (p.3). Nesse sentido, até mesmo o que aparenta ser inocente anedota pode conter violência simbólica em termos raciais ou estéticos.

Faleiros, citado por Gomes (2000), comenta que os atos de violência cometidos contra crianças se inserem no arcabouço cultural e institucional que tem como cerne a *fabricação da obediência*: "Castigar, reprimir ou fazê-las aprender uma lição faz parte do jogo de torná-las dóceis para que o poder do adulto sobre elas se imponha" (p.14). Pode ser identificada nas relações entre pais e filhos ou professores e alunos, em que os princípios da força física e da autoridade outorgam aprioristicamente o direito de exigir, repreender e oprimir crianças.

Njaine, Souza, Minayo *et al.* (2000) avaliam que na década de 80 a violência mudou o perfil de morbimortalidade do país, destacando, no entanto, "que uma gama significativa de suas formas não chega ao conhecimento institucional oficial, constituindo uma cifra "negra" sobre a qual não há quaisquer informações" (p.3) e que "outras tantas causas de violência não são sequer reconhecidas pela sociedade" (p.3).

Também denunciam o que chamam de "A produção da (des)informação sobre violência: uma prática discriminatória" (título do artigo), apontando para existência de ação consciente e articulada que visa a construção de sujeitos violentos no imaginário social. Para confirmar, os referidos autores resgatam trabalho realizado pelo Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde "Jorge Carelli", no qual foram investigados boletins de ocorrência da capital do Rio de Janeiro, verificando-se que "a própria linguagem utilizada pelo policial no preenchimento dos boletins varia em função da sua formação e visão de mundo, sobretudo pela percepção que ele tem da clientela atendida, segundo os espaços sociais". A pesquisa demonstra que algumas crianças e adolescentes que sumiram de casas da Zona Sul foram dadas como vítimas de *seqüestro*, ao passo que, para moradores da Zona Norte, foi comum o registro como simples *desaparecimento*, "indicando classificação territorializada dos eventos" (p.10).

Tendo em vista a importância das visões de mundo exercendo forte peso sobre as decisões pessoais e políticas setoriais, outra forma de violência simbólica pode ser identificada quando se tomam medidas resolutivas discriminatórias: refere-se ao tratamento diferenciado que é dado a pessoas ou grupos como solução de seus (e/ou nossos) problemas. Por exemplo, ao se especular sobre a desocupação como risco para juventude aderir a comportamentos violentos ligados à criminalidade, às crianças pobres é recomendado o trabalho, enquanto que para as ricas, estudo e divertimento (Deccache-Maia, 2000).

Aliada a esta forma de tratamento discriminatório, há que se levar em conta o papel potencializador da impunidade sobre os determinantes das violências. Aqui o relato dos trabalhos junto ao Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas (Ploeg, 2000), em assessoria à Comissão de Violência no Campo, pode ser elucidativo. No interior do Estado em que se desenvolveram vivências e oficinas, as impressões extraídas das experiências foram as seguintes: i) a crueldade dos fatos de violências sofridas contrastando com a crueza das narrativas; ii) o domínio absoluto de poucas

peças e famílias, com o restante da população ficando à mercê delas; iii) a cidadania praticamente anulada, confundindo-se a esfera pública com instrumento de manutenção de privilégios de poderosos; iv) escandalosa impunidade e clara conivência dos aparelhos do Estado com a repressão e o crime, imperando a cultura do medo e do silêncio e v) estas banalização e impunidade como retroalimentadoras da violência local.

Como anteriormente mencionado, Minayo e Souza (2000) referem que "a violência é tema difícil de ser abordado pelas formas convencionais de conhecimento em razão da carga de ideologia, preconceito e senso comum que invariavelmente o acompanha" (p.1). Preferem, portanto, tratar o fenômeno como de conceituação polissêmica e controversa, dizendo que, na prática, "a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos ou classes, nações, que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual" (p.2), e que o correto seria falar em *violências*, "pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas" (p.2).

Para que se possa visualizar seus efeitos, simplificando radicalmente a questão em sua face mais sensível, na Região Metropolitana de São Paulo apenas no ano de 1998, o número de homicídios foi 10.898, o que correspondeu a aumento de 352% em relação a 1979 (ao passo que a população aumentou 43% no período), mais do que triplicando a incidência bruta (Cordeiro e Donalísio, 2001); números alarmantes, em se sabendo que para cada caso de homicídio, muitas são as tentativas frustradas. Em termos gerais, tendencialmente, os grupos mais atingidos são os adolescentes e adultos jovens, sendo homicídios a primeira causa de óbito em homens de 15 a 39 anos, superando todas as outras formas de mortes violentas e todas as doenças (Barata, Ribeiro e Moraes, 2000).

Assim, há dados suficientes para compreender o fenômeno como incrustado em nossa cotidianeidade. Meneghel, Giugliani e Falceto (2000:3) afirmam: "As raízes e

as expressões da violência são múltiplas, e sua escalada, nas últimas décadas, tem atingido proporções epidêmicas", caracterizando-se como grave problema social e de saúde pública (Gianini, Litvoc e Eluf Neto, 2000).

Perante este quadro assustador - em que dificilmente conseguimos imaginar sequer um dia sem qualquer tipo de suas manifestações, ou algum grupo ou pessoa que a elas esteja imune, ou ainda, alguém que jamais as tenha praticado - muitas especulações sobre os motivos de sua onipresença são produzidas. Uma delas é a associação com o uso ou abuso de drogas.

Nessa direção, Minayo e Deslandes (1998) apresentam "A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência" (título do artigo). A reflexão das autoras passa por: a) a diferença entre dependência e uso recreacional ou ocasional; b) o erro de apontar o usuário como dependente potencial; c) as diferenças entre os vários tipos de drogas e danos que provocam; e d) o entendimento do uso como fenômeno histórico-cultural. A partir destes e outros eixos e dados empíricos, afirmam que o papel específico de drogas nas atividades violentas não está claro, ou seja, é difícil de se determinar com precisão o nexos causal entre essas substâncias e atos violentos, as influências do meio e as características individuais dos usuários.

Existem ainda muitas outras tentativas de explicar as violências e suas causas, e o trabalho de Minayo e Souza (2000) as sistematiza. Para as autoras, de um lado estão os que sustentam que ela resulta de necessidades biológicas, psicológicas e sociais, fundamentando-se na sociobiologia e etologia, teorias que subordinam a questão social às determinações da natureza. De outro, estão os que a explicam como fenômeno de causalidade apenas social, provocada quer pela dissolução da ordem, quer pela "vingança" dos oprimidos, ou ainda pela fraqueza do Estado.

Para o primeiro grupo de estudiosos, dizem haver inferências sobre: i) seu caráter universal, extraclassista e a-histórico; ii) a agressividade como qualidade

inata da natureza humana e inevitável; iii) fruto do instinto de sobrevivência, comparável à fome e desejo sexual; iv) a sobreposição dos aspectos individuais aos demais, reduzindo os fenômenos e processos sociais à conduta produzida por fatores psicológicos.

Do segundo grupo de explicações, as autoras destacam ser "conjunto não homogêneo de teorias [que] se refere às raízes sociais da violência" (p.5). Nestas teorias, tratam-na como resultante dos efeitos disruptivos dos acelerados processos de mudança social, provocados, sobretudo, pela industrialização e urbanização. Assim, por exemplo, "as grandes cidades não seriam, então, o foco gerador da violência, como crê o senso comum, e sim o *locus* privilegiado da dissociação entre aspirações culturalmente criadas e "possíveis sociais", daí se originando a delinqüência e o crime. Concluem que "Essa corrente despreza os componentes microestruturais da subjetividade." (p.5)

*Ao reduzir violência a crime e delinqüência, e ao encarar como "criminosa potencial" a população imigrante e pobre das classes trabalhadoras, os seguidores da corrente que enxerga a transição como portadora de violência não levam em conta a violência estrutural, a violência do Estado e a cultural, que quase sempre acabam naturalizadas.*

Um terceiro grupo de teorias compreende-as como estratégias de sobrevivência das classes populares vitimadas pelas contradições gritantes do capitalismo. Assim, as violências seriam usadas como forma de recuperar as perdas dos desafortunados desse sistema. Esta abordagem retém "uma visão exterior da violência, como força instrumental de reposição da justiça"(p.6), desconsiderando aspectos sociais e culturais internalizados nos sujeitos.

*Creemos que não são apenas os problemas de natureza econômica, como a pobreza, que explicam a violência social, embora saibamos que eles são fruto, são causa e efeito e, ainda, elemento fundamental de uma*

*violência maior que é o próprio modo organizativo-cultural de determinado povo. (p.6).*

Finalmente, o quarto grupo de teorias sistematizado por Minayo e Souza (2000), explica sua origem pela "falta de autoridade do Estado, entendendo esta como poder repressivo e dissuasivo dos aparatos jurídicos e policiais" (p.6), esquecendo-se de que por vezes é o próprio Estado quem provê condições para sua eclosão. Veicula-se, assim, a crença no Estado como sendo neutro,

*árbitro dos conflitos e mantenedor da ordem em benefício de todos, à margem da questão das classes, dos interesses econômicos e políticos (...) As idéias desses intelectuais combinam com o senso comum, que advoga a força repressiva como condição de "ordem e progresso" (p.6).*

Para encerrar, apesar de as violências aparentarem conter apenas conseqüências funestas para indivíduos e sociedades, a sistematização de dados da obra de Michel Maffesoli realizada por Guimarães (1996) apresenta o que chama de *um mapeamento das modulações de violência*. Em síntese, para a violência anômica, ou seja, violência social existente em todas as formas de revolta, identifica aspectos chamados construtivos e destrutivos. Para os primeiros, menciona dentre outros a esperança de uma estruturação social alternativa. Quanto aos aspectos destrutivos, destaca a geração de excluídos, que passarão a constituir a norma de amanhã (dissidência - ilegalidade).

No Capítulo 2, a seguir, estarão sendo apresentados destacadamente dados da realidade do MST envolta com as violências. Apesar de termos claro as reservas que lhe são conferidas por críticos externos<sup>4</sup>, e percebido em seu contexto aspectos de

---

<sup>4</sup> Martins (2000) considera que "boa parte do projeto alternativo do MST se perde no reduativismo ideológico que anula justamente o que é de fato riqueza de possibilidades e possibilidade do alternativo em sua experiência de base (...) se propõe a si mesmo como um substituto das religiões e retira da práxis dos trabalhadores rurais e dos militantes a mística que a anima e que a faz poderoso meio de inovação social. (p.115)"

reprodução de violências, tanto simbólicas quanto concretas (tais como as relacionadas ao abuso de álcool, ao tratamento conferido nas relações de gênero e ao trabalho realizado por crianças), nos ocuparemos mais em descrever aquelas que vêm atuando contra os intentos do Movimento, produzidas por seus supostos adversários de projeto social. Nesse sentido, para composição de narrativa mais aproximada das percepções das violências pelo Movimento, bem como para reunir elementos de sua história e conjuntura política relacionadas à essa problemática, tomamos preferencialmente parte da produção bibliográfica elaborada pelo próprio MST.

## 2 - Violências no contexto do MST

---

*Prepare o seu coração  
Pras coisas que eu vou contar  
Eu venho lá do sertão  
Eu venho lá do sertão  
E posso não lhe agradar*

*Aprendi a dizer não  
Ver a morte sem chorar  
E a morte, o destino, tudo  
A morte, o destino tudo  
Andam fora de lugar  
Eu vivo pra consertar*

*(...)*

*Geraldo Vandré*

## 2.1 Exórdio

"A humanidade avança sempre. Mesmo que mais devagar em alguns campos do que noutros" (MST, 1999a:80). De fato, a análise do Movimento Sem Terra tem suas razões quando direcionadas ao grande crescimento e pouco desenvolvimento rural brasileiro. Santos (1993) indica que entre os anos 1970 e 1985, nossa produção agropecuária se elevou substancialmente. No entanto, esse aumento não foi suficiente para deter a saída dos trabalhadores para as cidades (Valim, 1996), sendo acompanhado de notável empobrecimento de grande contingente da população. É correto afirmar que o complexo sistema agroindustrial passou a retirar a renda da agricultura e transferi-la para os setores industrial e de serviços, expropriação que incide sobre os pequenos e médios produtores, refletindo em toda a mão-de-obra empregada na agricultura.

Interessante notar que apesar das críticas pertinentes com relação ao processo social deletério que vai se formando pela saída em massa do campo rumo às cidades, para o sistema capitalista isto resulta oportuno, pois se no *novo mundo rural*<sup>5</sup> não há mais espaço para o emprego de toda mão-de-obra, esta passa a se constituir em imenso *exército de reserva* na zona urbana, possibilitando aos empregadores determinar menor remuneração e piores condições de trabalho. Se conseguem ocupações sem qualificação, podem ser interessantes ao sistema meramente por serem consumidores em potencial - ou seja, outro elemento de sustento do capitalismo.

---

<sup>5</sup> *Novo rural brasileiro* é denominação utilizada para caracterizar os quatro grandes subconjuntos que movem a economia no campo: i) agropecuária moderna, também chamada de *agrobusiness*; ii) conjunto de atividades de subsistência em torno da agricultura rudimentar e criação de pequenos animais, visando manter relativa superpopulação como exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação - excedentes do processo que gerou o *agrobusiness*; iii) conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e iv) conjunto de *novas* atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados (Graziano da Silva, 1999).

*No campo não há desempregados: quando o trabalhador rural é dispensado de uma fazenda ou expulso de sua roça e morada, tem que vir para cidade. E na cidade não vai ser metalúrgico, porque há milhares de metalúrgicos desempregados esperando sua vez (...) Ele vai ser mesmo favelado, talvez biscateiro, lavador de carros, jardineiro (Graziano da Silva, 1985:34).*

Observamos ainda que esse interesse faz mais sentido quando damos conta de que o grande capital neste país, em termos produtivos, além de realizar sua metástase simultaneamente nas cidades e no campo, também está envolvido com o setor financeiro e as estruturas mais elevadas do poder<sup>6</sup>.

Dessa forma, com o aumento das safras dos últimos anos, embora se reconheça que o Brasil possa estar dando importante passo para amenizar a questão agrícola, ao mesmo tempo isso vem contribuindo para aumentar a complexidade da já problemática *questão agrária*, que consiste na organização da estrutura de produção e distribuição da respectiva renda. Em suma, crescimento econômico não representa obrigatoriamente desenvolvimento social!

Em termos conceituais, a expressão *questão agrária* tem sido utilizada somente a partir dos primeiros estudos da Economia Política, que começaram a analisar como se desenvolvia o capitalismo na agricultura (Stédile, 1997), sendo bastante recente sua adoção.

Com o capitalismo assumindo posição central nas análises dos problemas que se relacionam com a vida dos trabalhadores do campo, tratar as violências nesse contexto simplesmente como *conflitos sociais no campo* torna-se forma branda e descontextualizada de se referir à barbárie instalada na luta pela reforma agrária no

---

<sup>6</sup> Alguns dos grandes latifundiários do país são ligados ao setor bancário. Se não bastasse tamanha concentração de poder, muitos deles têm assumido postos públicos estratégicos, como é o caso do ex-Ministro da Agricultura e proprietário do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira. Santos (1993) afirma: "Os grandes proprietários, hoje, não são apenas os coronéis, mas também grandes organizações empresariais despersonalizadas (...) todos com seus aliados no poder político. (p.107)"

Brasil, barbárie esta entendida como "série de atitudes tomadas por grupos sociais contra outros grupos, que afastam cada um dos seus membros da condição de humanidade" (Kolyniak, 1995:74). É fazer referência à problemática que traz consigo bem mais do que sua mera definição técnica permite: é se pronunciar sobre Projeto Político desentranhado em meio a complexas relações instauradas no seio da sociedade brasileira em confronto com interesses de poderosos grupos nacionais<sup>7</sup> e internacionais.

Em escala mundial, a história da evolução da distribuição de terras é repleta de ensinamentos, salgada com suor e manchada de sangue; pauta bíblica cuja herança inspiradora das narrativas perduram até o momento, atualmente não passa impune aos noticiários e parlamentos. Com dinâmica própria, porém envolvente aos setores nem tão diretamente a ela relacionados, abriga outros temas controversos universais de idade milenar, como a sacralização do direito de propriedade privada<sup>8</sup>; na atualidade, atinge fortemente a dogmas do sistema produtivo e financeiro, pois lida em sua essência com os diferentes tipos de dominação do homem pelo homem através do trabalho.

---

<sup>7</sup> Quando o Plano Nacional de Reforma Agrária foi lançado, Graziano da Silva (1985:14) fez análise de quem era contrário a sua efetivação: "O primeiro subgrupo é ideologicamente composto de radicais de direita capitaneados pelo ex-ministro Armando Falcão - conhecido pela lei que praticamente proibiu a propaganda política nos meios de comunicação (...) e pelo ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, grande proprietário de terras em Ribeirão Preto e na Amazônia."

<sup>8</sup> Na Carta Encíclica sobre o Trabalho Humano, o Papa João Paulo II inscreve: "Em muitas situações são necessárias mudanças radicais e urgentes, para restituir à agricultura - e aos homens dos campos - o seu justo valor como base de uma sã economia, no conjunto do desenvolvimento da comunidade social. É por isso que se impõe proclamar e promover a dignidade do trabalho agrícola, no qual o homem de maneira tão expressiva **submete a terra**, recebida de Deus como dom, e afirma o seu **domínio** no mundo invisível (citado por Santos, 1993)."

Viver seus problemas é demarcar o tempo, pois a conjuntura determina quando resistir, recuar ou avançar nas estratégias coletivas de conquistas, exigindo paciência enquanto atributo de classe. Em termos espaciais, tampouco se restringe ao campo, pois mobiliza multidões em trânsito constante com as cidades, interferindo profundamente em suas estruturas e formas de organização social. Nas palavras de Duarte (1997):

*Além de ser uma das principais causas da desigualdade social, da violência e da miséria no campo, a má distribuição de terras, somada ao processo de modernização da agricultura, voltado para a grande produção, tem muito a ver com o crescimento exagerado e desordenado das cidades (p.10)*

Enfim, muitas seriam as formas de trazermos à tona as fortes relações entre a luta pela terra e as violências vivenciadas por movimentos sociais camponeses, dentre eles o MST. Algumas alternativas seriam mais simples, como darmos trato acadêmico ao extenso material produzido pelo e sobre o Movimento. Outras talvez nos comprometessem com a própria história de colonização do país, porque a disputa política pela posse do solo brasileiro nos remete a esse período, sendo já percorridos quinhentos anos de sua ocorrência.

Pensando nessa complexidade sem perdermos de vista o compromisso específico, a opção para este empreendimento vai na seguinte direção: com olhos no passado, serão tomados alguns fatos e acontecimentos que retratam aspectos da luta pela conquista da terra, para que se evidencie ser a legislação da reforma agrária e a eclosão de movimentos sociais - reivindicação e conquista - respectivamente, nem recentes, tampouco casuais e exclusivas da sociedade brasileira. Assim, atentos à necessidade de fixação do raciocínio na problemática das violências, preferimos na seqüência desenvolver este tópico articulado com as idéias apresentadas no capítulo anterior, buscando explicitar ligação entre luta pela terra e violências no contexto do MST.

## 2.2 - O MST por ele mesmo

As lutas históricas mais recentes do movimento camponês, agora organizado enquanto classe, tiveram sua última fase no período 1950 a 1964, tendo se desenvolvido as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, todos eles massacrados pela ditadura militar, com seus líderes sendo assassinados, presos ou exilados (MST, 1996).

Apesar da forte repressão, vários fatores contribuíram para reorganização da luta pela terra, destacadamente entre 1978-1982. O primeiro refere-se às condições objetivas de vida no campo, pois, com apoio governamental ao desenvolvimento do capitalismo rural, apoiado pelo capital estrangeiro, iniciou-se espécie de *modernização conservadora* - a chamada *Revolução Verde* -, que em termos políticos e econômicos significou: i) fortalecimento de crédito rural subsidiado para as grandes propriedades; ii) entrega de terras públicas apenas para grandes empresas; iii) estímulo à mecanização no campo e iv) implantação de agro-indústrias para venda de insumos industriais. Resultado imediato, em termos sociais, milhares de trabalhadores foram excluídos, com muitos passando a migrar para outras áreas agrícolas escolhidas pelo governo (também já dominadas pelos grandes fazendeiros) ou para grandes cidades, em busca de novas alternativas de sobrevivência (MST, 1996).

O segundo fator diz respeito a condições subjetivas: "Com a luta pela democratização do país, intensificou-se no campo o trabalho pastoral da Igreja Católica e Luterana, conscientizando os camponeses de que precisavam se organizar e defender seus direitos" (MST, 1996:15). Ao mesmo tempo, foram surgindo oposições sindicais combativas, que passaram a contribuir para organizar ocupações de terras de forma massiva, ou seja, feitas por muitas famílias juntas, num mesmo dia e local.

Em diversos estados aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As que marcaram o princípio de sua história foram as ocupações realizadas no Rio

Grande do Sul, em 1979; no Estado de Santa Catarina, em 1980 e, ainda nesse ano, no Paraná, com conflito entre mais de dez mil famílias e o Governo Federal devido a construção da barragem de Itaipu, com os populares tendo suas terras inundadas.

*O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra nasceu em processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito. (MST, 1998:26)*

Assim, evidenciado o longo processo de amadurecimento da organização camponesa que lhe deu sustentação, enquanto movimento social autônomo a criação do MST data de 1984, tomando corpo inicialmente no Sul do país e logo se estendendo para quase todo Brasil.

Passados quinze anos de sua consolidação, já em seu III Congresso Nacional, realizado em 1995, o MST apresentou nova elaboração de seus objetivos gerais, todos eles de certa forma voltados à criação de sociedade justa, contra violências de quaisquer espécies e difusão de valores que promovam o ser humano em suas relações sociais (MST, 1998:39). A seguir, os objetivos são listados integralmente:

- Construir sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, renda e riquezas;
- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;

- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

### 2.3 - Enterrando os Sem-Terra

*Vale tudo contra os que combatem o latifúndio. Retaliações econômicas, manipulação de informação, estigmatização, censura aos meios de comunicação, Lei de Segurança Nacional, tortura, massacres e assassinatos são as armas usadas contra trabalhadores indefesos que buscam pelos direitos elementares do ser humano.*

*Plínio de Arruda Sampaio Júnior*

A moeda utilizada pelo MST para negociar com o Estado e os beneficiários de sua política agrária são as ocupações<sup>9</sup> de propriedades públicas e privadas. Enquanto manifestação coletiva, trata-se de demonstração de força, estratégia que, pela visibilidade incontestável - gerada pelo grande número de pessoas envolvidas, em diferentes partes do país e muitas vezes ocorrendo em fazendas de personalidades públicas brasileiras - obriga a mídia, mesmo a contragosto, a apresentá-la como acontecimento.

Para as famílias envolvidas<sup>10</sup>, ocupar é dar início à materialização do sonho da conquista (ou reconquista) de pequeno lote que permita definir endereço; mas, sobretudo, é permitir: desenvolvimento da capacidade de produção de alimentos para manter o próprio sustento; sensação de pertencimento e identificação com grupo de

---

<sup>9</sup> "A ocupação é a condição da territorialização. Conquistada a terra, uma fração do território, [os militantes] organizam um novo grupo de famílias para nova ocupação (...) Dessa forma, os Sem Terra migram para todo território nacional, plantando raízes da luta e minando a concentração da estrutura fundiária. (MST, 1998:43)"

<sup>10</sup> Em maio de 2000 o Governo Federal anunciou dados de pesquisa desenvolvida por sua Agência Brasileira de Informações, caracterizando os sem terra: 50% deles têm entre 25 e 44 anos; 90% não concluíram o primeiro grau; 76% são agricultores e 86% são filhos de agricultores; 60% nunca trabalharam nas cidades (Frei Betto, 2000).

pessoas e delas obter seu reconhecimento; consciência de classe e de construção de projeto político de interesse comum, no qual se inserem saúde e educação.

Na atualidade, as pessoas participantes das ocupações são por vezes os expulsos de terras (através da violência física ou pela expansão de grandes empresas capitalistas no campo, como a indústria de laticínios e frigoríficos, no Sul do país), ou as que se tornaram desempregadas devido às transformações de muitas fazendas em grandes áreas de pastagens ou cultivo de soja, álcool e outras monoculturas de exportação. Outro grupo visado para engrossar as fileiras do Movimento é dos que vivem marginalizados nas cidades, não contando com condições favoráveis para superação desse estado, muitas vezes sem deter experiência prévia com o trabalho agrícola. Vale dizer, na cidade, essas pessoas são por vezes desocupados; mas ao chegarem ao MST, tratadas como companheiros, são logo incorporadas às rotinas da militância.

Nesta lógica, ocupar terras é promover processo educativo visando a conscientização<sup>11</sup> dos diretamente envolvidos, bem como, em termos mais amplos, de outros setores da sociedade<sup>12</sup>.

Invasões de terras são bastante comuns na história da humanidade e, mesmo no Brasil, independente de governos mais democráticos ou autoritários, sempre ocorreram. No entanto, há diferenças significativas do entendimento sobre invasões

---

<sup>11</sup> Em Caderno de Formação o MST tem considerado consciência em três níveis: ingênua, crítica e organizativa. No primeiro as pessoas percebem sua situação de miséria, mas não conseguem identificar os responsáveis por ela, atribuindo a situação à fatalidade ou à vontade de Deus. Na crítica, têm clareza política da responsabilidade por seu sofrimento, mas ainda se articulam em torno da lamentação e denúncia; na consciência organizativa, passam a criar estruturas orgânicas capazes de responder aos objetivos do grupo (Morais, 1986).

<sup>12</sup> Frei Betto (1997) informa que pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria e realizada pelo IBOPE constatou o apoio de 85% dos pesquisados às ocupações, desde que sem violência e mortes; 94% consideram justa a luta do MST pela reforma agrária e 77% o encaram como movimento legítimo; 88% disseram que o poder público deveria confiscar as terras improdutivas e distribuí-las aos sem terra.

e as ocupações adotadas pelo MST. As ocupações diferem fundamentalmente das estratégias utilizadas por moradores pobres das cidades e do campo, que via de regra são desorganizadas e familiares, dificilmente em massa. No MST, a ação busca evitar conflitos com a polícia ou guarda privada, pois dessa preparação dependem a segurança e os projetos de vida de centenas, até milhares de pessoas.

No entanto, a maior diferença entre invadir e ocupar terras não se prende apenas a esses aspectos. Na verdade, adotar o termo ocupação é politizar a ação, dando caráter histórico à conquista; o sentido vai na direção de tomar conta do que por direito lhes pertence<sup>13</sup>. Em outros termos, ocupar é questionar o direito inquebrantável de propriedade privada, e também de forçar, na pauta política, a discussão sobre o sentido constitucional de *função social da terra*. A esse respeito, Ruiz (2001) resgata o artigo 186 da Constituição Federal que enumera as situações em que a propriedade cumpre sua função social: "quando seu aproveitamento é racional e adequado; preservando o meio ambiente e respeitando as disposições que regulam as relações de trabalho, com exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores". Assim, uma propriedade não cumprirá sua função social se, na medida em que puder comportar dois animais para criação, por hectare, abrigue apenas um, ou quando não respeite as leis trabalhistas ou a natureza. Continuando, diz que em caso de descumprimento dessas determinações, o artigo 184 prevê "a desapropriação por interesse social e para fins de reforma agrária, de modo a fazer com que a propriedade cumpra sua função social".

---

<sup>13</sup> O ex-presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) faz referência à preferência do termo ocupação da seguinte forma: "O MST alardeia que "ocupa" as terras, não as "invade", pois se trata de áreas rurais ociosas, improdutivas, latifúndios. Defende-se, dessa forma, contra a acusação de esbulhadores da propriedade alheia. A conceituação é interessante, aceitável. Afinal, se a terra não cumpre com sua função social, se não é terra de trabalho nem de produção, isso a desqualifica como propriedade privada. É um espaço vazio a ser ocupado. Graziano Neto (1996:31)"

Nesta perspectiva, promover ocupações refere-se ao exercício do direito de *espernear* contra estado de coisas que ampliam e perpetuam injustiças, configurando-se como mecanismo de explicitação das inquietudes e da chegada ao limite do desespero. Segundo Singer (2000):

*O direito ao protesto, até sob a forma de ocupação, não está consignado nos códigos legais, mas tem uma longa e honrosa tradição nas democracias ocidentais, inclusive a nossa. A sua lógica está no desespero das situações insuportáveis, cujo prolongamento pode acarretar prejuízos vitais a um grande número de cidadãos.*

Outra opinião das mais interessantes e elucidativas da problemática, que mostra claramente o porquê das ocupações, pode ser vista em palestra proferida por liderança<sup>14</sup> atuante no Pontal do Paranapanema:

*Nós não acreditamos que governos, de cima para baixo, através de Decreto ou Lei, vão nos chamar e entregar, ou dividir, ou fazer o que deveria ter sido feito neste Brasil há muitos anos, que é a democratização da propriedade da terra. Eles podem falar em reforma agrária. Vejam o caso desses caras, essa meia dúzia de ignorantes da UDR<sup>15</sup>, esses neo-fascistas, que andam encapuzados assassinando os trabalhadores, ouçam todos os discursos deles: "nós somos a favor da reforma agrária". Primeiro, desde que não se faça; segundo, que não seja nas terras deles. (Rainha Júnior, 1997)*

De forma mais direta, no Movimento é bastante comum afirmar que *se só carta resolvesse o problema, escreveriam carta ao Governo e ele atenderia.*

Neste contexto, talvez não seja exagero afirmar que a maior violência empregada pelos poderes instituídos e seus braços armados, burocráticos e de

---

<sup>14</sup> Em 19 de janeiro de 2002, enquanto este texto era finalizado, o líder José Rainha Júnior sobreviveu ao segundo atentado em emboscada no Pontal do Paranapanema, dia seguinte à ocupação de fazenda na região, por ele coordenada.

<sup>15</sup> O forte esquema de poder mantido pela UDR (União Democrata Ruralista) chega ao Congresso Nacional, instalando-se legalmente como *Bancada Ruralista*.

controle ideológico, contra o MST, seja tratar como invasão aquilo que o Movimento compreende ser ocupação. E na medida em que, para rebater, os governantes necessitam formar e conquistar a opinião pública, *invasão* passa a ser categoria-chave para articular suas contra-ofensivas.

Vejamos: em termos simbólicos, para que se justifiquem medidas enérgicas em favor do restabelecimento da *ordem*, o Estado sustenta serem as *invasões* verdadeiros atentados contra a democracia<sup>16</sup>, em lógica simplista que iguala dois conceitos, e não problematiza em sua argumentação, contudo, que a recente (e duvidosa) democratização brasileira não foi acompanhada da redução das desigualdades, pelo contrário, ampliou o fosso entre as legítimas expectativas de mobilidade social e as aspirações coletivas (Adorno e Cardia, 1999:74). Dessa forma, para manter a coerência com o discurso, o Estado age através de sua burocracia (violência invisível), que pelo poder de alcance consegue minar os intentos dos movimentos sociais.

Análise de conjuntura realizada pelo MST (2000a) mostra quais as impressões sobre o Governo Federal até aquele momento, bem como as estratégias de desmobilização por ele utilizadas [Governo] em conjunto com as classes dominantes: adequação do meio rural ao modelo econômico mais amplo para a completa mercantilização da agricultura; desnacionalização; entrega de controle do mercado às multinacionais e a inviabilização dos pequenos produtores, não deixando espaços para a reprodução autônoma dos camponeses.

Outras linhas de ação também foram identificadas, destacadamente:

---

<sup>16</sup> Freire (2000:48) se posiciona da seguinte forma: "Não creio na democracia formal que "lava as mãos" em face das relações entre quem pode e quem não pode porque já foi dito que "todos são iguais perante a lei" (...) Lavar as mãos diante das relações entre os poderosos e os desprovidos de poder (...) é reforçar o poder dos poderosos. É imprescindível que o Estado assegure verdadeiramente que todos são iguais perante a lei e que o faça de tal maneira que o exercício deste direito vire uma obviedade".

- No campo jurídico
  - Processar o maior número de lideranças, em especial as mais conhecidas pela opinião pública;
  
- Corte de fontes de recursos
  - Retardar ao máximo a liberação de crédito às famílias dos assentamentos vinculados ao MST;
  - Congelar convênios com o Incra e as verbas para pagamento de técnicos do Governo que lhes prestam assistência;
  - Pressionar no exterior junto a ONGs e Igrejas visando impedir o apoio aos seus projetos;
  
- Desvinculação do MST de sua base social
  - Alterar o acesso à linha de crédito dos assentados, anteriormente em conjunto e articulada aos assentamentos, em individuais (com isto, fica mais difícil negociar com os bancos, conseguir avalistas e renegociar as dívidas em caso de dificuldades de pagamento);
  - Possibilitar a inscrição de sem-terras no Incra diretamente pelos Correios ou Internet (reforço ao individualismo)

- Desmoralização do MST na sociedade, utilizando-se do monopólio dos meios de comunicação
  - Acionar de forma articulada<sup>17</sup> a todos os grandes meios de comunicação para difundir notícias contra o MST;
  - Criar a figura do "pedágio" e da "caixa preta" dos dirigentes, como expressão simbólica daquilo que a população repudia;
  - Atacar a honra dos dirigentes;
  - Centralizar todas as ações com a imprensa no Palácio do Planalto;
  - Estigmatizar como violento, desrespeitador da democracia e corrupto;
  - Acionar institutos de pesquisa para forjar pesquisas de opinião pública.

Além dessas, outras estratégias de violência invisível são preparadas com o sentido de promover paralisação e retrocesso nas conquistas. Como forma de punição aos *infratores*, o Incra, devido a determinação do Governo Federal, tem sido impedido de promover vistorias em terras previamente ocupadas, por período de dois anos. Também repassou os recursos e Títulos da Dívida Agrária para os governos estaduais realizarem a reforma agrária (Concrab, 2000). Ora, como diria Arendt (1994), é a consolidação do *Domínio de Ninguém*, tornando impossível a localização da responsabilidade e identificação do inimigo - agora não mais situado em Brasília, mas diluído em toda Federação.

Após estas considerações, fica mais fácil compreender por que o MST recentemente passou a gerar fatos políticos através de ocupações de prédios

---

<sup>17</sup> Após as os conflitos gerados por ocasião das "comemorações" oficiais dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil, uma rede de televisão foi impedida de transmitir entrevista ao-vivo com sua liderança, por ordem Ministerial.

públicos, dentre eles agências do Banco do Brasil. A esse respeito, é interessante transcrever análise de advogado que tem representado diversas de suas causas:

*O que se chama de violência dos Sem Terra, como as ocupações de agências do Banco do Brasil, é a única saída que resta para o sujeito poder produzir (...) A primeira vez ele vai lá: - doutor, cadê o dinheiro? (...) o gerente diz que não chegou, mas chegou, ele [o gerente] está aplicando o dinheiro. E o sujeito vai uma, duas, três, quatro vezes, nada. E é incrível, quando o MST ocupa, o dinheiro sai na hora. O governo estimula essa reação! E o agricultor não pode esperar, se esperar perde a época do plantio. Não tem alternativa (Greenhalgh, 2000).*

Ainda que sejam ampliadas as dificuldades causadas por esses tipos de violência simbólica, há que se considerar a gravidade das proporcionadas de modo concreto. Porém, antes de falarmos dessas outras, continuemos a discorrer sobre a imputação de imagem dos sem-terra como grupos baderneiros, violentos e propensos à guerrilha, pois desta imagem criada na opinião pública, passa-se a justificar as inúmeras formas de sua repressão.

Inicialmente, é importante observar texto (Apolônio Neto, 2000), com levantamento das principais lideranças do MST, bem como de seus colaboradores, no Brasil e no exterior, inferindo sobre seus laços com organizações mantidas, por exemplo, pela Casa de Windsor, presidida pela Rainha Elizabeth II da Inglaterra, ao mesmo tempo que com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC. Consta do texto:

*Pelos jornais, verificamos que a ofensiva desencadeada (...) é de verdadeira **GUERRA DE GUERRILHA RURAL e URBANA!!!** (...) na sua parte logística, pela precisão a pé ou motorizados, deslocando efetivos de diferentes locais (...) indicam a existência de um Estado-Maior-Geral competente e muito bem treinado (...) As invasões de propriedades, o roubo, a depredação, o seqüestro, o assassinato e o desrespeito às decisões judiciais identificam perfeitamente a guerra de guerrilha terrorista (...) entendemos como o monstro foi criado e se agiganta!*

Em matéria de revista de divulgação de grande circulação nacional, revela-se como são tratados documentos do Movimento, em busca de informações que o caracterizem como guerrilha (Veja, 2000b):

*As divisões de informação da Polícia Federal e das Polícias Militares e os agentes da Secretaria de Assuntos Estratégicos já vasculharam toda a papelada do MST em busca de indícios de milícias armadas no Movimento dos Sem Terra. Nos cursos de militantes, em que o discurso é bastante radical e se fala abertamente em revolução, não existe registro de aulas de tiro ou manuseio de armas.*

A construção da imagem de sujeitos baderneiros, violentos e anti-democráticos veiculada por boa parte da mídia<sup>18</sup> pode ser observada em seleção de frases dispostas no quadro 1:

---

<sup>18</sup> A Revista Veja publicou as seguintes matérias: *Marchando para trás* (Veja, 1999); *O movimento dos sem causa* (Veja, 2000a) e *Sem Terra e sem lei* (Veja, 2000b), esta última rebatida energicamente na própria imprensa (ver Andrade, 2000). A respeito da criação do imaginário social de sujeitos violentos, ver Teixeira e Porto (1998), com importantes reflexões para o contexto escolar.

Quadro 1 - Recortes de frases sobre Violência e reforma agrária selecionadas no banco de dados Universo On-Line, ano 1996

---

***O problema dos sem-terra é um problema de desemprego. Eles são sem-emprego.***

Almir Pazzianoto, ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho), sobre os sem-terra.

Fonte: JORNAL DA TARDE - Data de publicação: 1 maio

***Isso é uma questão de segurança pública; se isso for feito, será um deserviço à reforma agrária e trará à opinião pública uma imagem negativa dos movimentos sociais.***

Raul Jungmann, ministro da Política Fundiária, sobre a ameaça do MST de invadir fazendas produtivas cujos donos estejam devendo ao Banco do Brasil.

Fonte: O ESTADO DE S.PAULO - Data de publicação: 6 agosto

***Não tem faltado diálogo por parte do governo, mas todo atentado contra a vida e a lei terá pronta resposta. Atribuo o episódio à insensatez, à violência pela violência, inútil e desnecessária, que atenta contra o cidadão. Aonde vamos chegar?***

Raul Jungmann, sobre as ocupações de terra feitas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra).

Fonte: O GLOBO - Data de publicação: 19 junho

***É uma guerrilha.***

Vinicius Pimentel, um dos donos da fazenda no Pará, onde supostos pistoleiros teriam matado três sem-terra.

Fonte: FOLHA DE S.PAULO - Data de publicação: 27 agosto

***Esse não é mais um movimento em busca de terra para plantar, mas algo que reuniu o lumpesinato, os desocupados e todo tipo de detritos da sociedade em torno da utopia regressiva. A liderança dos sem-terra está contaminada por um ideal fundamentalista: como acha que tem razão, pode passar por cima da lei.***

Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, sobre o MST.

Fonte: EXAME - Data de publicação: 3 julho

***Eles na verdade estão querendo é um mártir de camisa ensanguentada.***

Roosevelt Roque dos Santos, presidente da nova União Democrática Ruralista, sobre os Sem Terra.

Fonte: JORNAL DO BRASIL - Data de publicação: 17 setembro

***Esse é um movimento que tenta desestabilizar a democracia no país. No fundo eles não querem nenhuma solução. Reforma agrária é apenas uma bandeira político-ideológica.***

Roosevelt Roque dos Santos, ex-presidente da União Democrática Ruralista, sobre o MST.

Fonte: FOLHA DE S.PAULO - Data de publicação: 19 setembro

***No Brasil, são contra a reforma agrária apenas o MST e os latifundiários. Mesmo porque essas medidas significam paz no campo. E essa não é a linha do MST.***

Raul Jungmann, sobre sua disposição em intensificar, em 1997, os projetos de reforma agrária.

Fonte: FOLHA DE S.PAULO - Data de publicação: 3 dezembro

---

A repressão no campo tem feito muitas baixas e marcado fundo na história de vida dos sem-terra. Ela não se expressa apenas em mortes, mas num ciclo irrefreável de ameaças, prisões, torturas e trabalho escravo, reforçada pelos descasos do Judiciário e poder público (Frei Betto, 2000b). Visando abordar a violência concreta (em articulação com a simbólica) passamos a apresentar os números de sua ocorrência no campo, e na seqüência, recuperamos episódios dos mais lamentáveis e cruéis da história brasileira recente ligada ao assunto. O sentido desta apresentação conjunta é tentar demonstrar que para os poderes instituídos resistirem às movimentações favoráveis à reforma agrária, não basta matar os Sem Terra, mas sim liquidar com quaisquer resquícios de rebeldia, devendo as mortes e os atentados contra a dignidade humana serem concreta e simbolicamente exemplares.

Segundo levantamento de Caros Amigos (2000), de 1980 até outubro de 2000, foram mortos no Brasil 1517 trabalhadores rurais. Liderando o *ranking* dos Estados, o Pará soma um terço. Somente na década 90 foram assassinados 370 dirigentes do MST (mais do que as vítimas assassinadas no regime militar).

No caso do Pará, a questão agrária ganha maior complexidade. Com área de 1.250.000 quilômetros quadrados, equivalente aos territórios da Espanha, França e Portugal somados, as grandes propriedades tomam cinquenta por cento da terra agricultável, enquanto as pequenas (com menos que 10 hectares) não chegam a dezoito por cento. Nesta imensidão em que o poder é concentrado e gerador de suas próprias leis, o trabalho escravo é bastante comum. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - Marabá (Arbex Júnior, 1999), de 1985 à 1996, há registro de seis chacinas somente nas regiões Sul e Sudeste do Estado, contando-se 43 mortes de trabalhadores, e entre 1996 e 1999, o trabalho escravo barbarizou 1784 pessoas. Neste clima de desalento, se por um lado foram realizadas 112 ocupações no período 1996-1999, envolvendo 17.196 famílias, por outro houve despejo de 1273 famílias.

Em 17 de abril de 1996, tentativa de desocupação - desobstrução pela força policial de estrada utilizada pelo MST - causou estragos na frágil aparência de plenitude democrática do país. Na oportunidade, mais de uma centena de soldados paraenses, utilizando armamento pesado, encurralaram e investiram contra centenas de homens, mulheres e crianças, provocando *O massacre de Eldorado de Carajás* (como ficou internacionalmente conhecido). Para destacar o grau de violência concreta e simbólica desferida nesse episódio, assinalamos no quadro 2 frases extraídas do volume especial publicado pela Caros Amigos (1999b), intitulado *O maior julgamento da história do Brasil*. Na ocasião, apesar do lamento pela morte de dezenove militantes e mutilação de dezenas (de acordo com dados oficiais), o mais assustador é o requinte de perversidade adotado pela Polícia Militar, bem como a forma como as notícias repercutiram na mídia e o tratamento dado pela Justiça desde o início dos fatos até o julgamento dos responsáveis.

Quadro 2 - Fragmentos de entrevistas e documentos relacionados ao *massacre de Eldorado dos Carajás*

---

*(...) foi algemado com as mãos para trás, ficando a partir desse momento sob imediata proteção da autoridade que o deteve (...) recebeu uma coronhada de fuzil nas costas que o levou ao chão (...) um dos policiais (...) segurou Oziel pelos cabelos, enquanto outro (...) disparou sua arma em direção à cabeça do vitimado.*

Trecho de documento produzido pelo Ministério Público, sobre o sem-terra Oziel Alves Pereira, morto com dois tiros na nuca, um no peito e outro no pescoço.

*Foi um massacre típico, com uso de força desnecessária seguida de execução sumária; os que fugiram eram recapturados para ser liquidados. Não nos interessa se um sem-terra atirou a primeira pedra ou não, porque ninguém morreu ali de pedrada. Os sem-terra não morreram em confronto, morreram subjugados e imobilizados nas mãos da Polícia Militar.*

Laudo pericial de Nelson Massini<sup>19</sup>

*- Massacre? Não houve massacre. Morreu pouca gente. É... Até que morreram poucos, para aquilo que eles fizeram. Obstruir uma estrada é coisa grave... vocês, no Sul, acham que essa história teve muita importância aqui em Marabá, não é? Pois não causou impacto nenhum. Nossa forma de pensar aqui é outra.*  
Carivaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Ruralistas de Marabá.

Fonte: Caros Amigos (1999b)

---

<sup>19</sup> O primeiro laudo (chamado posteriormente de contra-laudo) efetuado por outros peritos, é objeto de processo ético no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. O segundo grupo de legistas foi chamado pelo então Ministro da Justiça tendo em vista as notórias distorções apresentadas pelos primeiros encarregados, com suspeitas de favorecimento intencional à Polícia Militar (Caros Amigos, 1999b).

Mesmo após estes acontecimentos, a intimidação parece não ser reduzida. Em outra reportagem especial da *Caros Amigos* (1999a) são retratados *O horror no Paraná, A estranha escalada policial contra os Sem Terra; Tortura e terrorismo oficial e Um documento revoltante* (títulos dos destaques de capa). Em suma, passagens registradas pela reportagem mostram ações realizadas em madrugada fria, reforçadas por helicópteros, carros e grande efetivo policial - muitos encapuzados e fortemente armados - invadindo os acampamentos, com bombas de gás, aos gritos e tiros; os homens acampados sendo lançados brutalmente ao solo, permanecendo com as mãos na nuca e separados dos demais membros da família. Aos que foram presos para interrogatório (em busca de lideranças), a tortura incluiu a ingestão forçada de esterco. Se não bastasse, "A violência policial atinge até crianças e se traduz em outros gestos tão mesquinhos quanto covardes: tomam das pessoas bonés e camisetas com inscrições pró reforma agrária, queimam pertences, alimentos e barracas e destroem as lavouras das famílias desarmadas" (*Caros Amigos*, 1999a).

Para completar este quadro de desalento, é bom frisar que a violência ocorrida no Paraná não se restringe ao uso de forças oficiais. Em verdade, as ações são por vezes realizadas conjuntamente com efetivos privados contratados pelos fazendeiros da região, muitos deles associados em torno da UDR. Quando a Polícia não age, os próprios fazendeiros o fazem.

Embora seja difícil pensar em brechas mediante o cerco armado contra a rebeldia do MST, há que se considerar as contradições presentes nesse processo.

Mesmo havendo muitas localidades em que o MST é bem recebido pela população e governos municipais e estaduais, enquanto organização, as dificuldades se fazem presentes a todo instante; através das frentes de massa, os militantes têm que reverter a difamação contra sua imagem que chega facilmente via meios de comunicação; quando conquistada a confiança, os sem-terra passam pela *aventura* da ocupação; concretizada, devem resistir às pressões para saída da terra ocupada; se

resistirem, vêm a falta de dinheiro e estrutura para início da nova etapa da vida, e assim por diante. Contudo, para cada dificuldade, o MST tem buscado diferentes alternativas, sendo comum gerar antecipadamente seu fato político. Assim, nos acampamentos, por mais difícil seja a quôtidianeidade, vale o aprendizado da construção de novas formas de viver em comunidade e espantar frio, fome, insegurança e desesperança, através da solidariedade e paciência. A falta de ensino formal às crianças e adultos se supera com salas de aula e novos educadores populares formados no próprio Movimento<sup>20</sup>. Enfim, o que queremos mostrar é que o MST tem crescido nas contradições tanto advindas do sistema capitalista, que tentam superar, quanto das provenientes da nova sociedade que desejam.

Nesse sentido, ele considera que as medidas tomadas pelos governos e elites se dão num marco de luta de classes, próprios de uma sociedade injusta e desigual, devendo-se compreender que sempre haverá contradições nas ações oposicionistas à reforma agrária, e que estas têm resultados nem sempre positivos, nem lineares, sendo preciso aproveitar essas contradições "para impedir que as linhas de ação alcancem o seu resultado tático (MST, 2000a)."

Para encerrar, vamos recuperar o entendimento das violências serem passíveis de reprodução. Enquanto fruto das contradições internas, o Movimento tem buscado identificar e tratar aquilo que eles chamam de vícios (ou desvios ideológicos) de seus militantes, por representarem entraves para o estabelecimento dos interesses coletivos. Dentre eles: i) individualismo (maior preocupação com os próprios interesses do que com os planos da organização); ii) espontaneísmo (resistência ao planejamento e execução de ações em concerto) e iii) imobilismo (concordância somente às decisões

---

<sup>20</sup> O MST explica que "Durante o período de acampamento surgem novas necessidades, como por exemplo: cuidar da educação das crianças, que por estarem em situação de transição, não têm escola (...) Como agora essa população faz parte de uma forma de organização social, construindo uma práxis, surge também o interesse pelo seu desenvolvimento. Quando viviam nas periferias das cidades, por estarem isolados, muitos não reforçavam suas necessidades, que agora renascem com a luta pela terra (MST, 1998:44)"

que não signifiquem mais tempo de trabalho e menos tempo para dedicação a assuntos pessoais).

Há outros problemas desentranhados pela auto-crítica interna, retirados da caixa-preta. Bogo (1999b) os sistematiza a partir do que chama *lições da luta pela terra*. Assim, i) *fazer ações visando ter promoção na imprensa ao invés de alcançar objetivos que favoreçam a todos* e ii) *acreditar ingenuamente sem interpretar os bloqueios e acreditar excessivamente na força*, passam a ser alguns desvios de rota que julgam dever superar. Quanto ao primeiro, detalha dizendo que torna-se importante praticar ações e divulgá-las, para angariar apoio da sociedade, mas o objetivo principal deve ser avançar nas conquistas e não simplesmente fazer propaganda para projetar a Organização. Quanto ao segundo, reconhece que é preciso agir com inteligência para superar os bloqueios, e que não existiu na história movimento sequer que tenha andado permanentemente acelerado, o que representa recuperar forças e retornar em outro momento mais propício.

Outras contradições internas podem ser listadas, inclusive nas relações de gênero e no processo educativo de formação de seus militantes. Contudo, preferimos postergar esta discussão para ser feita articulada com os dados de campo da pesquisa.

### **3 A Saúde enfrentando as violências e limites da Educação Física**

---

*A paz não se constrói com a proclamação de anos internacionais. Mas com o efetivo conhecimento da violência e o repúdio formal pelos atingidos, e através da organização da sociedade, condenando sistematicamente toda e qualquer forma de violência.*

Dom José Gomes, Bispo de Chapecó

### 3.1 A saúde enfrentando as violências

As considerações a seguir são extraídas do ensaio *É possível prevenir a violência?* (Minayo e Souza, 1999).

Quando se fala em prevenção deste problema é importante saber quais as questões em pauta de determinada sociedade, quais os grupos ou indivíduos considerados para atuação e quais seriam as melhores estratégias de ação. No caso brasileiro, os problemas que mais nos afligem neste momento histórico podem ser colocados sob diferentes aspectos (p.13):

- Macro-estruturais: as extremas desigualdades, a violência nos ambientes de trabalho e desemprego, a exclusão social e moral, a corrupção e a impunidade;
- Conjunturais: crescimento do crime organizado; contrabando de armas de fogo; aumento da delinqüência juvenil e dos crimes contra pessoas e patrimônio - favorecidos pelo clima de anomicidade, desemprego, impunidade e ausência de projeto social integrador do conjunto dos extratos sociais;
- Cultural, interpessoal e privado: elevadas taxas de violência contra a crianças e adolescentes, mulheres, idosos, homossexuais e raciais;
- Institucional: arraigada violência e corrupção policial, alijamento e morosidade da justiça, discriminação e maus-tratos provenientes de diferentes setores do Estado.

Assim, para se pensar em prevenção das violências no Brasil, é preciso atingir vários níveis da realidade: "problemas macro-estruturais, que se exacerbam no presente, problemas novos que se nutrem dessa exacerbação, assim como problemas culturais arraigados que alimentam a situação conflitiva generalizada" (p.13). Requer investir em conceitos como desigualdade, injustiça, corrupção, impunidade, deterioração institucional, violação dos direitos humanos, banalização e pouca

valorização da vida, bem como na combinação de formas de atuar sobre vários âmbitos da vida social (Minayo e Souza, 1999).

Nesse sentido, as autoras nos trazem série de experiências de diferentes países que, em seu conjunto, apontam possíveis caminhos para pensar em sua prevenção no interior do setor saúde. No contexto da segurança pública, os relatos incluem Cali, Nova Iorque e Rio de Janeiro; exemplos que partem do campo da Saúde Coletiva são elaborados pelo *Center for Disease Control and Prevention* (CDC) dos Estados Unidos; outra do Ministério da Saúde brasileiro e a última pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Para não nos estendermos em demasia, ficaremos com a citação deste último.

- **Proposta do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Brasil**

Buscou introduzir a prevenção e atenção às vítimas de violência como tema relevante junto ao Sistema Único de Saúde. O objetivo foi criar plano de ações e metas que possibilitasse a sensibilização do tema em todos municípios brasileiros, formação de quadros para implantar sistema de informação, criar modelo de vigilância epidemiológica e promover a participação das secretarias municipais voltadas ao problema.

As ações foram centradas em quatro pontos:

1. **Crianças e adolescentes:** consiste em compreender que a identificação, prevenção primária e o cuidado mais abrangente dos casos de violência contra esses grupos são possíveis desde que os profissionais que lhes assistem estejam sensibilizados e munidos de condições instrumentais. Ademais, preconiza participação nos processos de democratização política, social, econômica e cultural

2. Violência contra a mulher: para desenvolver consciência crítica, na sociedade e nos serviços locais de saúde, sobre o significado da violência contra esse grupo social específico, considerando ser a mentalidade patriarcalista e a violência de gênero problema universal no país, objetiva: i) discutir as formas de organizar os serviços de maneira a aprimorar a sensibilidade dos profissionais para com sinais e sintomas; ii) aprimorar o sistema de notificação dos casos e participar intersetorialmente na criação e manutenção dos serviços de referência para as vítimas;
3. Atendimento de emergências: propõe melhores: desempenho dos serviços; formação profissional e entrosamento das equipes para pensar técnica e humanisticamente o atendimento; sistema de informações e a rede de referência;
4. Sistema de informações: visa articulação dos dados registrados nos serviços com os da segurança pública e a busca de assessoria para aprofundamento de pesquisas que forneçam o perfil sócio-epidemiológico mais aproximado às realidades dos municípios brasileiros

Ao analisar as contribuições de Minayo e Souza (1999), Nunes (1999) infere que sobre as violências devem incidir medidas diretas e indiretas. "Indiretamente, mas básicas para a prevenção, são as medidas no campo da educação e da formação ética que preservem os princípios de "qualidade e sacralidade da vida" (p.24). Continuando, quanto a pergunta de ser possível prevenir a violência, afirma que acreditar nessa possibilidade nos coloca frente à necessidade de aprendermos a conviver com a diferença, respeitar a individualidade e de nos engajarmos eticamente com outras pessoas. Contudo, adverte: apesar de as intervenções sobre "estilo de vida" serem importantes, "devem ser contextualizadas a fim de que sejam criadas estratégias que tomem a população como todo. (p.25)"

Para que as estratégias de prevenção às violências possam surtir efeito no contexto do MST, é preciso reduzir o otimismo para com o cumprimento das responsabilidades do Estado, pois ela não conta com seu apoio (até pelo contrário, talvez o Estado seja seu maior combatente). Contudo, algumas das ações previstas podem ser ressignificadas nas brechas do sistema, e se possa assumir parcerias para aprimorar o processo educativo de formação de seus militantes.

Nesse sentido, é preciso ter em conta os limites para promover alterações diretamente nas estruturas sociais e de poder. Não obstante, conforme percebemos linhas acima (Nunes, 1999), a educação aliada à saúde pode fornecer subsídios importantes e potentes para enfrentar as violências de forma mais realista. E esta relação, como veremos posteriormente, já é estabelecida no trato das violências pela Educação Física, ainda que de modo não muito claro.

Porém, antes de chegarmos a esta explicitação, passemos a rever as concepções hegemônicas da Educação Física relacionada a saúde, com o objetivo de demonstrar os impedimentos que se fazem presentes para a área tratar do tema em perspectiva crítica. Ora, se a própria saúde reluta em incluir o tratamento dessa problemática, e quando o faz a mantém sob domínio do positivismo científico (Minayo e Souza, 1999), há que esperarmos medidas igualmente conservadoras das hegemonias do nosso campo de conhecimentos.

### 3.2 Sobre os limites do paradigma dos fatores de risco

Na epidemiologia tradicional, aspecto central é desvelar a relação que se estabelece entre *causas* (exposição a fatores) e seus *efeitos* (doenças), considerando-se associação causal quando a alteração na frequência (ou intensidade) de um dos elementos acarretar mudança no outro. É a essa forma de compreender o *processo de*

*determinação da saúde* das pessoas que chamamos *causalidade*, cujo emprego pode se dar tanto no âmbito individual (da clínica), quanto no coletivo (Almeida Filho, 2000).

No decorrer da história da humanidade as explicações às causas das doenças foram e continuam bastante diversificadas, com sua construção limitada não apenas ao alcance do conhecimento humano, mas sobretudo ao "modo predominante de interpretar as relações com a natureza e indivíduos entre si" (Sabroza, 1994:7). Esta afirmação tem alguns significados importantes, dentre eles que as referidas teorias explicativas não evoluíram de forma linear, mas sim no confronto de idéias, na disputa por interesses e manutenção de poder - com avanços, longas estagnações e retrocessos constantes.

Impulsionada por importantes resultados de estudos que estabeleceram relações entre câncer e tabagismo e doença coronariana com colesterol sérico e o fumo, a metáfora da *caixa preta* representa o paradigma emergente, como o segredo a ser desvendado pela epidemiologia; relaciona exposição a resultado, sem que isso implique necessariamente "qualquer obrigação de interpolar fatores intermediários, ou mesmo a patogênese" (Susser e Susser, 1998:194). Sob este enfoque, vem-se desenvolvendo nas últimas décadas enorme e consistente aparato técnico para dar conta sobretudo das doenças crônicas, notadamente no relativo ao aperfeiçoamento dos desenhos de estudos e modelagens estatísticas.

Embora os autores acima mencionados reconheçam que a *caixa preta* permanece como paradigma dominante entre os epidemiologistas contemporâneos, prevêm seu subsequente declínio. Avaliam que, pela inadequação para defrontamento de agravos de grande complexidade, embora a prevenção de muitos deles seja conhecida e possível, torna-se bastante difícil a atuação em seus diferentes níveis, fato limitador da confiança em ações centradas na mudança de comportamento das populações.

*O paradigma da caixa preta, isoladamente, não elucida as forças sociais nem suas relações com a saúde. (...) não nos fornece instrumentos já consolidados para lidar com os fatores de risco no seu contexto amplo, como é geralmente necessário para sua mudança efetiva. A prevenção em nível social é conceituada antes como intervenção sobre indivíduos em escala "en masse" do que intervenção em uma entidade social com leis e dinâmicas próprias. (Susser e Susser, 1998:198)*

De fato, na *caixa preta*, o tratamento dado à realidade, aos acontecimentos do mundo vivido, destaca atenção aos chamados *fatores de risco* com vistas a isolá-los para melhor compreensão e intervenção, bem como as dimensões psíquicas e sociais passíveis de assumir nivelamento aos atributos biológicos. Isto faz com que condições de vida, demandas sociais, poder de consumo e hábitos pessoais possam ser naturalizados, desconsiderando-se que populações não são apenas coleções de indivíduos convenientemente agrupados, mas configuram entidades históricas, com sua própria cultura, organização e divisões sociais e econômicas (Pearce, 1997).

Na Epidemiologia tradicional ou dos fatores de risco, o objeto principal de investigação tem sido as doenças crônico-degenerativas, estando presente na maior parte dos estudos a intenção de tornar mensuráveis as incertezas. Neste enfoque, podem ser considerados dois tipos de risco: um relativo a percepção vivida - *incerteza não-mensurável*, e outro referente a *incerteza mensurável*, passível de quantificação por meio de leis probabilísticas (Castiel, 1994). Pode-se exemplificar a primeira forma pela noção de perigo ao se enfrentar desarmado a leão faminto, ou de saltar sem proteção de prédio de altura elevada, situações em que não se tem que fazer grande esforço para prever seus resultados, não obstante a influência de acontecimentos progressos que nos dão a dimensão dos efeitos possíveis. Por sua vez, no caso da incerteza mensurável, são utilizados modelos matemáticos que possibilitam estabelecer quantificação e estimar taxas de risco.

Assim, uma das características básicas do enfoque é sua imprecisão conceitual, que varia conforme as definições de saúde, os propósitos e contextos de sua aplicação, bem como pelos métodos de mensuração empregados (Castiel, 1994). Trata-se de "construção mental que relaciona ações e circunstâncias de hoje com eventual resultado futuro (Briceño-León, 1998:127). Em termos práticos, a lógica de sua aplicação se dá pela indução, ou seja, é a partir de dados epidemiológicos de determinados grupos populacionais que se projeta a possibilidade ampliada de pessoas, inseridas em outros grupos - quando guardadas algumas semelhanças - virem a sofrer os mesmos danos. Essas características semelhantes podem ser, para os interesses da Educação Física, o grau de adesão a exercícios, daí decorrendo a luta quase histórica contra o sedentarismo na atualidade.

Pelo estabelecimento dos riscos e as projeções de ocorrência se prescrevem tentativas de prevenção, gerando políticas públicas e tentativa de influenciar comportamentos individuais. Em que pesem as virtudes e acertos deste enfoque, muitos por sinal, sua sedutora e aparente funcionalidade tem sido bastante questionada, sob variados prismas.

Questão que antecede e se sobressai às demais é a ideológica, porque, nesse aspecto, tal abordagem tem contribuído para conservação de velhas estruturas de dominação entre classes sociais e orientado ações que favorecem o seu emprego como categoria submetida à crescente medicalização. Segundo Castiel (1994:155), isto resulta "de redução que poderíamos chamar de tipo pragmático-funcional. Dessa forma, o risco adquire o estatuto de entidade passível de intervenção e, com isso, geradora do consumo de ações ditas terapêuticas e preventivas específicas (...)".

No pertinente às associações com a preservação de interesses político-econômicos espoliadores da classe operária, a expressão risco denota possibilidade tanto de ocorrência, quanto de não-ocorrência dos fenômenos ligados à saúde-doença. Induz-se a creditar, no exemplo dos trabalhadores, que estes podem vir a sofrer

danos em suas atividades produtivas, como também podem vir a não sofrê-los, restando sempre margem para dúvida; desnuda a identidade do risco como carregada, ao mesmo tempo, de objetividade e subjetividade, e o atributo da dúvida joga com o imaginário, a necessidade, o medo e o prazer do desafio.

Poderíamos considerar até mesmo que o anúncio do risco carrega consigo potencial de ampliação de sua ocorrência, pois há os que queiram desafiar seus limites; em outra situação, pensar que algo *sempre está por vir* assume feições de irrealidade, pois não é tangível, alcançável. Ora, se o cálculo de risco é feito com dados da vida de outros, pode-se pensar que "isso não irá acontecer comigo", mesmo que todas as evidências reforcem o contrário.

Nesta perspectiva, sugere-se que as possibilidades objetivas se ampliam ou reduzem a depender do saneamento do ambiente, e/ou das condições de vida dos envolvidos, bem como de seus atos inseguros (ou seja, de seu *comportamento de risco*). O efeito prático desse pensamento, como já dissemos, são medidas de prevenção, mormente reformistas, visando a proteger a atividade produtiva, apesar do anúncio de ênfase no resguardo da saúde das pessoas. Assim, estará se favorecendo a perpetuação de sistema que tem como inerente a possibilidade de causar danos aos trabalhadores, pois, agindo no nível de superficialidade, não altera a essência dos processos em que se originam esses problemas. Fica implícita a idéia de que *viver é um risco* e que, portanto, é normal conviver com a possibilidade de agressões e, grosso modo, deveremos nos contentar com as promessas de sua redução ao mínimo possível.

Breilh sintetiza a questão da seguinte forma (1991a:43):

*A "velha" epidemiologia obedece aos fundamentos empírico-funcionalistas de uma atuação científica que é exercida, consciente ou inconscientemente, de forma a beneficiar os setores atrasados de nossas sociedades. Aborda os princípios de causalidade e distribuição em seus efeitos aparentes, mede e correlaciona tais efeitos para conhecer o estado ou potencialidade funcional da população, para detectar a prevalência de alterações orgânicas ou psíquicas que*

*transtornam sua produtividade e para estabelecer bases mínimas de proteção dos grupos produtivos...de acordo com as necessidades de desenvolvimento do grande capital.*

Outro aspecto que se apresenta a esse respeito é a atribuição de responsabilidade pelo estado de saúde-doença diretamente às pessoas, na medida em que determinados comportamentos e condições de vida são passíveis de naturalização, ou seja, não se leva em conta que a forma de ser das pessoas é construída na interação com o ambiente, num mundo de relações dinâmicas e repleto de antagonismos, e que as tomadas de decisão não dependem apenas da racionalidade e força de vontade.

A transferência de responsabilidade para os indivíduos, no que se refere a adoção de hábitos saudáveis, centra suas atenções na categoria *estilo de vida*. Sobre esse conceito, Penna (1997:115) diz haver pouca teorização em epidemiologia, "sendo sua interpretação muito próxima do senso comum", utilizada como referência a exposições cotidianas relacionadas a hábitos e práticas:

*Dentro de um pensamento liberal simplista, o estilo de vida seria uma escolha individual em uma sociedade democrática. Seu resultado é uma Saúde Pública que responsabiliza o indivíduo por sua saúde, e cuja ação é centrada basicamente no esclarecimento da população sobre como ter um estilo de vida saudável.*

Pearce (1997:121) alerta que "as mudanças que têm lugar no nível populacional são comumente mais fundamentais e efetivas do que aquelas ocorridas no nível individual." Estudando a relação entre classe social e câncer, suas afirmações vão na seguinte direção: a) o fator de risco tabagismo pode ser considerado como sintoma secundário de características mais profundas da sociedade; b) é provável que os maiores avanços na prevenção do câncer venham a ocorrer em função de mudanças sociais e econômicas; c) a principal razão da pouca importância atribuída aos fatores sócio-econômicos, na epidemiologia do câncer, talvez seja porque eles não aparentam

ser *causas reais*, ou não tão diretas como o tabaco; d) o elo entre tabaco e câncer pulmonar é muito mais um problema social, econômico e político do que uma questão de *estilo de vida*. Na verdade, fumar é um mecanismo por intermédio do qual os fatores sócio-econômicos causam doenças.

Chor (1999:2), no relativo às doenças cardiovasculares, confirma que *informação, nível de escolaridade e acesso a bens e serviços não têm sido suficientes para causar e manter mudanças de hábitos e atitudes*. Isto remete e reforça colocações anteriores, de que, por um lado, há a necessidade de incorporar as dimensões sociais na causalidade das doenças mas, por outro lado, torna-se insuficiente quando não se tocam as raízes da estrutura social, ou seja:

*O primeiro nível de intervenção é, portanto, o de influenciar valores e condições sociais que não só sustentam mas favorecem hábitos arriscados, com leis e normas que protejam e valorizem a vida. No entanto, a dimensão coletiva não esgota a questão. Embora hábitos e comportamentos relacionados à saúde sejam culturalmente mediados, tomam também formas bastante pessoais. É nesta dimensão que se encontram, provavelmente, as maiores lacunas do 'fazer' da saúde pública, ao não levar em conta o caráter não racional das escolhas de comportamento, especialmente quando se trata do prazer ligado ao hábito de fumar, beber, comer ou à vida sexual.(p. 3)*

É bom destacar: ao final da citação anterior, poderíamos acrescentar a prática (ou não-prática) da atividade física.

Prosseguindo na mesma direção, sob o prisma metodológico, o conceito de risco também é discutível, pois introduz um atributo de identidade entre o possível e o previsível, na conjetura de que o previsível é identificável e quantificável por meio das técnicas probabilísticas, acentuando, em princípio, dimensão preditiva das disciplinas que lhe fazem uso. De acordo com Castiel (1994), para isso se concretizar, assumem-se os seguintes pressupostos, sistematizados a seguir, e ampliados pela colaboração de outros autores:

Quadro 3 - Pressupostos assumidos no enfoque de risco e respectivas críticas

Pressupostos	Críticas
Regularidade dos efeitos empíricos, sugerindo não ocorrência de alteração nas interações entre indicadores de risco e agravos.	Ao mesmo tempo em que há, a princípio, dimensões orgânicas regulares envolvidas, cada caso tem suas peculiaridades, cada grupo populacional tem características que lhe são próprias, singulares.
Relações causais entre fatores de risco e agravos.	É difícil distinguir entre o que se constitui como elemento determinante ou predisponente (verdadeiramente preditivos) em relação a fatores incidentais, em especial quando ocorrem riscos associados.
Risco como algo intrinsecamente negativo e indesejado, devendo ser reduzido e evitado.	Elimina possibilidade de análise dialética sobre a realidade, desconsiderando as contradições que demonstram serem os fenômenos dotados de aspectos positivos e negativos, de forma dinâmica.
Os períodos cronológicos considerados para validade preditiva.	Redução da importância da latência, pois esta difere entre os eventos mórbidos.
A abordagem de níveis de organização distintos, correspondentes a fatores de risco sociais e biológicos. O dispositivo epidemiológico demanda homogeneização; os objetos de estudo são comparáveis e extrapoláveis às populações gerais (desde que a partir de certos critérios metodológicos e com algumas precauções).	Há possibilidade de se operar confusão de tipos lógicos, pois se produz deslocamento do estatuto fator de risco, ou seja, variáveis localizadas numa dimensão (populacional) podem não possuir o mesmo comportamento se consideradas em nível do indivíduo. Em termos epidemiológicos, as causas da incidência de uma doença podem ser distintas das causas do caso individual.
A busca dos níveis de abstração mais elevados, sob a forma de leis universais.	Não acompanhamento das mudanças oferecidas pelas novas dinâmicas das doenças e novas tecnologias. (Susser e Susser, 1998)
Inferir causalidade diz respeito a efeitos de causas em indivíduos (unidades) específicos.	Isto implica no chamado "problema fundamental da inferência causal", ou, em outras palavras, é impossível observar simultaneamente o valor do tratamento e do não-tratamento na mesma unidade. (Czeresnia e Albuquerque, 1998:66)

Algumas alternativas de superação desse paradigma vem sendo reunidas na Epidemiologia Crítica. Dentre as muitas vertentes que contribuíram para a ressignificação do social no contexto da Saúde Coletiva, neste enfoque (EC), a epidemiologia é entendida como conjunto de conceitos, métodos e formas de atuação prática que se aplicam ao conhecimento e transformação da saúde-doença em sua dimensão coletiva (ou social), tendo como objeto os processos que, no domínio social geral, das classes, ou frações sociais especiais, determinam a produção de condições específicas de saúde e doença.

### 3.3 A relação Educação Física - saúde nos paradigmas hegemônicos

*Numa época como a atual, de enfraquecimento da racionalidade crítica e de retomada da razão instrumental, que os "papas" do capitalismo querem definir como "Era da Pós-Modernidade", propugnando o avanço social por meios puramente tecnológicos e defendendo as supostas bondades de um capitalismo benigno (...) urge multiplicar uma contra-ofensiva e elevar a prática e o discurso crítico.*

Jaime Breilh

*Uma breve releitura das últimas décadas é suficiente para perceber uma substantiva produção de conhecimento, o desenvolvimento de abordagens metodológicas no campo das teorias pedagógicas e um conjunto de experiências educativas no contexto escolar, científico e social, que vêm fornecendo indicações superadoras de um paradigma centrado na aptidão física, de feições mecânicas e reprodutivistas, para um outro de natureza histórico-social e cultural.*

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

A intenção de seguirem duas citações ao início deste texto é de trazer, de pronto, dois posicionamentos que, embora oriundos de fontes diferentes (Saúde Coletiva/Epidemiologia Crítica e CBCE), são convergentes em seus propósitos de mudança da realidade social dos povos a que se dedicam<sup>21</sup>. Enquanto uma nos revitaliza para com o compromisso ético da luta acadêmico-político-social, vem a outra e nos lembra que muito já foi conquistado, com alternativas bastante experimentadas na especificidade da EF/CE (Educação Física/Ciências do Esporte).

Porém, em nosso entendimento, das muitas coisas que faltam para a mudança almejada, uma delas é a efetiva articulação dessas duas áreas. E o compromisso deste tópico é esse: trata-se de aprender com as conquistas da Saúde Coletiva e contribuir

---

<sup>21</sup> Em fevereiro de 2001, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte se posicionou junto ao Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, colocando-se "publicamente a favor da defesa de iniciativas que, pautadas pelo princípio da *inclusão*, reflitam a imperiosa necessidade de debelarmos o quadro de revoltante e desumana desigualdade social presente em nosso país" (CBCE, 2001).

para com a Educação Física, na tentativa de construir, nesta última, possibilidades de pensar/agir a/na saúde criticamente, de forma aderente aos seus princípios/anseios.

Dessa maneira, visamos, através de novas propostas de abordagem, a ressignificação do tema saúde, cujo tratamento hegemônico tem merecido, por vezes, críticas que o associam fortemente ao positivismo científico, à tradição médico-higienista e ao conservadorismo político explícito em suas ideologias (Ferreira, 1997; Paiva, 1999).

É bom ressaltar que, por sua vez, estudos sobre atividade física e esportes, apesar de contemplados em algumas das principais reuniões científicas de áreas consolidadas da Saúde, no caso a Saúde Coletiva, não costumam figurar no primeiro plano de suas discussões (Gonçalves *et al.*, 1999). Contudo, uma coisa parece certa: o estímulo às práticas de exercício faz parte do receituário de várias profissões da Saúde, bem como esta é reconhecidamente condição julgada necessária para a melhoria da vida das pessoas<sup>22</sup>, perfazendo compromisso da Educação brasileira, de forma geral, e da Educação Física, em particular (Brasil, 1997).

Partindo deste quadro, neste trabalho, em síntese, buscamos refletir sobre o uso da concepção saúde a que temos feito referência na Educação Física, e também sobre as *ferramentas* por nós utilizadas e aquelas que se mantêm em desuso. Nesse sentido, a estrutura deste tópico conterà os seguintes elementos: 1) leitura crítica de aspectos de visões hegemônicas entre Educação Física - Saúde e 2) problematizações lançadas sobre esse quadro referencial a respeito da capacidade dessas visões hegemônicas se lançarem ao tratamento das violências.

Nestes termos, no Brasil, quando se trata de pensar em Educação Física relacionada a saúde, as lembranças que mais imediatamente se apresentam, e que

---

<sup>22</sup> Há discussões antigas e recentes que associam saúde e condições de vida, podendo ser observadas como exemplo das mais atuais as desenvolvidas em Barata (1997).

podem ser notadas em Gomes e Araújo Filho (1992), são: i) orientação para se atingir aptidão física via estilo de vida ativo<sup>23</sup> e, por sua vez; ii) associação mecânica dessa conduta, e seus resultados, com a noção de saúde. Ao permanecermos fascinados e iludidos pela facilidade destas primeiras impressões, várias dificuldades de interpretação da realidade vão se enfileirando e estimulam práticas muitas vezes aligeiradas em nossa intervenção profissional (Gonçalves e Pires, 1999).

Grande problema que se apresenta nessa tentativa de conciliação entre nosso saber e as diversas situações às quais nos defrontamos quotidianamente, é o de tratar pessoas com condições diferentes como sendo semelhantes. Em termos de rendimentos escolares, de forma geral, isso já vem sendo intensamente debatido, com o sentido de mostrar que mesmo ao agrupar pessoas com algumas características semelhantes, para cada uma delas há um modo de convívio familiar, de hábitos, valores, crenças, motivações e formas de se relacionar que as diferenciam entre si, e fazem com que o aprendizado seja diferente. Em outras palavras, "querer tratar da mesma maneira alunos que se encontram em situação desigual, fingindo todos terem a mesma possibilidade de aprender o que a escola ensina, significa não apenas manter a desigualdade, mas até aumentá-la" (Ceccon, Oliveira e Oliveira, 1996: 51).

A formação de grupos homogêneos segundo critérios gerados por avaliação física, para aplicação de exercícios com intenção de obter bons resultados para seus membros, pode ser estratégia passível de análise por este mesmo raciocínio. Nas aulas de educação física é bastante freqüente a aglutinação de pessoas por idade

---

<sup>23</sup> O Conselho Federal de Educação Física, na apresentação de sua Carta Brasileira de Educação Física, chega a declarar textualmente que, através do respectivo texto, poderemos "refletir sobre os novos rumos que legitimam nossa categoria visando a melhoria do estilo de vida da sociedade", aspecto com o qual discordamos pelo sentido que denota tal expressão em nosso contexto (CONFEEF, s.d.). Ou seja, ao se apropriar do conceito *estilo de vida*, a EF/CE tem transferido responsabilidade de adesão aos exercícios diretamente ao indivíduo, independentemente da existência de condições objetivas que possibilitem a prática inicial e sua continuidade.

aproximada, condições físicas, sexo, mas dificilmente se fazem aprofundamentos relativos às condições de vida dos alunos (para ficarmos apenas neste aspecto).

A diferença na obtenção de benefícios pela prática de atividades físicas, atribuída a fatores sócio-econômicos, pode ser observada em trabalho com alunos de Ensino Médio, em Bauru, SP (Monteiro, Padovani e Gonçalves, 1999) e também com Policiais Militares na mesma cidade (Monteiro *et al.*, 1995; Monteiro, Gonçalves e Padovani *et al.*, 1998). Infelizmente, este tipo de abordagem e interpretação de resultados nem sempre se faz presente, o que pode conduzir a aumento de exigência daqueles que se apresentam em defasagem no processo de "treinamento", com possibilidades de recomendação de maior empenho individual, a fim de recuperação perante os demais.

Experiência com jovens militares do Exército brasileiro (Matiello Júnior, Gonçalves e Padovani, 1999) pode ser ilustrativa a respeito, pois nesta instituição, à época, o treinamento físico tinha como um dos principais objetivos o desenvolvimento da saúde. Os conscritos eram avaliados nos meses iniciais dos trabalhos e aqueles que não obtinham bons resultados em testes de aptidão física eram obrigados a participar de atividades de recuperação. Em contrapartida, há indicativos de que pessoas submetidas ao estresse do ambiente de combate tornam-se mais predispostas ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas (Wynd e Ryan-Wenger, 1998) e que a aproximação entre usuários e não-usuários, sem a devida preparação, pode inclusive disseminar tais hábitos nestes últimos, sendo o contrário também verdadeiro (Souza, 1994). Com isto, enquanto institucionalmente se pretende reforçar o estilo de vida voltado à prática de exercícios durante e após a prestação do serviço militar (Matiello Júnior e Gonçalves, 1997), é bastante provável que muitos jovens também retornem à vida civil e assumam novos hábitos mais indesejáveis para saúde, mais até do que o sedentarismo, ferozmente combatido em nossa sociedade.

No contexto bastante conflitivo, que é o da realidade brasileira na atualidade, nos animamos a ressaltar que o exercício não irá causar efeitos sempre previsíveis e benéficos, bem como as pessoas guardam singularidades que as diferenciam das outras, sendo, portanto, exagerada a noção de que sua execução proporciona aptidão física indistintamente.

Vale destacar, quando se cria a noção de saúde pela via da aptidão física no senso comum, sustentado com ares de cientificidade por especialistas e governos, via comunicação de massa, pode-se gerar pseudo-sensação de segurança na população praticante, o que favorece a desmobilização das pessoas para outros aspectos da vida social.

Da maneira como as expressões *aptidão física e saúde* são geralmente associadas, a impressão dada é que são sinônimos (Devide, 1996), quando absolutamente não são, apesar do empenho intenso e deliberado para que se apreendam num só compartimento essas duas realidades bastante complexas. Não é preciso grande esforço para darmos conta destas simplificações teóricas, bastando para isso pensarmos nas inúmeras formas como vêm surgindo as campanhas do tipo *Mexa-se!* no Brasil e no mundo (Valente, 1997). Mas é preciso esforço multiplicado para alertar a população e nossa categoria profissional sobre as conseqüências dessas formulações. No dizer de Solomon (1991:48), "Idéias intuitivamente atraentes, impregnadas de qualidades ao mesmo tempo lógicas e mágicas, são difíceis de se dissipar."

Os relatos sobre benefícios da atividade física para a saúde vêm de longa data, do Oriente ao Ocidente, descritos sobre os componentes biológicos até os planos espirituais. Para nossos interesses, no momento, vamos nos fixar em aspectos da discussão sobre *atividade física, aptidão física e saúde*.

Solomon (1991) nos lembra que em 1953, na Inglaterra, foi publicado o primeiro trabalho que legitimou academicamente a adoção do exercício para trazer anos adicionais às pessoas e protegê-las de problemas com as coronárias. Naquele momento, apesar de os próprios autores alertarem para reservas metodológicas de sua pesquisa, imperou o imediatismo, com disseminação ampla dos achados preliminares. Desde então, pode-se afirmar que têm sido feitos maiores esforços na divulgação de resultados favoráveis ao exercício do que o contrário, estabelecendo-se indústria do *fitness* com extraordinária lucratividade<sup>24</sup>. E não é sem motivo que esta ideologia se reproduz facilmente, pois trata-se de discurso de forte apelo para o pragmatismo, associado ao prazer e modelos estéticos sedutores.

Em termos de elaboração teórica, a matriz de sustentação se dá por diferentes correntes, das quais citaremos três que predominam contemporaneamente nos estudos sobre aptidão física e saúde, em âmbito internacional (Monteiro e Gonçalves, 1994). A primeira delas, *Medicina Esportiva*, é baseada na atuação médica, identificada por seu caráter assistencial; visa o máximo de eficiência motora no treinamento de alto rendimento, atua na prevenção em todos os níveis e utiliza a atividade física com fins terapêuticos. Outra corrente é representada pelas áreas *Biomecânica, Cinesiologia e Fisiologia*, fundamentadas em conceitos de bases biológicas. As primeiras lançam mão de conhecimentos da Física e estruturas e funções músculo-esqueléticas para melhorar a eficiência do movimento humano, enquanto a última estuda as adaptações orgânicas frente a prática do exercício. Há também a gerada nos *Centros para Controle das Doenças (CDC - EUA)*, em que o processo saúde-doença está centrado nos hábitos de vida do indivíduo, em sua natureza comportamental.

Em síntese, alguns resultados da influência das três primeiras correntes mencionadas para o cotidiano da relação hegemônica entre Educação Física e saúde podem ser assim descritos e analisados: i) no fulcro da relação está a aptidão física, com certo pragmatismo na busca de eficiência motora e adaptação aos efeitos do exercício; ii) essencialmente, o entendimento de *homem* restringe-se às suas dimensões biológicas; iii) quando considerados, os aspectos comportamentais são tratados por variáveis passíveis de naturalização; iv) as dimensões sociais e sua historicidade são praticamente desconsideradas: privilegia-se a intervenção sobre indivíduos, ainda que tomados como membros de grupos; e v) atuação profissional visa instrumentalização de atletas/praticantes para otimização do uso de técnicas e estímulo para manterem-se fisicamente ativos.

Estas características predominantes afloram quando realizadas avaliações de importantes eventos da Educação Física brasileira. A observação de estudos realizados com diferentes grupos de pessoas, tempos ou lugares, revela que essas peculiaridades costumam pouco importar nas análises de resultados, incorrendo em inevitável reducionismo dos conceitos saúde e qualidade de vida (Gonçalves *et al.*, 1999; Matiello Júnior *et al.*, 2000; Pires, Matiello Júnior e Gonçalves, 1998).

Com boa margem de segurança, pode-se afirmar que esses referenciais teórico-metodológicos utilizados não têm dado conta de responder às necessidades locais, por serem conhecimentos formulados originalmente para atender expectativas de outros povos, transplantados até integralmente, com restritas adaptações ao nosso contexto e, portanto, pouca disposição para enfrentamento de problemas particulares deste país, submetidos que somos a condição de dependência político-econômica em

---

<sup>24</sup> O site [www.fitnessbrasil.com.br/ihrsa.htm](http://www.fitnessbrasil.com.br/ihrsa.htm) (11/10/2000) indica em sua página de apresentação que *Melhor que conhecer a extensão do mercado fitness é lucrar com ela*. A rede de serviços sugerida inclui mecanismos de associação e assessoria para montagem [das instalações], equipamentos de sonorização e *softwares* gerenciadores, alta tecnologia em pisos, arquitetura e *design* de interiores, aparelhos de água e de piscinas.

âmbito internacional. Parece, ainda, haver certo *engessamento* no trato da atividade física, pois dificilmente se consegue superar a visão que a introduz com significados de caráter eminentemente técnico, de utilidade circunscrita a desenvolver, manter ou recuperar uma ou mais capacidades físicas.

Para completar este quadro, mesmo perspectiva seletiva mostra que são numerosos os grupos de agravos que compõem uma possível construção do panorama da Saúde Coletiva brasileira, sendo as doenças crônico-degenerativas (i) - alvos preferidos pelas visões hegemônicas citadas - condizentes a apenas um desses grupos. Os outros são: ii) malformações e afecções constitucionais; iii) carências nutricionais; iv) doenças diarréicas; v) moléstias ocupacionais; vi) agravos mentais e; vii) causas externas (Corrêa Filho, Gonçalves e Gonçalves, 1997). Isto propicia elementos concretos para reflexão crítica sobre a capacidade de a Educação Física enxergar e eleger prioridades em saúde. Nestes termos, vale considerar o posto por Breilh (1991a:249):

*Se detectarmos os processos críticos da deteriorização da vida e da saúde do povo, poderemos estabelecer quais as perguntas-chave que deveremos responder, quais os temas para aprofundamento e qual o ordenamento de um plano mediato que oriente o projeto histórico que conscientemente se defende nos núcleos de investigação mais democrática.*

Outra forma de expor os limites de atuação da área é recorrer a breve olhar sobre as recentes e substanciais mudanças nas ações mantidas entre Estados, instituições e pessoas em escala planetária, decorrentes de fase mais aprimorada (e contraditória) do capitalismo, conhecida como neoliberal, cujos efeitos interferem diretamente nas condições e estilos de vida. Mudanças que, no entanto, a hegemonia da Educação Física relacionada à saúde teimosamente insiste em subvalorizar.

Em termos escolares, as políticas neoliberais têm ocasionado, dentre outras conseqüências: i) oferta e consumo de escolarização que freqüentemente reafirma desigualdades socioeconômicas, com valor duvidoso para o processo de desenvolvimento local, sendo os que têm maior necessidade dela, os que menos podem obtê-la e; ii) criação de relações de dependência e discriminação de minorias, promovendo desigualdades de *status*, de poder de barganha e de sentimentos de auto-estima (Deacon e Parker, 1998).

Os efeitos na saúde não são menos preocupantes. A ausência de elementos básicos de consumo, que afetam sobretudo os países mais pobres e os mais pobres desses países, somados aos transtornos causados pela perda de inserção no sistema produtivo (Laurell, 1997), ocasionam competição irrefreada e substituição de valores que potencializam laços de solidariedade e deixam rastros de profunda destruição no mundo agora globalizado.

Analisados sob o prisma das contradições do próprio sistema capitalista, estes fenômenos trazem consigo potenciais para o desenvolvimento humano, ainda que seja na base da organização coletiva para superação. Porém, de fato, essas alterações no perfil de reprodução social<sup>25</sup> impelem as pessoas a fazer circunstancialmente importantes concessões em sua integridade física, mental, moral e social para os detentores do poder no processo produtivo (se nele estão inseridos!), ao mesmo tempo em que são revistos os direitos à saúde, tratando-a como mercadoria cara e escassa: "o modelo (...) está fazendo com que se questione o direito à saúde, o qual não deixa de ser valor social e ético constitucionalmente definido na maioria de nossos países<sup>26</sup>, ainda que aspiração parcialmente não cumprida. (Laurell, 1997:86)"

---

<sup>25</sup> Por *perfil de reprodução social*, caracterizam-se as formas de trabalhar e consumir, as relações que os seres humanos estabelecem entre si, transformam a natureza e pelas quais realizam a distribuição e o intercâmbio dos bens, materiais e simbólicos, socialmente produzidos; pelas instituições que geram e pelo nível de consciência e organização que alcançam (Campaña, 1997).

<sup>26</sup> Alusão aos países da América Latina.

Em que pesem estes e outros dados fartamente anunciados, a Educação Física, sobretudo nas atividades não-escolares, como a ginástica laboral (ou empresarial), tem se dedicado, ingenuamente ou não (Gonçalves e Pires, 1999; Carvalho, 1991), a melhorar os padrões de movimento do homem moderno, na crença equivocada de que é o sedentarismo - decorrente do abuso das novas tecnologias - o maior vilão a atuar contra humanidade<sup>27</sup>, gerando em consequência doenças hipocinéticas e estresse; deixa, no entanto, de atuar no cerne da questão, ou seja, na forma de organização produtiva determinante do desgaste dos trabalhadores (se descomprometendo também com os desempregados!). Nesse contexto, a área quase sempre tem a função de aumentar a aptidão ao trabalho, para incremento de produtividade e diminuição de absenteísmo, visando tornar os empregados mais resistentes e motivados, compensando seus desgastes físicos e mentais (v.g. Carvalho e Gonçalves, 1992; Devidé, 1998). Assume, com isto, papel chave nos projetos que têm sabidamente por objetivo elevar a produção a qualquer custo (maior custo social, menor custo financeiro!).

Feitas as considerações, em síntese, arrisca-se afirmar que quando se busca oferecer saúde pelas vias tradicionais da aptidão física, mais que condições para eventuais melhorias na vida das pessoas, criam-se desejos e necessidades dificilmente alcançáveis para grande maioria delas; e mais do que o conhecimento para autonomia, conservam-se as velhas e geram-se novas formas de alienação<sup>28</sup>. De maneira geral,

---

<sup>27</sup> No primeiro tópico da versão preliminar do Manifesto de São Paulo para a Promoção de Atividade Física, elaborado no XXI Simpósio Internacional de Ciências do Esporte, de 8 a 11/10/98, pode-se ver: "O processo de transformações dos meios de produção em escala mundial e a urbanização acelerada na América Latina estão resultando num estilo de vida prejudicial à saúde, dificultando a convivência social e comprometendo o meio ambiente. Nessa perspectiva está havendo um crescimento do sedentarismo, acarretando problemas para a saúde pública e a qualidade de vida das pessoas." [http://www1.saude.sp.gov.br/html/fr\\_agita.htm](http://www1.saude.sp.gov.br/html/fr_agita.htm). Obtido em: 23/04/2001.

<sup>28</sup> Em "Crítica a uma proposta de educação física direcionada à promoção da saúde (...)", Ferreira (1997) faz avaliação rigorosa de uma das perspectivas de associação da aptidão física com a saúde no contexto escolar.

para os que têm poder de consumo, vêm anexadas à lista de exercícios outra extensa lista de produtos, que chegam a incluir exames sofisticados, uso de *softwares* para controle de dietas, vestimentas e implementos técnicos para a performance esportiva. A individualidade biológica passa a transcender a aplicação enquanto princípio e componente exclusivo do Treinamento Desportivo, para atender as demandas de *personal training*, mesmo entre não atletas. É tão explícita esta lógica de estimular exercícios - ou seja, de exercitar cálculos de capitalização financeira - que a própria qualidade de formação profissional acaba por ser submetida a esse processo.

Literalmente, Pinheiro e Malheiro Júnior (2001), em "Personal Trainer: um surgimento inevitável", sem qualquer embaraço, descrevem:

*Procurando satisfazer as aspirações dos indivíduos que procuram uma atividade física, dentro de uma ótica mercadológica de oferta e demanda (...) Os profissionais de Educação Física viram-se obrigados a mesclar as diversas metodologias de aplicação de exercícios, fazendo com que as pessoas não perdessem o interesse pela sua prática. Nesse cenário é que surge a atividade do Personal Trainer. (p.1)*

E na seqüência:

*Podemos constatar, observando a história, que a Educação Física está percorrendo o caminho contrário da Medicina. Enquanto esta evoluiu do médico da família para os planos de saúde [sic], desfocando o indivíduo e focando o coletivo, aquela saiu das academias e veio para o Personal Training, priorizando o atendimento pessoal, respeitando a individualidade biológica e atingindo, efetivamente, as aspirações de saúde, estética ou desempenho de cada um. (p.2)*

Enfim, tudo em consonância com o novo modelo social e econômico que, crente no deus-mercado, a tudo transforma em mercadoria e cria novo critério para definição de liberdade e cidadania (v.g. Benjamin *et al.*, 1998): cidadão é aquele que pode consumir, no caso, saúde através da atividade física; a concepção de necessidade, antes vista como direito do cidadão, passa forçosamente a sofrer alteração em seu

teor, sendo adotada agora como valor de troca (Breilh, 2000). Isto é confirmado pelas palavras de Kenway (1998:113): "Os mercados exigem uma mudança de foco: do coletivo e da comunidade para o indivíduo. Ele também redefine o significado de termos tais como direito, cidadania e democracia".

Produto da contradição da pseudo-modernidade alcançada, na medida que se conquista maior conhecimento para orientação de atividades físicas, estas tecnologias e serviços mantêm a linha da exclusão, pois estão disponíveis a poucos. Podemos então questionar o que afirma Domingues Filho (2001), de que o *Personal Trainer* já está acessível em termos de custos por seus préstimos, sem no entanto apresentar tabela de preços para que façamos esse julgamento. Segundo ele:

*A figura do personal trainer tem se popularizado nos últimos anos. Hoje em dia é possível contratar profissionais de alto nível por preços acessíveis. Inicialmente eram contratados por atletas, celebridades ou executivos que não podiam perder tempo frequentando academias e, ainda, zelavam pela privacidade total. (...) Mas os professores de educação física viram nesse mercado uma forma de ganhar autonomia e dinheiro. (p.1)*

Por outro lado, para os *incluídos* nesse sistema de prestação de serviços privados, há certa tendência em se criar ou ampliar relações de dependência dos praticantes para com instrutores, equipamentos e instalações. Isto pode levar a certa temeridade, pois se observa excessiva divulgação de que a prática de exercícios sem acompanhamento especializado é contra-indicada, com argumento de que dessa forma acentua-se risco de comprometimento da integridade física dos praticantes. Há extensa lista de possibilidades de sustentação desta afirmação, coexistindo formas explícitas e veladas que induzem a pensar dessa maneira.

Gomes e Araújo Filho (1992), ensinando sobre os princípios científicos da atividade física, afirmam que só é possível alcançar boa saúde pela prática de exercícios quando há boa interação de profissionais dessa área, complementando:

*(...) além de um professor de educação física competente, ao iniciar um programa de atividade física, o indivíduo deve ser orientado a procurar também, no mínimo, um médico e um nutricionista, com a finalidade de obter diagnóstico mais objetivo de sua real condição de saúde. (p.21)*

De fato, nessa linha de resguardo da sociedade, já há legislação brasileira que impõe como necessária a presença do profissional da área, (in)devidamente<sup>29</sup> registrado no respectivo Conselho, controlando quaisquer atividades físicas<sup>30</sup>, que no limite de nossas críticas, pode soar como excessivo controle sobre as pessoas. Senão, vejamos: trata-se agora de indicar o quê fazer, como, com quem (acompanhamento profissional), onde, para quê (saúde, qualidade de vida), quantas vezes/semana, por quanto tempo (toda vida!).

No entanto, *os discursos de imprescindibilidade de acompanhamento particularizado são relativizados* nas diferentes instâncias de poder, quando nas escolas públicas as condições de trabalho dos professores vão chegando aos limites do suportável (Garcia, 1995) e também na medida em que, para a grande legião de excluídos, conservam-se programas de caráter massivo com maquiagem de modernidade, proliferando inclusive pelas vias das políticas públicas através de ensino para auto-controle dos exercícios e seus efeitos, inseridos no pacote de motivação de

---

<sup>29</sup> O Conselho Federal de Educação Física foi instalado em processo bastante polêmico, controvertido e com pouco apoio em termos de representatividade da categoria profissional, chegando a haver, mesmo após seu estabelecimento, o Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Profissão. Podem ser observadas dez teses contra sua instalação em Castellani Filho (1996). Mesmo recente, já há críticas bem fundamentadas sobre seu impacto na formulação de projeto pedagógico para Educação Física escolar (Sadi, 2001).

<sup>30</sup> A Lei 9696, de 1º de setembro de 1998, dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física, declarando ser de competência desse profissional "coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto". Desta forma, parece não haver âmbito de atuação na cultura corporal/de movimento em que o referido profissional seja dispensável "legalmente".

prática por toda a vida<sup>31</sup>. Esse fenômeno, em contradição com o gerado pela tendência de acompanhamento individualizado, é o que podemos chamar de *bricolagem*<sup>32</sup> da Educação Física. Bricolagem, vocábulo relacionado a conjunto de trabalhos manuais ou de artesanato, tem sido fortemente utilizado na construção civil e decoração de ambientes, associado com a idéia do *Faça você mesmo!*, implicando em orientação, a partir de pequenos textos e ilustrações - disponibilizados em manuais, revistas de divulgação e outros recursos midiáticos - para que consumidores possam exercer com mínima competência e máxima autonomia aquilo que, costumeiramente, se atribui a profissionais devidamente formados e capacitados para aquelas atividades.

Assim, nos valemos dessa metáfora para mencionar o outro extremo pelo qual caminham as proposições das hegemonias da atividade física relacionada a saúde. Se em décadas recentes tivemos entre nós a *explosão* dos movimentos no estilo *Mexa-se!*, parece agora terem retornado com nova roupagem, a considerar a inclusão de informações que supostamente seriam suficientes para gerar adesão aos exercícios e deles tirar melhor proveito, pelo aprendizado do controle das variáveis biológicas para prática por toda a vida (Nahas e Corbin, 1992).

Objetivamente, a base do discurso para prescrição de exercícios se vulnerabiliza pelo estabelecimento de diferentes condutas, pois, se de um lado se induz a pensar que os que pagam necessitam (e passam a exigir) acompanhamento

---

<sup>31</sup> Na apresentação da Carta Brasileira da Educação Física (CONFEEF, s.d.), expressa-se o desejo de "refletir sobre os novos rumos que legitimam nossa categoria visando a melhoria do estilo de vida da sociedade"; mais adiante, ao tratar do objeto da Educação Física no Brasil, infere-se que a área deve ser conduzida "como um caminho de desenvolvimento de estilos de vida ativos nos brasileiros" (p.5). Finalmente registram: "para que o Brasil tenha uma Educação Física de qualidade nas escolas, é indispensável que (...) constitua-se num meio efetivo para conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos" (p.19).

<sup>32</sup> Lovisolo (1995) faz referência e uso de *bricoleur* com sentido diferente ao utilizado neste trabalho; *bricoleur*, no caso, diz respeito aos profissionais que articulam conhecimentos e técnicas de diferentes áreas com vistas a aplicação/intervenção social específica (em exemplos da educação física, ligados a programas de treinamento e planos de ensino).

personalizado, como sustentar eticamente o tratamento sem mesmo cuidado para não-pagantes dos serviços? O exercício, nesse contexto, poderia figurar como integrante de uma (im)possível cesta básica da Saúde? Em outros termos, se tecnicamente há necessidade de acompanhamento de ao menos três especialistas para o início dos exercícios (Gomes e Araújo Filho, 1992), como assegurar o mesmo benefício aos que não detêm condições sócio-econômicas para tanto? Seria o Estado responsável por mais esta medida? Mas como cumpri-la, se até mesmo no contexto das escolas públicas a tendência é inversa?

Outra questão ética a ser examinada é se a massificação da atividade física endossada com chancela oficial, assumindo o discurso *Esporte é saúde!*, não estará contribuindo para simplificação da realidade, tanto no que se relaciona à impossibilidade de se incorporar o estilo de vida ativo na maioria da população brasileira, quanto no sentido de que esse estado, ainda que atingido, estará contendo fortes limitações para promover saúde ou qualidade de vida às pessoas (Gonçalves *et al.*, 1997).

Nesta lógica de atuação, reforça-se o desejo de fazer com que as pessoas pratiquem ao menos uma forma de atividade física, mas que logo as substituam por outras, estabelecendo-se processo cíclico de consumo (Solomon, 1991). Indistintamente, para o *mercado*, o que interessa é fazer as pessoas assumirem *matrimônio*<sup>33</sup> com exercícios, de forma constante, porém, com *poligamia*. Quando isso não é considerado, passa despercebido que as ações em nossa área, por menores que sejam, acabam aderindo e fortalecendo, grosso modo, a modelos criados especificamente para atender as necessidades de países cuja realidade social,

---

<sup>33</sup> Em *Educação Física e Ciência: cenas de um casamento infeliz*, Bracht (1999) faz uso da idéia de matrimônio, porém com outro sentido e objetivo, dizendo em síntese que toda vez que a Educação Física aproximou-se de alguma instituição já consolidada socialmente, com vistas a legitimar-se por empréstimo do prestígio da outra, perdeu autonomia, porque terminou incorporando características destas instituições e perdendo em aspectos da sua própria identidade. Isto se deu com a medicina, Forças Armadas e agora com a ciência.

efetivamente, não é a nossa, o que nos leva a assumirmos seus discursos e comprarmos seus produtos e serviços por vezes desnecessariamente.

Parece não se tratar de coincidência que programa brasileiro proposto a envolver milhares de pessoas em atividades físicas, contando com chancela oficial de governo estadual (SP), busque se legitimar pelo respaldo de experiências do exterior. Textualmente, explica: "Foram dois anos de preparação que incluiu assessoria do "Center for Disease Control" dos Estados Unidos, "Health Education Authority" da Inglaterra e do "Institute for Aerobic Research" de Dallas, Texas (AGITASP, 2001)." Observa-se, há anúncio de que outras instituições brasileiras são co-participantes, sem no entanto serem nominalmente postas, tal como nos casos das internacionais.

Apesar da *coerção* para aderir ao exercício, poucos são os que atendem aos chamados e menos ainda os que se mantêm ativos. Até mesmo em países originários dessas propostas, como EUA, mais uma vez parecem ser determinantes as condições prévias de vida das pessoas. No dizer de Nolland (1989), embora haja crescente consciência entre a população sobre os benefícios da atividade física, estimativas mostram haver somente 20% dos norte-americanos se exercitando com intensidade e frequência que possam trazer benefícios cardíco-vasculares, sendo 40% da referida população completamente sedentária. Acrescenta, dos envolvidos em programas afeitos ao condicionamento físico, aproximadamente metade os deixarão entre três e seis meses após seu início. Também, Sallis, Hovell e Hofstetter (1992) argumentam na mesma direção e confirmam ser inferior a 10% o total de adultos vigorosamente ativos naquele país (definindo este termo como a manutenção de 60-90% da frequência cardíaca máxima por pelo menos vinte minutos, três vezes por semana<sup>34</sup>).

---

<sup>34</sup> Recentemente o Colégio Americano de Medicina Esportiva alterou sua recomendação para prescrição de exercícios, sem que com isto tenha provocado mudanças profundas nas questões aqui consideradas (ACSM, 1998).

Ressalta-se, mesmo com empenho a favor do estilo de vida ativo, há determinantes que atuam fortemente na direção oposta, que não se restringem aos aspectos econômicos, mas também ao conjunto de valores, sentimentos, gostos e experiências prévias das pessoas. Nesta linha de raciocínio, Quint e Matiello Júnior (1999) criticam o oferecimento de programas através do que denominaram *Pedagogias do Medo e da Culpa*, descrevendo serem alternativas, além de ineficazes, contraditórias, por causarem, a partir de discurso para busca de saúde, temor aos inativos, mediante a sugestão de haver risco ampliado de doenças e morte precoce aos sedentários. O exercício, nessas bases, pode operar na lógica do remédio.

Por fim, a partir dessas bases hegemônicas aqui apresentadas, remanescem algumas questões: 1) Teria a Educação Física relacionada a saúde remédio também para as violências?; 2) Quais competências reúnem os profissionais formados nessas perspectivas para atuar em escolas rurais? e 3) As tendências do *personal training* e *bricolagem* cabem nos projetos de sociedade de movimentos sociais, particularmente no do MST? De outro lado, é necessário perguntar se há nas proposições críticas da área elementos teórico-metodológicos e experiências concretas que incluam as violências, e se são compatíveis com as elaborações da Saúde Coletiva a respeito da temática. São questões como estas que estaremos encaminhando para nossas discussões.

## 4 - METODOLOGIA

---

*- A primeira coisa que precisamos ter clareza, é se você **deseja** fazer mudanças!*

Reprodução livre de problematização lançada pelo Prof. Jaime Breilh à aluna de Curso de Epidemiologia Crítica, que perguntava sobre viabilidade de fazer mudanças no atual contexto histórico.

#### 4.1 Caracterização da opção metodológica

Enquanto método de abordagem do objeto de estudo, a investigação adotou enfoques da pesquisa participante, na medida em que implicou a participação do investigador junto aos sujeitos ao longo do processo. Para tanto, como anunciado introdutoriamente, a pesquisa se pautou pela técnica de observação participante, para acompanhamento e registro de dados em diferentes instâncias da realidade social do MST e do Estágio Especial de Prática de Ensino realizado pela UFSC em seus assentamentos.

Em termos educacionais, Lüdke e André (1986) explicam que observação possibilita contato pessoal e estreito com o fenômeno pesquisado, admite recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno e permite apreender melhor a visão de mundo dos sujeitos investigados.

Dentre as possibilidades de observação apontadas por Lüdke e André (1986), a categoria mais próxima de nosso trabalho é a de *observador como participante*: ocorre quando a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início, com acesso a informações gerado pela colaboração das pessoas observadas. Desde nosso primeiro contato, isto foi feito; porém, devido aos encontros realizados, com membros do MST em diferentes localidades, por vezes em situações adversas e não programadas, nem sempre os motivos da participação puderam ser recolocados, ordem de fatos que também é prevista e admitida pelas fontes citadas.

Segundo Cruz Neto (2000), esta técnica é desenvolvida no "contato direto com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto" (p.59). Consiste na participação do investigador nas atividades do grupo pesquisado: sabendo que estão sendo observados, colaboram para elucidar os problemas identificados na situação estudada. É concebida como processo

educativo (talvez ininterrupto), tanto para os investigadores como para os investigados, devendo desenvolver-se em torno de uma problemática (Dijk<sup>35</sup>, citado por Silva, 1986:44).

Como técnica de captação de dados, Haguette (1987) a considera das menos estruturadas na ciências sociais. Borda (1984) observa princípios metodológicos, dos quais destacamos quatro:

- Autenticidade e compromisso: consiste em o pesquisador demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular perseguida por meio da contribuição específica de sua disciplina, sem com isto se sobrepôr ao conhecimento local, ao mesmo tempo devendo evitar a desvalorização de sua presença frente ao saber popular. Trata-se de buscar o encontro entre essas duas instâncias de produção do conhecimento, para soma de esforços em direção à superação dos problemas identificados conjuntamente;
- Antidogmatismo: combate ao impulso em transportar para a realidade de estudo idéias preestabelecidas; o dogmatismo é inimigo do método científico e obstáculo das lutas populares, pois não representa estímulo para se obter ou produzir conhecimentos genuínos para que os grupos populares compreendam melhor seus problemas e ajam em defesa de seus interesses;
- Restituição sistemática: refere-se ao esforço de investigação para levar grupos sociais sob observação a novos níveis de consciência política, buscando superar eventual senso comum em busca de deixá-los mais sensíveis a mudanças radicais na sociedade e aos diferentes tipos de ação nessa direção. Esse processo deve ser sistemático e organizado;

---

<sup>35</sup> DIJK, S.V. La relación entre el proceso de investigación y el proceso educativo. In: *Seminário Latino-americano de Pesquisa Participante*, Piracicaba, S.P., 1984.

- *Feedback* para os intelectuais orgânicos: refere-se ao aprendizado do pesquisador e respectivas transformações experimentadas, ocorridas através do contato com a realidade. Este processo dialético permite o aprimoramento dos estudos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos, bem como a capacitação dos componentes das classes populares.

#### 4.2 Entrada em campo

Cruz Neto (2000) observa alguns cuidados para a *entrada em campo*. O primeiro refere-se a necessidade de aproximação com as pessoas da área selecionada, com vistas a melhor conhecer a realidade e estabelecer sólidos laços de intercâmbio; deve ser gradual com reflexão e avaliação permanente, estabelecendo-se relação de mútuo respeito. O segundo aspecto refere-se a apresentação da proposta, sendo os grupos esclarecidos sobre o que será investigado e suas possíveis decorrências. Outro aspecto refere-se a postura do pesquisador em relação à problemática a ser investigada, podendo ser facilitadora quando não implicar em estabelecer níveis de superioridade e inferioridade ao que se deseja conhecer, compreendendo-se o campo como possibilidade de revelações. Finalmente, sugere "cuidado teórico-metodológico com a temática a ser estudada, considerando que a mesma não se explica por si só. (p.56)"

Compreendendo a entrada em campo de acordo com o descrito por Cruz Neto (2000), ela se deu a partir de convite formulado para acompanhar um dos trabalhos do Estágio Especial de Prática de Ensino (que passaremos a chamar simplesmente de Estágio Especial), que vem sendo realizado há seis anos. Tomando conhecimento do local, passamos a estabelecer contatos mais próximos com rotinas da comunidade e de outros acampamentos e assentamentos do Movimento, em sua maioria no próprio Estado.

Para definição do objeto de estudo e estabelecimento de relação de mútua confiança com a comunidade, vivenciamos ao longo de um ano reuniões sobre questões de saúde, educação e produção cooperada; encontros regionais da militância; oficinas de formação oferecidas por outros profissionais; reuniões do Conselho Escolar de uma das escolas e trabalhos desenvolvidos pelo Estágio Especial acompanhando suas diferentes fases.

A região em que realizamos a maior parte das observações abriga 155 famílias, distribuídas em cinco assentamentos, configurando-se como dos mais antigos do Movimento, com quinze anos. Localiza-se no município de Fraiburgo, meio oeste de Santa Catarina, distante quatrocentos quilômetros da capital. Nas proximidades, existem também dois acampamentos organizados pelo MST.

Observa-se, nem todos os assentados são os que conquistaram as terras na época de ocupação, tendo posteriormente adquirido a propriedade pela desistência de algum militante. Portanto, há os que preferem o isolamento e os que optam por se incluir no Movimento. Estes podem participar dos Núcleos - que reúnem cerca de oito famílias para discussão dos problemas comuns e realização de reuniões técnicas a respeito da produção. É dos Núcleos que saem os representantes para ações externas, ligando a base do Movimento com sua Direção Regional, Estadual e Nacional.

No local há três escolas, duas municipais (de 1<sup>ª</sup> à 4<sup>ª</sup> série) e uma estadual (de 5<sup>ª</sup> à 8<sup>ª</sup> série). Todas foram construídas com verbas públicas, mas o quadro de professores e direção é composto por pessoas escolhidas e indicadas pela comunidade, em reunião do Conselho Escolar. Isto garante a adoção do Projeto Político Pedagógico do MST, utilizado para formação de seus militantes, bem como o acompanhamento por seu Setor de Educação. Assim, as escolas têm reunido, além das aulas programadas pelo calendário oficial, atividades de interesse da coletividade. Aspecto importante é

que, por seu caráter público, abriga inclusive filhos de moradores não pertencentes ao MST, como de capatazes de fazendas da região.

Nestas escolas é oferecido o Estágio Especial, sendo os alunos abrigados em casas de famílias (na primeira semana em que realizam a observação, com vistas a contato proximal e mais direto com a relação entre pais e filhos) e posteriormente no refeitório, na agroindústria e em barracas próprias. O Estágio Especial ocorre em parceria com dois cursos da Universidade Federal de Santa Catarina, Educação Física e Pedagogia, que atuam conjuntamente em todas as fases: apropriação dos princípios teórico-metodológicos, observação, planejamento, intervenção pedagógica e socialização. Observa-se, a dinâmica de trabalho envolve não só a realidade das escolas, mas também da comunidade e acampamentos próximos, por vezes através da oferta de oficinas pedagógicas especialmente desenvolvidas.

Quanto a entrada em campo junto ao Estágio Especial, foi mais facilitada na medida em que ele é desenvolvido por instituição a que o pesquisador se vincula profissionalmente. Nesse sentido, além do acompanhamento das atividades previstas, pode-se também contar com a colaboração de seus coordenadores ao longo de todo desenvolvimento do estudo.

#### 4.3 Delineamento observacional e campos de pesquisa

São quatro os campos de pesquisa<sup>36</sup> descritos e analisados. Foram escolhidos na medida em que, de nossa observação, se configuram como os mais expressivos de

---

<sup>36</sup> Em pesquisa qualitativa, *campo*, ou *campo de pesquisa*, refere-se ao recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação (Minayo, 1993; Cruz Neto, 2000). "Representa uma realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação" (Cruz Neto, 2000:53).

relações do MST com violências. O delineamento observacional para cada campo de pesquisa é detalhado a seguir:

#### 4.3.1 Ocupação de fazenda

Ocorrida em 1997 nas proximidades de Joinville, SC, junto a aproximadamente trezentas famílias Sem Terra e apoiadores representantes de diferentes segmentos sociais, destacadamente sindicatos, igrejas e alunos da UFSC. Na oportunidade, apenas estes últimos, sendo os formuladores do convite, sabiam do interesse pela investigação junto ao Movimento. A observação se deu sobre: 1) a forma de organização das famílias e colaboradores para evitar confronto com as possíveis ações de resistência privada e/ou Polícia Militar; ii) os diálogos estabelecidos entre lideranças com os novos militantes, visando a tranquilizá-los e a convencê-los da necessidade de adoção daquela estratégia para conquista de terras; iii) as negociações estabelecidas com o policiamento e capataz da fazenda; iv) a divisão das tarefas para organização da vida do acampamento e v) a estratégia repressiva que se estabeleceu pelo uso de efetivo policial, dificultando ações dos acampados e colaboradores.

Em relação a instrumentos de pesquisa, cumpre destacar que o ambiente de tensão, associado às demandas para organização do acampamento, não permitiu fazer uso de registros sistematizados imediatamente. Assim, para geração de dados, procedeu-se ao resgate posterior das observações, pela rememoração alimentada com discussões junto a outros participantes, em busca de destacar as expressões de violências com as quais passamos a conviver naquele momento.

#### 4.3.2 Evento da Região Administrativa de Santa Catarina - discussão sobre gênero

O MST incorpora em sua organização estrutura permanente para discussão e avanço das relações que se estabelecem entre gêneros. Em evento que congregou região administrativa de Santa Catarina, realizado no interior dos assentamentos do município de Fraiburgo, 325 mulheres e seus familiares foram reunidos com lideranças para debater esse assunto.

Ainda que ocupado em cumprir tarefas solicitadas, pudemos não só observar algumas discussões travadas, mas também vivenciar aspectos do MST que se voltam à superação do problema. Mesmo em se tratando de experiência de curta duração, não superior a poucas horas, há pontos que interessam ser tomados para descrição e análise: i) conclusões a que as mulheres chegaram após os debates e ii) o desenvolvimento de gincana realizada com finalidade de confraternização.

Como forma de registro dos dados, foram anotados em diário de campo falas mais significativas dos envolvidos, frases inscritas no ambiente e descrição das atividades realizadas na gincana.

#### 4.3.3 Curso de formação de jovens lideranças

O MST realizou na Unicamp a primeira edição do Curso Realidade Brasileira, em 1999, destinado à formação de jovens lideranças de todo país, atendendo 1200 pessoas, por dez dias. Conforme sua solicitação, à Faculdade de Educação Física da Unicamp caberia inicialmente destinar pessoal qualificado para aplicar exercícios matinais, com *efeito despertador*, como estratégia de estimular alunos para a jornada diária. Pudemos presenciar manifestações artísticas de representações de violências, e também propor e implementar oficinas que ressignificassem (ou valorizassem) elementos da cultura corporal/de movimento daqueles jovens.

Para registro do ocorrido, contamos com gravação de imagens de diferentes aspectos do curso (vinte horas), além de documento produzido por um dos participantes de nossa equipe (anexo 1). Com base na memória destes documentos, serão descritos: i) aspectos do Curso de Formação que façam referência à temática deste estudo; ii) as estratégias adotadas para o trabalho nas oficinas e seus efeitos e iii) decorrências da participação no evento, tanto para os universitários colaboradores quanto para o MST.

#### **4.3.4 Campo de pesquisa relacionado ao Estágio Especial**

Consideramos os dados registrados referentes à realização do Estágio Especial nos anos 1997-2000. Importa destacar, nesse período tivemos contato com todas as turmas, ainda que em apenas uma das quatro fases de cada edição semestral.

Tendo em vista objetivos relacionados tanto a expressões de violências quanto à sua apropriação pela Educação Física, buscamos compreender aspectos limitantes e potencializadores da atuação sobre o problema em realidade concreta, sendo acompanhados: i) preparação para ida ao local; ii) planejamento das observações dos acadêmicos com relação às atividades comunitárias e aulas; iii) reuniões dos estagiários e coordenadores com lideranças, assentados e acampados; iv) planejamento e aplicação das aulas, bem como as avaliações a esse respeito; enfim, boa parte do convívio dos alunos com os Sem Terra. Como instrumentos, foram apropriados:

- Entrevistas com professor, ex-secretária (atual diretora) e ex-diretor da Escola Estadual Agrícola de 1º Grau 25 de maio, com vistas a obtenção de dados sobre a história dos assentamentos, escolas e atual organização e interação da Escola 25 de maio com a comunidade interna e externa;

- Registros procedidos em diário de campo ao longo e imediatamente após acompanhamento de reuniões internas do MST, bem como as do Estágio Especial, e entre ambos grupos;
- Registros em diário de campo de observações em situações não programadas, como frases inscritas em camiseta, faixas e quadro negro, além de falas das pessoas observadas;
- Textos não publicados de autoria dos docentes responsáveis pelo Estágio Especial, utilizados como indicativos de pressupostos e objetivos da Disciplina (Capela, s.d.; Serrão, s.d.);
- Relatórios elaborados por estagiários, alunos do curso Educação Física (Silva e Ronei, 1998; Stadler e Di Pietro, 1999).

#### 4.4 Plano analítico

Minayo (1993) diz haver consenso entre pesquisadores sobre as finalidades de análise de material na investigação social: i) a primeira é heurística, enquanto atitude de busca a partir do próprio material coletado; ii) "administração de provas", ou seja, parte de hipóteses provisórias, informa-as ou as confirma e levanta outras e iii) ampliar a compreensão de contextos culturais com significações que ultrapassam o nível espontâneo das mensagens.

Para análise do material obtido nos campos de pesquisa, partimos da operacionalização proposta por Minayo (1993). Suas bases se dão fundamentadas em pressupostos da hermenêutica-dialética como método de interpretação aproximada da realidade, considerada pela autora como mais capaz de cumprir essa missão: "ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida (Minayo, 1993:231)."

Consiste em articular elementos da compreensão dos textos produzidos e analisá-los dialeticamente com os dados da realidade empírica em que as idéias, impressões e sentimentos se deram.

Essa interpretação tem dois níveis, um relativo ao contexto sócio-histórico do grupo estudado, pensado esquematicamente em termos de sua conjuntura sócio-econômica e política; da história do grupo e inserção na produção e de reprodução. O outro é o encontro com os fatos empíricos. Com dados colhidos e acumulados e o retorno aos fundamentos da teoria e conseqüente reflexão sobre os conceitos iniciais, colocam-se em dúvida as idéias evidentes. Assim pode-se construir "nova aproximação do objeto: o pensamento antigo que é negado, mas não excluído, encontra outros limites e se ilumina na elaboração presente. O novo contém o antigo incluindo-o numa nova perspectiva (Minayo, 1993:234)."

De sua proposta, consideramos os três passos de operacionalização: a) ordenação dos dados; b) classificação e c) análise final - tendo-os adaptado de acordo com as necessidades do estudo, de acordo com possibilidade prevista na formulação original. A análise dos dados foi realizada da seguinte forma:

- Ordenação dos dados: a) transcrição das fitas a partir de cortes para o tema estudado; b) elaboração de um texto a partir dos registros do diário de campo; c) seleção do material jornalístico coletado sobre questões gerais e específicas da pesquisa; d) seleção das idéias principais dos relatórios e textos de referência do Estágio Especial; e) releitura do material produzido em busca de concatenação das idéias aparentemente isoladas (convergências e divergências) nos diferentes campos de pesquisa e e) organização dos dados de observação de acordo com a

proposta analítica. Dessa forma, pudemos compor *mapa horizontal*<sup>37</sup> das descobertas.

- Classificação dos dados: a partir de leitura exaustiva e repetida do material coletado, tomamos *luta* como conceito-chave, por pensar se tratar de idéia que sintetiza e ao mesmo tempo amplia as relações estabelecidas entre o Movimento, em suas diferentes manifestações sociais observadas, e as violências. A partir dela foram retomadas as análises preliminares dos campos de pesquisa e reelaboradas sob a perspectiva da luta;
- Análise final: consistiu no exercício dialético de transitar os dados obtidos com o marco referencial teórico, em busca de rever as hipóteses e de síntese provisória.

---

<sup>37</sup> Expressão utilizada por Minayo (1993) para designar a organização do conjunto dos dados em ordem estabelecida a partir da proposta de análise.

## 5 - Resultados

---

*Quem fala em luta fala em sacrifício. Sabemos que na nossa luta contra a opressão muitos companheiros vão tombar. Mas ninguém deve querer a morte. Herói morto não ajuda em nada nossa luta. Não adianta confundir valentia com heroísmo. Nossa luta é para garantir a vida de todos trabalhadores. Quem quer a morte são os dominadores e exploradores, esses, sim, são os donos da morte.*

*MST*

### 5.1 A Luta como reação às violências

É possível afirmar que a palavra luta é utilizada pelo MST para representar o enfrentamento a que se propõe na conquista pela terra. Pode, portanto, ser tomada com o sentido de estado de prontidão, ou seja, de alerta para ações que atuam contra seus intentos. Na tentativa de estabelecer eixo orientador às observações, será discutido inicialmente o sentido da luta do MST enquanto expressão de suas relações com as violências, provenientes não apenas do meio externo, mas também daquelas que, por contradição, gera internamente.

Assim, iniciamos recordando que torna-se difícil lembrar momento em que essa palavra não tenha sido empregada. Em termos correntes, ela assume o significado de combate, peleja, guerra, antagonismo entre forças contrárias ou conflito. Já no Movimento está impressa em presentes e homenagens: "No sonho e na luta, amigos para sempre"; nos títulos de suas publicações - *Lições da luta pela terra* (Bogo, 1999a) e "A Reforma Agrária e a luta do MST (Stédile, 1997)", bem como em seus poemas: "Que a noite da dor e da morte passe ligeira; que o som dos nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza; que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade" - e músicas: "Seguimos ocupando terra, derrubando cercas, conquistando o chão; Que chore o latifundiário pra sorrir os filhos de quem colhe o pão; E a luta por Reforma Agrária a gente até pára se tiver enfim, coragem a burguesia agrária de ensinar seus filhos a comer capim (MST, s.d.)."

Nessa direção, em seu Terceiro Congresso Nacional adotou-se como palavra de ordem *Reforma Agrária: uma luta de todos*, iniciando fase em que se priorizou aproximação entre as forças sociais do campo e da cidade. Muitos acampamentos e assentamentos levam o nome de pessoas que *tombaram na luta pela terra*, ou denominação que mantenha viva a lembrança das batalhas bem sucedidas (no local em que se realiza o Estágio, um dos assentamentos é Vitória da Conquista; o nome da Escola 25 de maio celebra a data da primeira ocupação no Estado). Também preserva a

memória de lideranças históricas, nacionais e de outros países, que ajudem a estimular o espírito combativo e desprendido dos militantes - Che Guevara, Antonio Conselheiro, Florestan Fernandes, Zumbi, são alguns dos mais lembrados.

Na sequência apresentam-se algumas datas no *Calendário Histórico dos Trabalhadores*, publicado pelo MST (1999b) e destinado principalmente para suas escolas, atingindo também cursos de formação, encontros, assembléias e colaboradores externos. Dentre suas finalidades estão: 1) desafiar os alunos a pesquisar sobre a data comemorada; 2) ser utilizado para elaboração das místicas<sup>38</sup>, em aberturas solenes de eventos, início de aulas e motivação para o trabalho diário.

Na publicação referida, com homenagem especial a Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Herbert de Souza e Madre Cristina, são descritos acontecimentos como o Triunfo da Revolução Cubana (primeiro de janeiro de 1959) e a primeira ocupação no Rio Grande do Sul (sete de setembro de 1979). O já tradicional dezanove de abril é comemorado como *Dia da luta indígena* e doze de maio lembra a *Retomada das greves operárias no Brasil*. Diretamente relacionadas às violências concretas destacam-se as mortes de Roseli Nunes e Teixeira (respectivamente lideranças no Rio Grande do Sul e Paraná); o Massacre de Eldorado dos Carajás (com grifo na chamada no original), Revoltas dos Cabanos (Pará), Malês, Sabinada e Canudos (Bahia), Porecatu (Paraná), Balaios (Maranhão), Trombas e Formoso (Goiás), Corumbiara (Rondônia) e Contestado (Santa Catarina).

No contato direto, percebemos que *luta* é pronunciada pelos militantes nas situações mais triviais do cotidiano; e como se trata de expressão comum entre eles, acaba por ser inserida em ocasiões formais. Exemplificando, camiseta de professor de uma das escolas de Fraiburgo trazia a inscrição "Luto: não quero aprender nem ensinar

---

<sup>38</sup> Bezerra Neto (1999) avalia que a luta do Movimento pela terra é sustentada pela disciplina e a mística. Quanto a esta, explica ser "o meio através do qual o MST procura encontrar forças para manter viva a memória de seus mártires e buscar, com isso, dar esperanças às massas de trabalhadores sem-terra na defesa de seus ideais. (p.30)"

a viver na miséria"; em Encontro de Mulheres Assentadas o material impresso era apresentado pela frase "Prefiro morrer lutando do que morrer de fome" e ao início de missa conduzida nesse mesmo local, pudemos ouvir "Jesus Cristo, nosso companheiro de lutas<sup>39</sup> (...)"

As lutas estão presentes na mística que nutre a existência do Movimento. Percebemos duas formas de compreendê-las: uma mais atrelada às representações artísticas (p.ex. encenações e cantos) realizadas principalmente na abertura, desenvolvimento ou encerramento de reuniões importantes, para criar clima de objetividade para o problema a ser tratado, de expectativa e aproximação entre os envolvidos, identificando problema comum ao grupo. Outro entendimento é mais abrangente, e inclui o primeiro, tratando-se de elemento popular que impulsiona e dá sentido para o que se faz, ajudando no esclarecimento do projeto político, dos desejos coletivos (MST, 1986). Assim, faz-se indicação de uso de símbolos para que os integrantes com eles se identifiquem e tenham sensação de pertencimento a esse coletivo.

Considerando que as místicas são mantidas para alimentar seus militantes com o ideal revolucionário e envolver simpatizantes, enquanto manifestações culturais elas dificilmente deixam de abordar tema que não se refira às lutas da Organização. Nas que pudemos assistir ou tomar parte, foram retratados diversas vezes os massacres dos colonizadores aos nativos brasileiros, da Candelária (contra crianças no Rio de Janeiro) e sobretudo os ocorridos nas questões agrárias - conflitos regionais violentos

---

<sup>39</sup> O Caderno de Formação n.10 - Ocupando a Bíblia (MST, 2000c) - explica a relação estabelecida entre a fé religiosa e a luta: "Em alguns lugares do Brasil a retomada da luta (...) foi acompanhada pelas igrejas (...) Os acampamentos se organizavam em torno de uma cruz de madeira roliça, para ser sinal de vida e não de morte (...) Não era cravada no chão para mostrar que ela podia ser carregada, que acompanhava a luta do povo. [Depois] plantaram a cruz no chão (...) passou a ser marco que anunciava que aquele latifúndio estava destinado à partilha. O povo passou a esfregar terra no tronco, como compromisso de ficar firme na luta. Era algo tão sério que funcionários do governo retidos ficaram com medo de fazer o gesto. (p.98)"

com policiais e capatazes de fazendas durante ocupações, a devastação das florestas, uso de agrotóxicos e suas decorrentes agressões a saúde. Por outro lado, as vitórias também foram lembradas exaustivamente.

A noção de símbolos do MST permite a incorporação de novos acontecimentos, porque precisa dar sentido à vida de jovens militantes - Sem Terrinha, como são chamadas as crianças e adolescentes que o integram. De fato, muitas das pessoas (pais) que conhecemos estiveram presentes desde as primeiras iniciativas da organização, o que significa terem se rebelado em momento bastante crítico da história política brasileira (entre as décadas setenta e oitenta). E embora a questão agrária se mantenha ao longo dos tempos quase inalterada em essência, conquistar a terra e nascer na terra conquistada são situações diferentes<sup>40</sup> que exigem constantes movimentos na simbologia da *luta*.

Para concluir o raciocínio, vale lembrar a apreciação de Bogo (2000), afirmando que no caminho da revolução cultural em curso no MST, há dicotomia política interna que se materializa na contradição ação-passividade: "Quando organizamos uma ocupação, estamos organizando para ação; quando organizamos um assentamento, estamos organizando para a passividade; nesta passagem de um para outro, diminui nossa autodeterminação em relação ao projeto de reforma agrária e regredimos na ação direta ao invés de progredir. (p.72)"

E é com base nesse movimento contraditório que fincamos nossas ferramentas, buscando observar expressões de violências na luta pela terra.

---

<sup>40</sup> De acordo com uma assentada na região de Garuva (SC), que passou onze anos com sua família sob a lona de seu barraco, fazer ocupações tornou-se mais fácil, pois o MST está mais organizado e agora conta com a solidariedade de simpatizantes; avalia e lamenta saber que para os acampados formarem posteriormente assentamentos bem sucedidos, necessitam antes enfrentar dificuldades, fortalecendo-se nas contradições.

## 5.2 Violências na luta contra o latifúndio

O início do processo educativo desenvolvido pelo Movimento não se dá apenas a partir do rompimento das cercas de arame, mas antes no cindir da resistência dos potenciais novos militantes. Em nossa experiência na ocupação, vivenciamos apenas fase em que as famílias já haviam tomado a decisão de participar, mas nem por isso deixamos de perceber expressões de medo, insegurança e dúvida para a empreitada. Isto é de certa forma explicado pela estratégia adotada pelas lideranças de manter o máximo possível em segredo detalhes da operação.

Na oportunidade, nos foi atribuída a responsabilidade de buscar os que estavam provisoriamente em casas na cidade e levá-los até ponto central, facilitando o deslocamento e posterior reunião de todos, rumo à propriedade visada. No diálogo, foi evidenciada a motivação baseada no *nada a perder* ou na idéia de *tábua de salvação*, próprio das violências sofridas nos processos de exclusão social<sup>41</sup>. Transportavam em geral um ou dois sacos contendo pertences, saldo acumulado, segundo referiam, em toda vida de trabalho; os que dispunham de alimentos mostravam ter o suficiente para as poucas horas que se seguiriam.

Na madrugada, o *rompimento das cercas* se deu em lugar distante à entrada principal, justamente onde não havia nenhuma vigilância. Com todas as famílias instaladas em seu interior - ocupação concretizada - as primeiras orientações vieram no sentido de tranquilizar os participantes e pedir que aguardassem pacientemente o raiar do dia, quando então ocorreria assembleia geral; solicitaram voluntários para compor comissão que negociasse imediatamente permanência pacífica junto aos funcionários da fazenda.

---

<sup>41</sup> Zaluar (2000) resgata diferentes entendimentos de exclusão social, sendo o que nos chama atenção para o contexto dos Sem Terra aquele que os caracteriza como grupo social impedido de participação política, tanto em relação aos cumprimentos de seus direitos, quanto de deveres.

Ao amanhacer, a liderança reuniu a todos e, à viva voz, passou-lhes a mensagem, sintetizada a seguir:

- 1) a partir do momento em que participaram da ocupação, deveriam se considerar membros do MST; os chamou de companheiros<sup>42</sup>;
- 2) que não deveriam sentir-se culpados por aquela realização, quando na verdade os culpados são os que forçam os Sem Terra à esta situação, através dos poderes políticos e econômicos que detêm; esclareceu sobre a Reforma Agrária ser *letra morta* e que a estratégia de realizar ocupações se dá por terem sido mal sucedidas todas as outras formas de negociação até então utilizadas;
- 3) ser a área em questão propriedade de latifundiário nos Estados Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso; ademais, não haver naquela fazenda nenhum cultivo agrícola ou criação de animais que justificassem a posse privada;
- 4) sendo o proprietário pessoa poderosa e a fazenda instalada em Estado governado por políticos tradicionais, próxima a importante centro industrial - cidade de Joinville - as dificuldades seriam certamente muito grandes, e que o tempo em acampamento poderia ser bastante longo, durante anos até;
- 5) pedindo para que os Sem Terra já assentados levantassem os braços, explicou que apesar deles terem a vida encaminhada, estavam presentes para se solidarizarem

---

<sup>42</sup> Companheiro é expressão bastante comum e utilizada tanto internamente quanto para colaboradores de sua causa; pode ser proferida com dupla finalidade, tanto para crítica severa ou para enaltecer contribuição de militantes ou colaboradores. Em letras de músicas pode-se ver (MST, s.d.): "Somos milhões de companheiros e companheiras buscando a libertação da terra, de homens e mulheres (Terra Sertaneja)"; "porque a luta não para quando se conquista o chão; fazendo estudo, juntando a companheirada, criando cooperativa pra avançar a produção (Floriô)"; "Companheiro e companheira, vitória vai ser ligeira, se todos se organizarem (Descobrimos lá na base)"; "Companheiros de Guevara, trilhando a estrada, por um novo dia (Companheiros de Guevara)"; "Somos desta terra, somos companheiros, somos brasileiros e também somos latinos (América livre)"; "Levanta o índio junto aos outros companheiros, vamos ligeiros contra a força deste mal (Devoção à Amazônia)"; "Companheirada, pra burguesia não tire o chapéu, mesmo que ela te prometa o céu, é falsidade! quer nos enganar (Não somos covardes)".

com aqueles recém chegados ao Movimento, e também para mostrar como é possível conquistar pedaço de chão a partir daquela forma de *luta*; e que esta só irá cessar quando não houver mais povo sem terra e terra sem povo; com o sentido de registrar o apoio de parte da sociedade àquela causa, pediu também a identificação visual dos colaboradores externos;

- 6) pediu que se envolvessem ao máximo nas decisões e trabalhos coletivos para auxiliar no andamento das rotinas do acampamento; dando início a esse processo, pediu voluntários para constituírem as diferentes comissões;
- 7) explicou que idosos, mulheres e crianças deveriam ter prioridade no acampamento, por serem mais frágeis, porém necessários para a *luta*. Assim, solicitou que todo alimento fosse depositado num só local para redistribuição inicialmente a esses grupos; aos que tivessem dinheiro, solicitou contribuição para compra de leite, pão, queijo e remédios, para a primeira refeição coletiva e início do tratamento dos doentes. Aqueles que se apresentassem como solidários, dispostos a acordar na madrugada e tratar com carinho a seus companheiros, fariam parte da comissão de saúde; outras comissões se formaram, inclusive a de segurança;
- 8) a seguir, os deixaria temporariamente para compor grupo que iria contatar jornais da cidade e registrar boletim de ocorrência sobre a ocupação efetuada.

Os informes eram entremeados com palavras de ordem do Movimento; ao início, era mais fácil notar as pessoas cabisbaixas; mas conforme se dava o andamento das falas, aos poucos iam se incorporando à mística e gritando cada vez mais alto e com acompanhamento de gestos frases como: *Reforma agrária: uma luta de todos!* A partir do encerramento desta primeira assembléia, começaram a se organizar nas comissões, alguns com a missão de fazerem reconhecimento das potencialidades da propriedade, com vistas a fixarem os barracos.

Em meio a essa movimentação, já pressionados pela ação policial, foram impedidos de deslocarem seus pertences para o local escolhido para acampamento. Com isto, foram gerados os primeiros impasses entre as forças populares e policiais, estas francamente em favor do restabelecimento da ordem, conforme pudemos ouvir de seus comandantes. Os Sem Terra desejavam instalar-se ao lado de escritório desativado, no interior da fazenda, com vistas a utilizar de suas estruturas. Decididos, rumaram para este ponto com veículos que os trouxeram até a fazenda; no entanto, a Polícia Militar estabeleceu barreira com suas viaturas, o que provocou o transporte dos pertences pelas próprias pessoas, por distância equivalente a três quilômetros, percorridos sob calor intenso; não chegaram a receber tratamento diferenciado as gestantes e idosos. Aliás, concluía-se óbvio que o grupo passaria de qualquer forma pela barreira; a não permissão de usarem veículos pode ser entendida como estratégia para minar sua resistência.

Posteriormente, outra mudança de posicionamento estava em curso, nas proximidades da entrada da propriedade. Lá o grupo iniciou a busca por material para construção dos barracos de lona. Enquanto isso, o efetivo policial se mostrava cada vez maior e equipado, incluindo agora a cavalaria. Foi com o cair da noite que as coisas se complicaram, pois bombas eram lançadas próximas ao acampamento, até o amanhecer.

Após dois dias de tensão, um grupo permaneceu no local e outro rumou ao Fórum de Joinville. Novamente ali estava pelotão policial formando barreira defronte ao órgão público; apesar disso, a manifestação prosseguiu com fala da liderança. Aspecto que nos chama mais atenção foi o tratamento dado aos policiais, que pode ser assim sintetizado: ao se referir a eles, pediu que os Sem Terra não os tomassem como inimigos, ainda que ataques ao Movimento continuassem. Pelo contrário, pois tratam-se de grupos pertencentes à mesma classe oprimida pelos poderosos latifundiários e governantes, cuja condição de vida, por estes determinada, era também bastante

precária, inclusive com salários não compatíveis às necessidades e riscos inerentes à profissão. O inimigo é outro, dizia, cujo nome ninguém sabe ou lembra nesses momentos, mas que com muita habilidade faz os trabalhadores se debaterem entre si, facilitando a manutenção das condições privilegiadas das elites<sup>43</sup>.

Torna-se importante também ressaltar passagem em que tivemos posicionamento de representante da mídia sobre o evento. Uma jornalista, sabedora de nossa condição de professores e alunos universitários, nos procurou para discutir o apoio na ocupação. Sentindo abertura para diálogo, sugerimos que buscasse registrar alguns dos muitos pontos ali percebidos - mencionados por ela - como favoráveis à imagem do Movimento, visando esclarecimento de questões obscuras junto à opinião pública. Sem maiores explicações, disse não ser possível. De qualquer forma, foi publicada matéria a respeito (Anexo 2).

Apesar da negociação, por decisão judicial, as famílias tiveram que se retirar da área ocupada, passando a viver provisoriamente em local cedido por fazendeiro nas proximidades de Garuva. Destaque-se, ao lado desse acampamento com condições precárias<sup>44</sup> (aproximadamente cem metros de distância), há assentamento dos mais antigos e bem estruturados de Santa Catarina, organizado por dez famílias que moram em casas de alvenaria e produzem coletivamente. Comparando os dois grupos de pessoas vivendo tão perto - integrantes do mesmo Movimento, uns na condição de acampados e outros de assentados - novos ensinamentos sobre as violências relacionadas à exclusão e formas de lidar com ela foram se dando.

---

<sup>43</sup> No Caderno de Formação para os Núcleos (MST, 1996) registram-se posicionamentos a respeito da Polícia Militar (PM): "Quando os trabalhadores fazem greve, ocupações, mobilizações, quem é que aparece por primeiro? Geralmente é a PM. Além de ser a primeira a aparecer, aparece para bater. É verdade que também são explorados, recebem um salário baixo etc, mas estão cumprindo ordens de outros que não aparecem, mas que precisam ter suas mordomias garantidas. Este é o poder ideológico. É o controle da sociedade pelas idéias, executado por este instrumento, que é o Exército, a PM. (p.8)"

<sup>44</sup> Terreno alagadiço e sem fonte de água limpa.

Acompanhamos o novo acampamento em visitas consecutivas e pudemos notar barracos em melhores condições que vimos naquela ocupação, aparentando limpeza, apesar do barro que predominava no ambiente externo, sendo alguns dotados de móveis e fogão à lenha. Como estruturas coletivas havia farmácia, cozinha, depósito de roupas e mantimentos e escola, todos improvisados. O mais marcante estava nos sorrisos, característica não percebida no clima tenso em que nos conhecemos anteriormente. As crianças brincavam, animais domésticos rondavam, enfim, fora criada uma nova comunidade dos Sem Terra, com endereço e sistema de organização estruturado por comissões e núcleos familiares, com as decisões tomadas coletivamente em assembléias.

Por outro lado, duas vezes fomos chamados a visitá-los porque faltaram roupas e mantimentos, principalmente leite para as crianças. Estes são problemas bastante frequentes nas rotinas dos acampamentos, pois nesta situação ainda não podem edificar ou plantar, tampouco deixar seus barracos para buscar trabalho na cidade, necessitando contar com a solidariedade de simpatizantes.

Por fim, é de se destacar que embora tenhamos reconhecido alguns acampados como integrantes da ocupação em que participamos, com o passar do tempo, ainda que o número de famílias tenha se mantido estável, muitos chegaram, mas igualmente muitos deixaram a Organização. Possível análise a respeito, afora as condições objetivas, refere-se à necessidade crescente de o Movimento arregimentar cada vez mais famílias para reforçar as ocupações, vez que os aparelhos de repressão têm igualmente aperfeiçoado seus métodos para impedir seus avanços. Isto tem provocado certa aceleração no preparo dos novos militantes, dificultando a compreensão e assunção dos ideais e visualização das possibilidades da luta pela terra, podendo este fato ser melhor explicado por Bogo (2000:40): "No acampamento a pessoa quer terra, e no assentamento quer produzir. Para conquistar a terra precisa lutar, para produzir precisa trabalho, e é assim que muitos entendem, por isso abandonam a luta."

### 5.3 A luta nas contradições de gênero

No combate ao que o MST considera desvios ideológicos, aspectos tomados como dos mais preocupantes, por serem potencializadores das violências concretas e simbólicas, dizem respeito a situação das mulheres camponesas:

*Entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada (...) não participa das decisões da economia familiar (...) Acrescido a isso, encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior. (MST,1995:16)*

Junto ao IV Congresso Nacional do MST, Frei Betto (2000a) pode expressar aos militantes sua compreensão para o que chamou de *Um Brasil de homens e mulheres novos*:

*Essas novas raízes não poderão arrebentar a força do velho solo (...) enquanto nossa prática estiver marcada por vícios, como o machismo dos que impedem suas mulheres de participar da luta ou fazem do companheirismo uma oportunidade ocasional de envolvimento sexual e afetivos, sem compromissos ou projetos; (...) como os que lutam pela posse de seu pedaço de terra e, uma vez obtido, acomodam-se no latifúndio do egoísmo sem participar de uma luta que não termina com a reforma agrária, mas visa transformar o mundo em que vivemos, até que todos os seres humanos possam partilhar o pão, o prazer e a paz.*

Dado este pano de fundo, passamos a apresentar dados de observação do encontro realizado em Fraiburgo, refletindo anseios do Movimento relativos a participação das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos no interior da Organização. Vale dizer, o tempo de realização do evento foi de um dia, mas nem por isso deixou de trazer elementos que ajudam a dar forma ao problema das violências reproduzidas internamente.

Presenciamos reunião com 325 mulheres e uma dezena de homens; na verdade, os demais membros da família estavam desobrigados da participação direta nas discussões, tendo assumido a preparação do almoço. De pronto, esta divisão serviu de motivo para problematização: não seria este o momento de buscarmos unidas soluções para a situação? E o almoço, não poderia ser assumido por ambos, posteriormente aos trabalhos, compondo assim a mística na divisão das tarefas tipicamente femininas?

Tendo como princípio dar voz a todos, após breves informes e palavras de coordenação sobre a temática central, as centenas de pessoas se organizaram em grupos para debater questões indicadas. De todos os problemas listados, o que mais nos chamou atenção foi o que sintetizamos da seguinte forma: mulheres e crianças, nas fases de mobilização e no momento mesmo de ocupar latifúndios, costumam ir à frente dos demais, representando seus *escudos*; no entanto, quando o acampamento se instala e posteriormente conquistam a condição de assentados, as mulheres voltam a assumir condições de submissão nas práticas domésticas e trabalho, com reduzida participação política nas decisões coletivas<sup>45</sup>.

Situações como estas são chave para compreender a reprodução de valores das sociedades que buscam, enquanto ideologia de movimento social, superar, como observado em tantas oportunidades, e ali mesmo no evento<sup>46</sup>.

Retornando ao contexto de sua realização, buscando vislumbrar posteriormente pistas de contribuições da Educação Física para reafirmação de valores que coadunem com o projeto social do MST, passamos a tratar de gincana ali realizada.

---

<sup>45</sup> De fato, em conversa com coordenador de um dos Núcleos Familiares de assentamentos da região de Fraiburgo, nos foi revelado que embora nas reuniões periódicas esteja contemplada a participação das mulheres, em sua maioria são os homens quem assumem esse compromisso.

<sup>46</sup> Através das canções, místicas e frases inscritas no ambiente, tais como: "Mulher e Homem caminhando juntos construindo uma sociedade mais justa"; "A libertação da humanidade só será possível com a libertação da mulher"; "Qual é o preço do silêncio dos incluídos?"

Em síntese, mesmo com a densidade das discussões da primeira etapa do encontro, disputaram-se jogos da cultura popular - cabo-de-guerra, corridas em sacos - somente com participação feminina, relegando os homens a torcedores. O inusitado foi a inclusão de tarefas que exigiram a memória das lutas sociais, requerendo respostas sobre a nacionalidade de Che Guevara e o nome do primeiro acampamento conquistado, bem como de seus militantes históricos. Ademais, apesar do clima festivo predominante, em alguns momentos destacavam-se situações mais condizentes a ambientes de competitividade exacerbada, descolando-se, portanto, a noção aplicada de lazer, dos pressupostos teóricos que orientam a criação de homens e mulheres verdadeiramente solidários.

Como compreensão geral, temos que as atividades de lazer, neste contexto, poderiam auxiliar na ressignificação de alguns valores caros ao Movimento, a partir da adoção de metodologias integradoras e pensadas por dentro de seus objetivos, e não apenas como apêndice. Sobre este aspecto, o próximo campo de pesquisa voltará a fazer referência, o que pode auxiliar a construir massa crítica para a Educação Física atuar sobre questões associadas à violência no interior do MST.

#### **5.4 Violências na luta pelo conhecimento: o Curso Realidade Brasileira**

O Curso Realidade Brasileira foi a primeira iniciativa de formação de quadros em âmbito nacional visando a atingir volume tão grande de pessoas simultaneamente. Para tanto, firmou-se parceria entre Unicamp e o Movimento, no sentido de a primeira fornecer alojamento em seu ginásio de esportes e pessoal para preparar as refeições; ao segundo, coube organizar os jovens - lideranças em potencial oriundas de diferentes estados - bem como estabelecer e desenvolver a programação.

Dos dois níveis de observação a serem considerados - desenvolvidos enquanto convidados para assistir ao evento e como responsáveis pela Educação Física durante a

programação - iniciaremos pelo primeiro, embora ambos tenham ocorrido conjunta e articuladamente.

Chamando atenção para as violências relacionadas à afirmação de imagem negativa do MST junto à opinião pública, torna-se importante registrar o tratamento dado por parte da mídia escrita de grande circulação nacional contrário à parceria firmada com a Unicamp. Com o título de editorial anunciando "Confusão de Tarefas", para a universidade formalizaram-se críticas a supostos desvios de função e recursos para estimular ou ajudar organização político-partidária, avalizando propaganda de ilegalidades. Ao MST, julgou ter se tornado grupo político extraparlamentar que invade propriedade, ocupa edifícios públicos e lança ameaças de violências várias, mesmo de morte (anexo 3 traz o editorial da Folha de São Paulo; o anexo 4 apresenta resposta do Reitor da Unicamp a reportagens anteriores desse veículo sobre o assunto).

O que se quer ressaltar até aqui é o quanto a simples presença dos Sem Terra torna-se incômoda e gera reações de setores importantes da sociedade, inclusive contra aqueles que buscam ajudá-lo. Segundo o editorialista, o auxílio ao MST por parte de uma das universidades estaduais de São Paulo, é visto como *inaceitável*, porque "É no desprezo das regras da democracia que [o MST] forma seus militantes. É para tal tipo de educação que os contribuintes, por meio da Unicamp, estão à revelia colaborando. (Folha de São Paulo, 1999)" E isto é afirmado sem ao menos qualquer tipo de comentário sobre os temas, professores ou conteúdos estudados; trata-se de um *a priori* que busca desqualificar e deslegitimar ações do Movimento. Por outro lado, vale ressaltar, foi comum entre os trabalhos que palestrantes e organizadores fizessem referência ao desvirtuamento do caráter público das universidades estatais, reclamando atenderem pouco às demandas de formação dos integrantes das classes subalternizadas, e que a conquista maior será quando estas puderem ocupar de fato mais esse espaço.

Houve durante toda programação as chamadas místicas, muitas delas retratando o cotidiano de violências vividas. A esse respeito, jornal de circulação local (Jornal da Tarde, 1999) tomou como notícia alguns aspectos:

*"(...) os participantes assistiram a dramatizações que destacaram a violência da polícia contra as mobilizações populares. Encenadas pelos próprios jovens, as dramatizações tentaram passar a idéia de repressão sofrida pelo MST. Os atores representaram um pelotão da Polícia Militar batendo e matando sem-terras. Numa outra dramatização, os policiais se ajoelham diante do Tio Sam, que simboliza os EUA. A platéia reagiu à cena cantando em coro: "Fora já, fora já daqui, FHC e FMI."*

Ainda sobre as místicas, nem tudo foram protestos, mas também mensagens de esperança e de resgate das vitórias conquistadas. Por exemplo, foram sendo montadas no centro do Ginásio figuras com tiras de papel colorido, uma delas com metade da bandeira do MST e outra do Brasil, tendo ao centro o logotipo da Unicamp; em torno, militantes formaram coração estilizado. Manifestações de reconhecimento à Universidade não pararam por aí, sendo plantadas mudas de árvores e realizados serviços de limpeza; os servidores do refeitório receberam homenagens ao final do curso. De certo modo, isto representa as reações pacíficas às críticas externas em sua luta pelo conhecimento.

As atividades do curso iniciavam por volta de seis horas: com aulas concentradas na manhã e tarde, os alunos as acompanhavam a partir de sugestão de leitura de textos previamente distribuídos. Alguns dos que pudemos identificar o título são: *Globalização ou imperialismo norte-americano?*, *Por uma estratégia anti-capitalista internacional*, *Tempo de Cuidar* (entrevista com Leonardo Boff); *Você sabia, companheiro?*, *Tribunal da dívida externa - veredicto*; *Principais indicadores das contas externas do Brasil - 1989-1998*; *Um projeto cultural para o Brasil* e o informativo *É o momento de retomar as iniciativas populares*. Constava também do acervo um cartão elaborado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no

Campo, para ser enviado ao presidente do Banco Mundial, esclarecendo que o programa cédula da terra, por ele financiado no país, beneficia apenas os latifundiários; e que se o Banco Mundial quisesse realmente ajudar o povo brasileiro, deveria suspender o programa e consultar as organizações democráticas dos trabalhadores brasileiros.

O conteúdo dos textos e o das aulas pode apontar duas ênfases: uma sobre a questão agrária, introduzida pelos temas que trataram da história do Brasil desde a colonização; crítica ao capitalismo no campo; formas de neocolonialismo que vimos sofrendo através também da cultura; sustentação de o Brasil ter capacidade de gerar e assumir outro projeto político-econômico-social. Outra ênfase foi dada destacadamente por consultores/colaboradores do Movimento ligados à Teologia da Libertação, recuperando preocupação com a subjetividade dos militantes, diluídas no coletivo.

Por se tratarem de palestrantes convidados, muitos dos quais presentes desde a criação do MST, pode-se considerar que a essência das falas não chegou a ser novidade (por serem bastante estudados internamente), mas sim reforço e sistematização qualificada ao já tratado desde as ocupações. Não é de se estranhar, portanto, que durante as místicas ocorressem manifestações dos cursistas em protesto ao Fundo Monetário Internacional ou ao Presidente da República (como percebeu a reportagem). Pelo mesmo motivo, estiveram bastante presentes (nas palestras, em maquetes, nas músicas e faixas com dizeres e desenhos afixados) os cuidados com a estética dos acampamentos e assentamentos, e com a subjetividade dos jovens militantes. Segundo Bogo (2000), para a Revolução Cultural do MST a estética deve significar bem mais que descobrir e admirar o belo: deve-se recolocá-lo como parte integrante da vida social, encontrando o que de melhor existe em cada pessoa, na convivência social, na natureza, e sonhos; e que o contato com a beleza "ajuda a educar os sentimentos, despertando a capacidade de valorização das

qualidades infinitas que há na combinação da vida das espécies e também das pessoas na sociedade. (p.78)"

Não obstante, a organização do evento, ao programar atividades culturais, aproveitou-se dos espaços de entretenimento para prosseguir com as mensagens sobre a *realidade brasileira*: músicas com letras *engajadas* (cantor Zé Geraldo) e teatro com encenação de peça que culminou com projeção de fotos dos companheiros mutilados e mortos no massacre de Eldorado dos Carajás. Estas apresentações ocorriam à noite, completando a ocupação do tempo<sup>47</sup> dos cursistas após longa jornada de estudos e cumprimento de tarefas; entre as aulas e as apresentações artísticas da programação, havia ainda a educação física. Em suma, pareceu haver dificuldades em estabelecer limites para o maior aproveitamento possível do tempo e do espaço conquistado em meio a muita controvérsia, restando poucas oportunidades para o descanso e o convívio descolados da luta. *Ocupar o tempo*, neste contexto, aparece como expressão que bem representa a magnitude do envolvimento desejado pela Organização.

Passando a tratar das oficinas que realizamos com os cursistas, a preocupação inicial era como conseguir envolver a tantas pessoas. Reunindo alunos de graduação e pós, concebemos e aplicamos a seguinte metodologia de trabalho: a) sensibilização da totalidade dos integrantes via evento de impacto (matroginástica); b) capacitação de cursistas através de oficinas em uma das quatro áreas de vivência corporal delimitadas: dança, jogos, esportes e artes; c) em cada uma dessas áreas, acompanhamento de ação multiplicadora junto a grupo maior (aproximadamente 300 jovens Sem-Terra) e d) oferecimento, pelos mesmos, de atividades aos demais cursistas (900), tendo como eixos orientadores a cooperação e a ludicidade.

---

<sup>47</sup> Em entrevista à Caros Amigos (2000), Stédile fala sobre o curso e a ocupação do tempo dos alunos: "A maioria não conhecia a universidade, nunca ouviu falar, não sabe como é. Então, não deixamos tempo livre pro cara não pensar bobagem, né? Porque a ociosidade é a mãe dos vícios. (risos) O cara levanta às 6 horas e vai dormir às 11 da noite, silêncio absoluto, senão, no outro dia, não aprende nada. (p.33)"

O primeiro grupo com que tivemos contato, chamado de multiplicadores, recebeu breve explicação sobre a proposta. Compreendida e aprovada a idéia, partiu-se desta última perspectiva, sendo divididos em subgrupos (esportes, danças, artes e jogos), sob acompanhamento proximal dos voluntários. Puderam dessa forma ampliar e aprofundar o proposto, tendo em vista discutir com os demais as possíveis estratégias de implementação.

Neste sentido, após esses dois níveis crescentes de capacitação, o coletivo experimentou atividades corporais reelaboradas para aquele contexto, as quais permitiram tentar romper barreiras comuns aos modos competitivos ou individualistas de participar (como, por exemplo, discriminação por gênero e grau de habilidades motoras, resultando na existência de *vencedores, perdedores e excluídos*).

Para exemplificar o ocorrido, assumiram como desafio organizar uma partida de basquetebol que envolvesse os 1200 cursistas simultaneamente. Foram formadas inicialmente dez *células* (unidade relativa a um jogador nos esportes tradicionais) contendo vinte pessoas cada. Outras duas células, com mesmo número, formaram as cestas. O jogo utilizava dez bolas, e as cestas corriam das células, evitando que fossem arremessadas ao seu interior (células e cestas formavam círculos, pois seus integrantes estavam de mãos dadas). Conforme o jogo prosseguia e o grupo assimilava a dinâmica, outras cestas e células foram incluídas, até que todos os que quisessem participar estivessem jogando.

Nas oficinas de artes, jogos e danças os princípios também privilegiaram a criatividade e ludicidade. No entanto, algumas dificuldades se apresentaram para seu desenvolvimento, praticamente decorrendo de um fator: como a idéia original dos organizadores era a de aplicação de atividades físicas com efeito *despertador*, eles não devem tê-las pensado enquanto elementos orgânicos do curso, figurando meramente como ocupação do tempo livre, destituída de sentido pedagógico crítico. De fato, em todo período de trabalhos, ocorreram várias mudanças na programação,

tendo a chamada educação física que se adequar a essas alterações, sendo por vezes suprimida ou com seu tempo abreviado.

Em reuniões para definir estratégias de avaliação com integrantes do MST, pudemos debater estes impedimentos, o que resultou, para nós, em esclarecimento sobre o contexto de oferecimento do curso, e para membros de sua organização, em maior conhecimento das potencialidades da Educação Física. Estes talvez tenham sido os maiores ganhos dos universitários, pois antes dos trabalhos a maioria desconhecia a realidade dos Sem Terra<sup>48</sup>.

Se por um lado os cursistas lamentavam a exiguidade de tempo, por outro, tal como documentado por Bourscheid (1997), relataram conhecimento de propostas na mesma direção, em diferentes Estados, o que mostra já haver certa disseminação de perspectivas dessas manifestações alinhadas à formação dos *novos homens e mulheres* do Movimento.

### 5.5 A luta por educação nos assentamentos de Fraiburgo

Em Fraiburgo observamos que mesmo após construção de escolas em alvenaria, ainda é mantida a primeira sala de aula feita com madeira e lona, justamente para preservar a mística e a história da conquista de educação pública no local. Por sua vez, nas paredes da nova edificação está inscrito *Educação: uma arma para a liberdade*<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Como decorrência indireta desse processo, uma semana após alguns dos voluntários já se reuniam com o compromisso de discutir sobre o Movimento. Poucos meses depois, o grupo organizava a Semana Afim da Terra, na própria Universidade. Agora, tem-se notícia de que muitos deles estão investindo na parceria campo-cidade desejada pelo MST, indo até seus acampamentos e assentamentos para conhecer e realizar trabalhos de acordo com sua formação profissional.

<sup>49</sup> A inscrição faz parte de painel criado coletivamente pelos membros da comunidade, representando a história do assentamento; da pintura destacamos os acampados em confronto com policiais.

É nas observações do movimento estabelecido entre luta por educação - educação para luta que este tópico será desenvolvido, pois, se o Estágio Especial é destinado a atender prioritariamente aos Sem Terrinha, torna-se importante conhecer a realidade social que os estimula ao enfrentamento das violências via educação e mística representativa das conquistas do passado.

### 5.5.1 A luta política por educação no MST

Os assentamentos são originados da primeira ocupação (realizada por 2500 famílias) em Santa Catarina, município Abelardo Luz, em 25 de maio de 1985 (daqui provém o nome da referida escola, representando mais um símbolo de vitória). Isso forçou a desapropriação de terras pelo Estado no município de Fraiburgo. Ainda assim, pistoleiros defenderam as propriedades por duas vezes, pois os madeireiros, que já haviam retirado quase tudo do local, ainda queriam as sobras.

A Escola é fruto da organização dos assentados, pois queriam mais do que terra: crédito, saúde e educação. Iniciaram aulas sob árvores, em pequeno paiol, tendo como professores os próprios militantes. O interesse era dar formação para fixar as crianças na terra. Posteriormente, em acordo com o Estado, este participou construindo os prédios, cedendo carteiras e pagando salário dos professores; foram conquistados também implementos agrícolas junto a órgãos governamentais.

Quando ficou pronta, os assentados quiseram discutir a proposta político-pedagógica; com pressão popular, as autoridades cederam: a comunidade escolheria os professores, direção, secretário - todos cargos de sua confiança. Na opinião de membros da comunidade, ela existe devido a descuido político, não se avaliando corretamente o poder de mobilização que ela iria proporcionar.

De fato, com o decorrer do tempo, passou a ser considerada a *menina dos olhos* dos assentamentos, destacando-se como *polo irradiador de cultura*, pois é a partir

dela e para ela que convergem as ações estratégicas para as políticas de organização da comunidade, envolvendo as celebrações religiosas e outras festividades, alfabetização de adultos, reuniões político-partidárias e sobre a produção cooperada, debates da questão de gênero e cultivo de plantas medicinais, só para ficar em alguns exemplos. Em outros termos, a proposta pedagógica que o MST desenvolve a partir da escola é uma das formas pelas quais é sistematizada a formação de seus militantes, consistindo, em síntese, na elevação dos níveis de consciência de seus quadros, visando a consolidação de seu projeto social.

Nesse contexto, a educação do Movimento reflete a *educação em movimento*, ou seja, ela não se limita à rigidez das salas de aula, muito pelo contrário, cada momento de convívio é valorizado como propício ao aprendizado dos alunos, professores e comunidade em geral. Busca-se como sentido a construção coletiva, tendo em consideração objetivos que são formulados em comum acordo, bem como metodologias para o seu cumprimento e formas de avaliação que seguem o mesmo princípio, tentando atrair a comunidade à sua organicidade. Operacionalmente, as salas de aula não costumam fechar, nem mesmo a secretaria, pois no dizer dos responsáveis tudo que ocorre ali é pedagógico. Isto possibilita uso das instalações livremente, tendo os usuários o compromisso de mantê-las em condições apropriadas para atividades subseqüentes.

Há nítidas contradições que acabam por afetar a vida escolar. Conta-se que houve tempo em que o Governo do Estado respeitava seus compromissos com a Escola e que esta mantinha boa infra-estrutura de funcionamento. Foi período de prosperidade em que se concediam equipamentos para a comunidade trabalhar suas terras, envolvendo aos alunos numa espécie de laboratório; na atualidade, estando a Escola em dificuldades, muitos dos que desfrutaram de suas benesses transferem seus filhos para o ensino da cidade, argumentando, por exemplo, que lá receberão conhecimentos de inglês e informática, e que a vida no campo não tem mais nada a

oferecer aos seus filhos. Quanto a esta postura, críticas internas surgem explicitamente através do Conselho Escolar, cujos membros são eleitos pela comunidade, reunindo-se periodicamente. Dizem eles, *conseguir uma hora de trabalho voluntário dos assentados é uma luta!*

Outro problema grave é a resistência política local; a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, além de não cumprir com as reivindicações comunitárias, cria dificuldades. Para que se tenha idéia, dois dos assentamentos situam-se a cinco quilômetros da Escola, e apesar disso a Prefeitura não destaca nenhum ônibus para os alunos, mas disponibiliza dois que os levavam para cidade, com distância de vinte e cinco quilômetros. A avaliação de membros do Conselho Escolar é que isto representa tentativa de minar suas forças, criando divisões internas e cooptando jovens militantes, pois na cidade a proposta educacional ocupa-se em manter o estado de coisas que o MST deseja transformar<sup>50</sup>.

Tendo em vista a permanente ameaça aos seus interesses, o Movimento vem desenvolvendo princípios filosóficos e pedagógicos que correspondam às necessidades e anseios próprios da luta pela terra, o que tem estimulado a criação daquilo que chamam "uma escola diferente".

Os princípios do Projeto Político Pedagógico do MST utilizados nas escolas em que se desenvolve o Estágio Especial, são:

- a escola deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural;
- a criança deve ser preparada para cooperação;

---

<sup>50</sup> Aspectos como estes são convergentes com a luta pela educação travada no Movimento como todo. Enquanto nos primeiros acampamentos algumas escolas eram mantidas por professoras e mães que ali viviam, nos assentamentos, porém, as aulas eram ministradas em escolas que por vezes desconsideravam as histórias familiares, tentando fazer com as crianças trabalho ideológico contra a reforma agrária (Caldart, 1997).

- a direção da escola deve ser coletiva e democrática;
- a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento;
- ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade;
- coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno;
- professor tem que ser um militante;
- a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular;
- a escola é o lugar de viver e refletir sobre uma nova ética

Para tentar dar sentido a esses princípios aplicados à realidade observada, pinçaremos o relativo à *preparação da criança para atuar no meio rural*. É importante notar que apesar de a Escola não oferecer titulação de técnico aos alunos, ainda assim inclui disciplinas condizentes a essa formação: associativismo, práticas zootécnicas, práticas agrícolas, agro-indústria, administração e economia rural, construção e instalações rurais, sociologia rural e estágio supervisionado.

No que diz respeito à organização dos alunos, a última alternativa privilegia a estrutura de Brigadas, ou seja, dividiram-se em comissões que se responsabilizam por setores experimentais da cultura agroecológica, bem como do embelezamento e comunicação da Escola. Pelo que pudemos notar em reunião de avaliação, embora iniciativa incipiente, tem-se produzido aprendizados importantes aos jovens agricultores, sobretudo na dimensão política da vida escolar e comunitária.

Se as escolas do MST devem formar militantes, o estímulo à participação política permite reflexões sobre os problemas particulares articulados com a realidade social do país. No dizer da Direção, "em aulas de geografia os alunos até deverão saber sobre São Paulo, mas antes sobre Fraiburgo". Além disso, aulas sobre

economia política ajudam a compreender as propostas neoliberais e os efeitos do mundo globalizado sobre o país. No campo, a agroecologia não é apresentada somente como modismo ou alternativa econômica, mas como coerente ao projeto de sociedade que visa preservar a natureza e a saúde da espécie humana.

Os alunos então são provocados a se posicionar frente a questões de interesse coletivo e da mesma forma passam a exigir igual postura dos que lhes orientam. Isto torna comum a presença em sala de aula de membros da comunidade, Conselho Escolar, de professores e direção para se explicarem e pedirem compreensão dos alunos quanto a *eventuais quebras de acordo*.

Esse exercício de formação humana vai mais longe: as crianças participam com seus pais de reuniões de Núcleos para tratar de assuntos técnicos da produção e também dos interesses coletivos. É nestas reuniões que se decide, por exemplo, quem será o representante do grupo nas mobilizações e cursos de formação, sendo os demais os financiadores das despesas do companheiro.

É notório o quanto se torna indesejável que assentados que conquistaram sua terra na luta venham a vender sua propriedade, implicando em acolher na comunidade pessoas avessas ou indiferentes ao projeto de sociedade lá desenvolvido. Embora a Escola não detenha poder supremo para reverter essa situação, são as crianças quem potencialmente ajudam na tarefa de disseminar seus conhecimentos e valores. Mas o caminho inverso também é possível, fato preocupante na medida em que a Escola acumula problemas inerentes à precariedade do ensino público brasileiro, acrescidos do isolamento característico de unidades rurais e às barreiras geradas pelo enfrentamento com os poderes regionais.

Reflexo disso é que enquanto produção agrícola, nem a Escola nem a comunidade conseguem viabilizar o cultivo de maçãs, embora Fraiburgo seja a capital nacional do fruto. A constante falta de recursos e prestação de serviços pelos mantenedores oficiais impede, por exemplo, cumprir com o fornecimento diário de

refeições às crianças e contar com telefone na secretaria da Escola. Se não bastasse, problemas da comunidade que poderiam ser solucionadas no Posto de Saúde ali instalado, acabam por ser remediados porque não há disposição política da Prefeitura Municipal em oferecer viaturas que conduzam os profissionais para o local.

Pelas contradições internas e tantos *leões ferozes a vencer*, há atualmente dificuldades em organizar mobilizações na cidade de Fraiburgo, que tal como se vê pelos noticiários, configuram-se como a marca das estratégias de luta do Movimento. Quanto mais se acirram as contradições das questões agrárias no país, maiores vão se tornando as exigências com a militância, o que culmina em aplicação desesperada da lógica *Sem frente de massas, não há ocupação; sem ocupação, não há acampamento; sem acampamento, não há Reforma Agrária e sem Reforma Agrária, não há ensino público*<sup>51</sup>.

Dessa ordem de fatos, geram-se dificuldades para consecução dos objetivos da Educação do Movimento. Um deles - Ensinar fazendo, isto é, pela prática (MST, 1999c) - acaba sendo relativizado porque faltam mudas, sementes, enfim, toda sorte de componentes desejáveis e insubstituíveis no ensino de caráter agrícola. Outros obstáculos se agregam, pois devido às demandas dos professores-militantes e ao estado de isolamento, restam poucas chances de aperfeiçoamento profissional sistemático<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> O que não deixa de ser verdade, porque os poderes públicos não costumam reconhecer oficialmente a estrutura de acampamentos, inviabilizando a instalação de escolas por eles mantidas.

<sup>52</sup> A Conferência Nacional - por uma educação básica no campo (CNBB *et al.*, 1998) diz que na situação atual "muitos dos professores/das professoras do meio rural costumam fazer parte de um círculo vicioso e perverso: são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, coloca o meio rural como uma penalização e não uma escolha, não viabiliza a sua qualificação profissional, rebaixa sua auto-estima e sua confiança no futuro; como vítimas tornam-se então provocadores de novas vítimas, à medida que realizam trabalho desinteressado, desqualificado e sem ânimo. (p.40)"

Não é sem motivo que a comunidade se organiza para eleger seus representantes nos cargos públicos de mando no município, tendo optado algumas vezes por indicar professores da Escola para concorrer à vereança e apoiado candidatos a prefeito que correspondam às suas expectativas.

Com vistas a superar as fortes contradições, outro apoio que buscam manter é o do Estágio Especial, pois através de seus trabalhos têm conseguido manter regularidade na recepção de estagiários de Educação Física e Pedagogia, além de profissionais e estudantes de outras áreas que vão desenvolver pesquisas e colaborar com os anseios de formação continuada em serviço dos professores.

### 5.5.2 Reforma Agrária: uma luta do Estágio Especial

Em documentos de referência do Estágio Especial produzidos por seus coordenadores (Capela, s.d.), o caráter *especial* é explicado por:

- Proporcionar aos alunos experimentarem-se em escolas rurais:

Segundo dados publicados pela revista Nova Escola existem hoje no Brasil mais de 136.700 escolas rurais espalhadas pela periferia das cidades ou rincões mais distantes, representando 70,3% dos colégios brasileiros, atendendo a cerca de 5,5 milhões de alunos. Afora esse dado, Santa Catarina possui forte base sócio-econômica vinculada à terra, ao contexto rural. Portanto, é legítimo e necessário que a universidade pública mostre a seus alunos essa realidade, no caso através de escolas instaladas no interior do próprio Estado.

- Possibilitar o exercício de implementar a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão:

Ao sair dos muros universitários, o projeto rompe o espaço tradicional de sala de aula em busca de oxigená-lo, com a dimensão do espaço pedagógico "concretamente real" e não mais descontextualizado, distante, virtual. Também desencadeia novos processos de formação de professores e comunidade rural, pela atração inclusive de outros profissionais. Atuando de forma concentrada, permite desenvolver pesquisas sobre: i) aspectos sócio-culturais, buscando embasamento teórico-conceitual sobre a criança enquanto sujeito do ato educacional; ii) distribuição de

terras no país e região, e da luta por sua conquista travada pelo MST; iii) as propostas educacionais do Movimento, postas em seu projeto político pedagógico; iv) metodologias para observação e diálogo com os sujeitos, tanto das escolas, quanto da comunidade.

- Possibilitar abordagem e o diálogo interdisciplinar entre Educação Física e Pedagogia:

Uma das mudanças mais significativas da escola contemporânea diz respeito ao trato matricial, temático ou global de seus conteúdos. Essas novas características trazem aos educadores a necessidade de competências para construção coletiva, diálogo de saberes, exercício da tolerância, enfim...pensar a educação escolar em sua complexidade. Neste projeto é oferecido aos alunos a possibilidade de adquirir esta competência já no início de sua formação profissional, pela aproximação de dois centros da UFSC (Centro de Desportos e Centro de Educação), através do trabalho conjunto de seus docentes e discentes.

- Desmistificar as propostas educacionais e sociais do MST na imagem veiculada pela mídia:

Oferece possibilidade de os alunos conhecerem *in loco* a realidade de vida das escolas e dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, frutos das lutas históricas camponesas, contribuindo para o desenvolvimento de suas análises críticas.

Em suma, poderíamos dizer que o Estágio é especial sobretudo pela forma cuidadosa com que prepara os alunos para a realidade do Movimento, enfatizando inclusive a necessária *descolonização* de seus olhares<sup>53</sup> enquanto observadores, para construir com a comunidade processos pedagógicos que respeitem sua história e contexto do MST.

---

<sup>53</sup> Um dos textos utilizados para orientação dos alunos intitula-se *O olhar do observador* (Welfort, 1996). A autora afirma que o ver e o escutar fazem parte do processo da construção do olhar; inclui a escuta de silêncios e ruídos na comunicação; que não fomos educados para a escuta e em geral não ouvimos o que o outro fala, mas sim o que gostaríamos de ouvir. Observar é fazer vigília, não vigiar; é permanecer acordado por ela, na cumplicidade da construção do projeto, na cumplicidade pedagógica.

Nesse sentido, ele é pautado pela necessidade de consolidar a participação dos acadêmicos enquanto grupo que busque atuar de forma coesa e com objetivos comuns bem definidos. Assim, vão sendo esclarecidos sobre a proposta da disciplina e o sentido da participação conjunta dos cursos Educação Física e Pedagogia. Define-se também pelo propósito de afirmar a identidade de educadores em superação<sup>54</sup> a predomínio do ensino de técnicas, sendo as aulas orientadas para o plano político - no sentido progressista ou crítico, ou seja, destinadas a esclarecer a realidade em que se constróem os conteúdos trabalhados.

O Projeto se estrutura em cinco fases. Destaca-se que em todas elas são estimulados debates acerca da realidade brasileira, de forma geral, e das contradições vivenciadas no campo e pelo MST, em particular. Questões como a necessidade de organização para superar a exclusão deliberada pelas elites, que se refletem na falta de espaço de qualidade para as maiorias, dificuldade para plantio e escoamento da produção, cerceamento de liberdade e violação de outros direitos constitucionais minimamente assegurados - como saúde e educação - são temas recorrentes e que mobilizam o raciocínio crítico dos acadêmicos. Temos claro que somente com o envolvimento diário e concentrado, na casa e nas demais instâncias da vida social, algumas observações são possíveis, reforçando o caráter de proximidade e relativa imersão a que se propõe o Projeto. Da parte dos coordenadores, ao longo de todas as fases está presente a preocupação em saber quais são as concepções que os acadêmicos guardam sobre a condição humana das crianças - o que é ser criança? que é ser criança no MST?

Na primeira fase são apresentados os fundamentos teórico-metodológicos do trabalho, bem como o histórico e contextualização do MST, em termos nacionais e na região, além dos princípios constitutivos do *ser criança* e princípios filosóficos e pedagógicos do projeto educacional do Movimento. Ainda nesta fase, os professores,

---

<sup>54</sup> Superação é aqui utilizada no sentido dialético, de negar e conservar.

cada qual em seu curso, preparam com as turmas a ida ao meio rural a partir de informações trazidas pelos alunos sobre os Sem Terra. Ao serem apresentados o sentido do Estágio e propósitos da prática pedagógica almejada, são confrontados, por exemplo, dados gerados pela mídia com aquilo que as experiências docentes têm revelado; são trazidos textos, fotos e vídeos sobre o MST (enquanto organização e do local de estudo) para apresentação e debate em aula. Acima de tudo, o que se busca deixar claro é o caráter institucional do trabalho (não-personalizado nas figuras de seus coordenadores), ou seja, trata-se de enfatizar a relação estabelecida entre a Universidade Federal de Santa Catarina com escolas públicas rurais (do Estado e do município de Fraiburgo) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Observa-se também, que seus coordenadores se consideram e se colocam como educadores em formação.

Esta fase de preparo implica também em evitar que o grupo represente ameaças à normalidade das rotinas dos assentamentos, durante o processo de trocas de conhecimentos com a comunidade. Aspecto dos mais enfatizados é que devem levar em conta possuírem características culturais diferentes daquele meio social, e que portanto devem ser cuidadosos para não causarem grande impacto ao *se movimentarem*. Isto inclui desde a adoção de vestimentas simples e discretas até o compartilhar das tarefas de limpeza, tanto no refeitório da Escola quanto nas casas; saber enxergar e ouvir e não criar nos alunos falsas expectativas quanto a vida na cidade. É recomendado fortemente que sejam feitas perguntas sempre que necessário, diretamente aos assentados, para início de diálogos e relações de mútua confiança. Num primeiro momento, estas recomendações podem parecer desnecessárias, mas também se justificam a partir das situações assim observadas:

1. Em conversa informal, a ex-secretária e agora diretora de uma das escolas afirmou que está implícito nas construções do imaginário social que as mulheres da

cidade são *melhores* que as do campo, e que nota as do MST tratando as estagiárias como especiais;

2. Conforme relato de coordenador do Estágio Especial, em reunião com a comunidade, um dos pais respondeu da seguinte forma ao questionamento de quais expectativas tinha com relação aos trabalhos da Universidade: - *Que vocês não mintam para nossas crianças, passando para nossos filhos a impressão de que a vida na cidade é uma maravilha;*

Preparada a viagem coletivamente, a chegada ao local marca a segunda fase, chamada de observação, em que são recolhidos dados essenciais para elaboração de um projeto significativo, com permanência do grupo por uma semana no interior dos assentamentos<sup>55</sup>. Essa rápida fixação no local possibilita a visita a acampamentos da região, a participação em reuniões com lideranças, nas festividades, celebrações religiosas, manifestações políticas e demais rotinas da comunidade, além de atividades organizacionais e didáticas das escolas do local. Sobre a importância dessa fase, damos voz aos próprios estagiários (Silva e Ronei, 1998):

1. *(...) pudemos observar bem o cenário dos assentamentos da reforma agrária; vasta área verde, diversas plantações, a grande distância de uma casa para outra e o pouco volume de carros. As pessoas deste lugar são exemplos de: simplicidade, hospitalidade, trabalho, luta e esperança. Esperança porque lutam e contróem um mundo melhor, onde todos comem, todos moram, todos vivem - não apenas sobrevivem. Lá as coisas acontecem, as oportunidades são mais bem divididas. As palavras "justiça e democracia" têm sentido concreto e real.*

---

<sup>55</sup> A aproximação com a comunidade foi sendo construída ao longo do tempo. Inicialmente, alunos e professores hospedavam-se em hotel no município de Fraiburgo, passando apenas o período de aulas nas escolas. Conforme foram conquistando confiança da comunidade, vieram a utilizar as dependências de sua agroindústria. Pouco depois, outras turmas ocuparam barracas próximas às escolas. Na atualidade, ficam alguns dias nas residências e depois se agrupam em alojamento e barracas próximas, o que facilita reuniões e estimula a convivência entre o grupo.

2. (...) crianças além de ajudarem na roça em casa, participam de todas as tarefas da escola como: pegar água, lavar a louça, limpar a sala, carpir e cuidar da horta.
3. Estes professores foram exemplos vivos de força, coragem e amor a profissão, pois vimos que ambos lutam com dificuldades tanto financeiramente, quanto profissionalmente, mas mesmo assim não desanimam, muito pelo contrário, estão sempre buscando o melhor e com isso nos contagiam deixando-nos claro que vale a pena o esforço e a luta por uma sociedade mais justa.

O período de observação tem provocado mudanças sensíveis em professores e alunos da Universidade. Em análise dessa fase, Serrão (s.d.) diz ser possível que os estagiários passem a aprender a ser professores na perspectiva da transformação social, percebendo "o importante papel que a dimensão lúdica das atividades e a literatura ocupam no ensino fundamental. (p.3)"

Na terceira fase, de volta à Universidade, os alunos discutem o que percebem em suas vivências, com vistas à formulação de propostas de intervenção, tanto diretamente no ensino formal, vinculadas à disciplina, como através de oficinas direcionadas a outros grupos não necessariamente escolares, por vezes no interior de acampamentos. Após a relativa imersão, o retorno à UFSC permite que recolham subsídios junto aos demais professores e colegas de curso, bem como examinem relatórios de estagiários que participaram anteriormente da disciplina. Quando chegam neste ponto, já estão definidos os quartetos (dois integrantes de cada curso) para atuar junto a uma determinada turma. É indicado também que já tenham definido seu tema de intervenção.

A esse respeito, Serrão (s.d.) explica que os trabalhos têm se pautado por dois níveis de desafios: um é relacionado ao planejamento e execução conjunta do ensino congregando os dois cursos de formação:

*Para os futuros pedagogos, o que se almejava era olhar a escola com olhos de quem reconhece também as contribuições da Educação Física; para os futuros professores de educação física, exercitar o olhar para a*

*compreensão dos elementos que a Pedagogia poderia oferecer e para os dois, o objetivo era elaborar uma síntese desses olhares. (p.3)*

O segundo desafio é desenvolver as práticas docentes mediante a concepção de Projetos de Trabalho<sup>56</sup> (Hernández e Ventura, 1998) e centrados na dimensão lúdica das atividades, no exercício pedagógico com a literatura infantil e na "cultura de movimento" do grupo social ao qual se remetem as ações.

Sobre o tema escolhido, a recomendação é que seja pertinente à realidade observada, ou seja, significativo para as pessoas às quais se destina, priorizando-se os de maior necessidade na medida em que possíveis para tratamento. Ou seja, é o encontro do professor com os alunos e seu contexto que determinam a adoção dos temas.

A quarta etapa refere-se ao desenvolvimento do planejado, em período que abrange duas semanas, com permanência do grupo no local. Pudemos perceber que muitos trabalhos de intervenção têm se dado pelo uso da capoeira, e mais que técnicas para seu jogo (ou luta, esporte, ginástica, a depender do referencial), são os valores e a história de sua construção e aderência aos ideais do MST que têm sido desenvolvidos. A forma de iniciar aulas de capoeira com as crianças é através de perguntas significativas para aquela realidade: Vocês conhecem a capoeira? Capoeira é uma luta ou um jogo? Uma luta contra quem e contra o quê? Como e onde ela foi criada? Em que a capoeira auxiliou na luta pela libertação dos escravos? Qual a relação da luta dos negros escravos com as do MST?

---

<sup>56</sup> Consiste em forma de organizar o ensino e aprendizagem cuja função é favorecer a criação de estratégias para o tratamento da informação e o estabelecimento de relações entre diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses. Eles podem se estruturar seguindo determinados eixos: a definição de conceitos; um problema geral ou particular ou conjunto de perguntas inter-relacionadas; enfim, busca questões que valham a pena ser tratadas, superando os limites disciplinares.

Também são ilustrativas as experiências com oficinas de construção de tambores e a produção de parque de diversões com recursos naturais do local e materiais reciclados da cidade, em que se envolveram também os pais na confecção dos brinquedos.

Sobre a oficina de tambores, os acadêmicos que desenvolveram o Projeto a explicam da seguinte forma (Silva e Ronei, 1998):

- (...) a oficina de tambores visa construção coletiva entre os alunos, além de contextualizar o tambor como instrumento de resistência das classes populares contra a cultura européia dominante. Nossa idéia é mostrar que a cultura popular do nosso local é muito rica e não deve ser relegada a segundo plano; não devemos esquecer nossas raízes, que tão arduamente foram mantidas pelos nossos familiares e irmãos de luta;
- A oficina se legitima enquanto Educação Física no sentido que também trabalha o lúdico, a criatividade, a consciência histórico-cultural dos alunos, a socialização entre o grupo, os sentidos físicos, a habilidade manual, o raciocínio (...);
- A possibilidade de fazermos instrumentos musicais artesanais com materiais reciclados, visto que usamos latas de 18 litros obtidas em postos de gasolina, cordas de seda e couros de boi recolhidos no próprio assentamento, torna possível a realização de um sonho para nós, pois a música sempre foi nossa paixão e poder trabalhar com isto e passar este conhecimento às crianças é algo muito gratificante.

Com objetivo de possibilitar às crianças da terceira série espaços de brincadeira para a vivência criativa, espontânea e lúdica, bem como construir regras de normatização de valores para o brincar (cooperação, inclusão, solidariedade, respeito aos colegas, conservação de brinquedos), foi desenvolvido Projeto de Trabalho intitulado *O resgate da cultura lúdica dos Sem Terrinha: um convite à*

*fantasia*. Consistiu em reelaboração de uma história infantil envolvendo a personagem Emília de "O Sítio do Pica-pau Amarelo", sugerindo-se às crianças a construção de livro das brincadeiras que elas mais gostavam. Com três capítulos, no primeiro elas listavam as brincadeiras preferidas; no segundo, os pais é quem desenhavam e pintavam suas brincadeiras de infância, sendo o último reservado para o trabalho com textos em aulas da disciplina específica. A experiência com o Projeto é relatada pelos próprios autores:

- *a construção deste livro buscou valorizar a produção cultural das crianças enquanto sujeitos do processo. Destacamos ainda que pelo fato de não haver professor de Educação Física na Escola e também pela carência de materiais e livros didáticos para se trabalhar com este conteúdo, este livro se constitui numa ferramenta didática muito importante (...) também para suprir algumas carências da Educação Física na [Escola].*
- *É importante destacar que estes brinquedos não foram construídos apenas para ocupar o tempo das crianças (...) ganharam significado especial para elas, pois a partir do relato de seus pais, quando da confecção do desenho do segundo capítulo do Livro, disseram que quando eram crianças eles mesmos faziam seus brinquedos, sendo as crianças desafiadas a construírem, assim como seus pais (...)*
- *Os balanços foram confeccionados pelos pais durante um mutirão envolvendo as pessoas da comunidade. O espirobol foi feito pelas crianças da 3ª série em uma aula de Educação Física, em que elas mesmas relacionaram os materiais e as ferramentas necessárias;*
- *[Foram definidas] as regras de utilização e quando necessário, de recuperação dos brinquedos, elaboradas pelas próprias crianças. A comunicação entre as turmas foi feita através de cartas (...) resgatando também o valor social da escrita;*
- *Esta experiência possibilitou a articulação dos elementos da cultura corporal (esporte, jogos, brincadeiras, lutas, danças, etc) próprios da Educação Física, com outras disciplinas/áreas do conhecimento escolar, como artes, língua portuguesa, história, matemática*

Por fim, a última fase do Estágio Especial refere-se a socialização do processo (em pontos e contextos diferentes, por relato oral e escrito) com a comunidade escolar - membros do Conselho - e do aprendizado a docentes e discentes da UFSC, em seus respectivos cursos. Devido a concentração do grupo no local de prática de ensino, a avaliação é freqüente, pode-se dizer constante. Formalmente, o grupo se reúne ao menos uma vez ao dia e cada questão de interesse é aprofundada, com estratégias que tornam a todos relatores e avaliadores das experiências individuais e coletivas. No entanto, por ser comum percorrer a pé distâncias até de dez quilômetros para ir e voltar das escolas, as caminhadas acabam sendo oportunas para discussões dos trabalhos; e isso é verdadeiro também para as reuniões em casa dos assentados, nas festas, e em outras reuniões nem sempre programadas.

Mas de fato a avaliação mais abrangente e profunda é a que envolve o Conselho Escolar, sendo reunidos representantes dos alunos, seus pais, professores e direção para debater os avanços e retrocessos do Projeto, com vistas a encaminhar estratégias de afirmação/correção de rumos já para a próxima turma. Como compromissos finais, os estagiários ainda apresentam na UFSC as realizações do grupo, pensando dar visibilidade e conquistar adeptos à proposta, documentando-as posteriormente em forma de relatório.

É importante notar, da mesma forma que, como ao longo do tempo fazer ocupações tornou-se mais fácil para o Movimento, tratar do assunto MST na UFSC vai seguindo na mesma direção, porque se os alunos das escolas dos assentamentos podem auxiliar na formação de nova consciência a respeito das questões agrárias, isto também é possível no meio acadêmico. Pois, como se diz a respeito dos alunos quando retornam, *eles não voltam os mesmos!* Embora isto pareça obviedade, neste caso o que se quer ressaltar é que através desta experiência docente tem-se notado o despertar de alguns acadêmicos para atuação política na própria Universidade, bem como a continuidade de contatos presenciais com o Movimento mesmo em período de férias

escolares e universitárias. Isto se mostra também pelo considerável interesse dos alunos em desenvolver seus Trabalhos de Conclusão de Curso com temática relacionada ao MST, bem como na permanência de ex-alunos junto ao Estágio Especial, mesmo não havendo mais obrigatoriedade de participação.

Por outro lado, destaca-se que nem tudo são flores neste Projeto. Devido seu caráter especial, até pelo simples fato de opção por concentrar alunos e professores por pelo menos três semanas a cada semestre na zona rural, seus coordenadores têm reclamado dificuldades em conseguir liberação dos acadêmicos junto aos seus demais professores, bem como enfrentado limitações orçamentárias para manutenção das despesas no trabalho de campo. Dentre outros problemas, isto significa constante busca de auxílio com pessoas e instituições simpatizantes do MST e dos trabalhos pedagógicos ali realizados, com vistas a superar os entraves da burocracia interna da Universidade que representam.

## 6 - Discussão e conclusões

---

*Não se mata o anseio de um povo por liberdade. Pode-se reprimi-lo ou retardá-lo. Mas o sonho de liberdade permanece no seio do povo, como um vulcão que se prepara para irromper.*

MST

## 6.1 Suturando os cortes das lutas

Algumas expressões de violências no cotidiano Sem Terra foram postas ao longo do capítulo anterior de forma isolada, o que pode passar a falsa impressão de que são eventos independentes. Com isto, torna-se necessário articular esses dados parciais de aproximação da realidade - provenientes dos diferentes campos de pesquisa - com os conhecimentos apropriados no referencial teórico, visando a melhor encaminhar respostas às hipóteses consideradas.

Não se trata aqui de detalhar ou repetir violências mencionadas na observação da pesquisa de campo, mas tentar captar a lógica pela qual vai se fazendo minar a resistência do MST enquanto movimento social<sup>57</sup> que se multiplica e distribui em praticamente todos estados brasileiros, e que representa ameaça aos poderes instituídos historicamente.

Um primeiro aspecto importante é a própria condição de pertencimento à Organização, pois, se por um lado a reunião em torno do mesmo ideal dá força ao coletivo, e sua mística anima as esperanças, por outro lado o uso de seus símbolos (bandeiras, bonés, ferramentas de trabalho para lavoura) ou das estruturas de sua organicidade (produtos de suas cooperativas ou as escolas que administram) passam a ser facilmente identificadas pelos adversários de seu projeto de sociedade, e combatidos a partir de seu isolamento. O combate pode se dar tanto na recusa de intermediar a venda de seus produtos por parte de supermercados até o bloqueio cadastral na solicitação de crédito bancário. Assim, ainda que o MST goze de prestígio nacional e internacional, é nos espaços pouco ou nada visíveis que se torna mais vulnerável.

---

<sup>57</sup> Segundo Wolker (citado por Varella, 1997:202) o MST representa os *novos movimentos sociais* brasileiros, entendidos como aqueles que "não mais se baseiam nas estruturas institucionalizadas, pois não acreditam nelas como forma de solução de seus problemas. Possuem outros valores culturais, sociais e políticos, onde instituem novos paradigmas, buscando outros modos de luta, mais eficazes na conquista de seus objetivos."

Nesse sentido, nos acampamentos, em que se tem pouca informação de quantos são ou como vivem, não se permite instalação de escolas públicas, porque o Estado não lhes reconhece essa condição<sup>58</sup>. E quando as escolas são conquistadas pelo "descuido político", como vimos em Fraiburgo, o Movimento perde parte de sua militância por uma ação a princípio bastante simples, em que a Administração Municipal força ao transporte de crianças - do campo para cidade, da enxada para o computador, da autonomia para subserviência -, dividindo internamente as resistências da comunidade. Como esta vai sendo atingida também por diferentes instâncias de poder, as energias passam a ser investidas, como nos tempos da ocupação, na sobrevivência. Pois além das lutas comuns à classe trabalhadora, há também as específicas, com dificuldades típicas da pobreza e ostracismo.

É importante dizer, temos encontrado, enquanto observadores dessa realidade, pessoas que confessam nos espaços reservados o desgaste por passar dias longe de casa e da família, por assumirem tantas frentes de ação. Nesse sentido, há depoimento de criança cujo sonho é poder contar mais freqüentemente com seu pai, liderança na região. Mas isto se torna mais difícil na medida em que pessoas como ele cumprem a ética do Movimento: de sacrifício pessoal em nome da causa, para lutar pela conquista da terra dos que ainda não têm, a ser encerrada apenas quando o latifúndio acabar... e já se foram cinco séculos! Aí está portanto forte contradição interna que o MST têm que lidar: como buscar novos companheiros sem descuidar dos Sem Terrinha e de suas escolas? Afinal, como perguntariam os professores que coordenam o Estágio Especial, *o que é ser criança? O que é ser Sem Terrinha?*

Mais objetivamente, podemos afirmar, mediante este quadro e conforme nossa hipótese, há diferentes expressões de violências que se manifestam interna e externamente na vida social do MST, e são mais facilmente percebidas em situações

---

<sup>58</sup> Como saída o MST tem desenvolvido projeto educacional intitulado Escola Itinerante.

tais como aquela em que grande veículo de formação de opinião pública<sup>59</sup> reclama energicamente a presença de estudantes do MST na Unicamp; são percebidas de forma mais sutil quando soldados ficam entre os militantes e o órgão público para defesa da ordem (no caso da ocupação em Joinville); e de maneira invisível, quase imperceptível, quando, no transporte escolar, investe-se na saída de crianças do campo para a cidade.

Sobre este cerco que se forma junto ao Movimento, vale a pena análise de Paoli (1981), mencionando que o Estado deixa de ser visto apenas como "violência organizada e concentrada da sociedade" ou "comitê executivo da classe dominante" - para ser o instaurador de ordem jurídica e repressiva que salvaguarda certas normas fundamentais à existência do capitalismo - sendo também o inspirador do *consenso*. Para isso, penetra no interior de cada grupo, na tentativa de desarticular a *visão de mundo* autônoma e orgânica dos potencialmente adversários, buscando rearticulá-la sob a égide de *visão de mundo* proposta como universal. Com o sentido de manutenção da dominação-consenso, os Estados e seus aliados fazem uso dos vários componentes do processo educativo, buscando, se possível, consentimento ativo das classes dominadas.

Assim, a educação, posta a serviço das classes dominantes e das ideologias repressivas, passa a ser mecanismos que visam : i) ajustar os indivíduos à ordem social vigente, pela transmissão de saberes elitistas e definidos pelo poder estabelecido; b) ocultar as contradições sociais por meio de discursos dissimuladores da realidade; c) manter coesa toda a sociedade, através de discursos homogêneos, igualitários e até renovadores (Jesus, 1989).

---

<sup>59</sup> Marcondes Filho (1987) afirma que os jornais tornaram-se poderosas empresas e os pequenos periódicos desapareceram ou foram absorvidos por grandes monopólios de informação, que assumem controle das informações e definem o que é notícia. Em matéria mais recente, intitulada *Do silêncio à satanização*, Souza (2002) diz haver ação orquestrada pelas elites e grande mídia sobre o MST, particularmente a Revista Veja, que passa por seis estágios diferentes: silenciar, cooptar, difamar, dividir, domesticar e satanizar.

Torna-se mais fácil afirmar, portanto, que no relativo a nossa primeira hipótese (i.e., de haver diferentes formas de violências atuando contra os interesses do MST, sendo percebidas e enfrentadas através de seu projeto de formação de militantes), além de o MST experimentar diversas formas de violências, adota como estratégia de enfrentamento a formação de seus quadros para a luta, mesmo em meio às suas contradições internas. Nesse sentido, o Setor de Educação, cursos de formação de jovens militantes, concursos nacionais de redação e desenhos e o Jornal Sem Terra (que tem a mesma idade do MST e em certos números chega a atingir tiragem de quinhentos mil exemplares) são exemplos do esforço em manter viva a lembrança dos motivos pelos quais os camponeses criaram o Movimento. Mas estes são dados objetivos, devendo-se também incluir nesse processo a simbologia da mística que vai se criando em torno da luta, e também as ações que são compartilhadas a partir da definição dos valores para construção de nova sociedade<sup>60</sup>.

Os valores e a visão de processo político que o MST constrói em meio às adversidades permite respostas pacíficas aos supostos adversários, como ocorreu defronte ao Fórum em Joinville, alertando que policiais militares na verdade perfazem a mesma classe oprimida, e que o inimigo real deseja justamente a divisão que ali se instalava. No entanto, ainda podem ser consideradas insuficientes para superar algumas fortes contradições internas, como no caso são as relacionadas às questões de gênero.

A figura das mulheres enfrentando o capitalismo no campo (nas ocupações, indo com as crianças à frente), ao mesmo tempo que servindo de escudo aos demais, talvez seja a melhor forma de materializar a expressão *gênero entre fogos*, proposta por Breilh (1996). Para o autor, a qualidade de vida das mulheres da América Latina é

---

<sup>60</sup> Konder (2000) se posiciona perante a construção do socialismo dizendo que a democracia é pré-requisito para o desenvolvimento de uma ação política capaz de atender a duas demandas diferentes: a do fortalecimento dos valores ligados à autonomização individual e a dos valores ligados à preservação (e à recriação) da dimensão comunitária.

deteriorada prematuramente por três fatores associados: i) exigências que o neoliberalismo lhes impõe, impelindo-as a reforçar os interesses da lógica capitalista, ao mesmo tempo com menor valorização perante os homens e igual grau de exigência; ii) imposição cultural de absoluta responsabilidade sobre as tarefas domésticas, apesar de seu tempo ser tomado pela dupla jornada diária: no trabalho e casa, e iii) devido à exclusiva capacidade de gerar a espécie e ao cuidado que tradicionalmente lhe dedica. Buscando sua defesa frente ao desenvolvimento a qualquer custo, diz que para se pensar numa nova mulher, antes temos de pensar em um novo ser humano (Breilh, 1991b):

*Seres que expressem, tanto no individual quanto no coletivo, os traços distintivos do humano (trabalho criativo, liberdade, solidariedade, consciência objetiva da realidade e capacidade autárquica de modelar a vida). (p.47)*

Nesse sentido, o clamor por justiça chega por frentes diversas. O Manifesto da marcha das mulheres rurais realizada em 9 e 10 de agosto de 2000, traz dados da realidade do trabalho e condições de vida desses grupos (Marcha das Margaridas, 2000), dos quais destacamos:

- Somente 12,6% dos assentados são mulheres, sendo as terras tituladas em nome dos homens, nunca no delas ou do casal;
- Apenas 7% dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar são mulheres, mesmo sabendo-se que elas têm papel decisivo na fixação das famílias no campo. As instituições financeiras exigem das mulheres garantias hipotecárias, pouco exigidas dos homens;
- Apenas 15% das trabalhadoras têm carteira de trabalho assinada, sendo a força de trabalho feminina responsável por 30% da produção de alimentos básicos do país; 56% delas começam a trabalhar antes dos dez anos, com jornadas de dez a

dezoito horas diárias; a grande maioria dos patrões considera o trabalho da mulher na propriedade já pago pelo salário do companheiro;

- Cerca de 60% das mulheres do campo engravidam entre 15 e 21 anos e 43,1% não utilizam qualquer método contraceptivo. Faltam no campo atendimento médico e orientação adequada;
- Não existem, nas áreas rurais, delegacias especializadas no atendimento à mulher, muito menos acompanhamento psicológico à vítima de violência sexista;
- Mesmo nos Postos de Saúde, onde as vítimas são atendidas, não existem profissionais treinados para lidar com a situação e acompanhá-las, como ocorre nas cidades.

Embora o manifesto diga respeito genericamente às mulheres camponesas e não somente as do MST, é importante considerar que vícios ideológicos (que ressaltamos novamente ser terminologia adotada pelo Movimento) não superados, tais como machismo, podem gerar conflitos pessoais e familiares ainda mais complexos quando ocorrem no interior da Organização. Sabedora do estado de prontidão que governos e mídias mantêm para encontrar deslizos, uma militante seria capaz de denunciar seu companheiro por maus tratos, e talvez criar problemas para a causa coletiva? Conhecidora das violências praticadas por policiais contra os militantes, reuniria coragem suficiente para adentrar delegacia? Por viver em comunidade que tem como princípio a integração das famílias, estaria disposta a expor suas feridas mais íntimas?

Por serem problemas que não aparecem localizados apenas na região de nosso estudo, mas contraditoriamente têm atingido ao Movimento em diferentes localidades, no MST foi criado Coletivo Nacional de Gênero, responsável por encabeçar e orientar as discussões e ações nessa área. Como forma ilustrativa, passamos a mencionar elementos de uma de suas iniciativas mais recentes, a cartilha *Mulher Sem Terra*

(MST, 2000b), que consiste em subsídios para serem utilizados em série de oito encontros especialmente organizados para o debate nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Para o encontro intitulado *Relações de gênero*, a sugestão de mística é a seguinte:

- Símbolos: ferramentas, material de estudo, bandeiras do Brasil e do MST, flores, artigos da produção agrícola, roupas de crianças, panelas, etc;
- Formar círculo, colocar os símbolos no centro;
- Pedir que, em duplas, todas olhem para as mãos, procurando marcas, cicatrizes, calos, queimaduras;
- Quem coordena fala: "Quantas vezes essas mãos prepararam a comida para nossas famílias, protegeram as nossas filhas e filhos muitas vezes doentes, ofereceram aconchego e carinho aos nossos companheiros, pais, mães, irmãos; essas mãos já foram queimadas na chapa do fogão, em tantas lutas; quantas vezes na luta faltou o alimento e essas mãos não puderam repartir o pão";
- Dar as mãos em forma de círculo;
- Continuar a falar, olhando para os símbolos: "Quantas coisas essas mãos já produziram; essas mãos unidas já conquistaram essa terra; quantas vezes essas mãos se estenderam para oferecer apoio e solidariedade às companheiras";
- Apertar as mãos num gesto de que unidas poderemos conquistar a terra, sermos sujeitas da história e construirmos uma nova sociedade.

Por sua vez, no quinto encontro - *Cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos* - o texto de apresentação propõe que o lazer, como instância

necessária da vida, deva ser organizado de acordo com os valores do Projeto de sociedade em construção:

*O lazer (...) tem a ver com a forma com que usamos nosso tempo livre ou organizamos o tempo. Todas nós temos necessidade de tempo livre para descansar, ler, namorar ou brincar com as filhas e filhos. Mas preste atenção: é necessário criar espaços de lazer, de forma organizada com a comunidade, porque se nós não organizarmos a partir dos valores do Projeto novo que estamos construindo, é aí que entram os meios para ocupar o nosso tempo a serviço do outro Projeto. (MST, 2000b:33)*

Perante esta ordem de fatos, em que se destaca o desencontro entre o desejado pela Organização e seus militantes com o notado em algumas das observações durante a pesquisa (destacadamente quando a proposta eram atividades físicas com efeito despertador na Unicamp e na gincana do encontro das mulheres assentadas), podemos considerar como contribuição da Educação Física desenvolver propostas que vinculem práticas de lazer dos Sem Terra ao seu processo de formação de novos valores, sujeitos e sociedade.

A segunda hipótese da pesquisa refere-se às bases teórico-metodológicas das hegemonias na Educação Física relacionada a saúde como sendo insuficientes para tratar das violências. Se não bastassem algumas pistas levantadas no marco teórico deste trabalho, há também outras que se deram em nossas observações junto ao Estágio Especial.

Mesmo com os alunos informados preliminarmente sobre as violências no contexto do MST, e invariavelmente comentarem nas reuniões pedagógicas os problemas de saúde que percebiam na casa das crianças, não se dedicaram objetivamente a nenhum desses temas. A avaliação dos professores responsáveis pelo Estágio Especial a esse respeito explica o fato da seguinte forma: i) de maneira geral, nos dois cursos (Educação Física e Pedagogia), a formação universitária não consegue atender às demandas de saúde observadas; ii) os objetivos e conteúdos relacionados à melhoria da aptidão física, bastante enfatizados nas formulações hegemônicas,

assumem caráter secundário quando se depara com a complexidade e urgência dos problemas da vida social local e iii) os alunos e professores, mesmo interessados em investir em outras questões de saúde, não se sentem competentes ou seguros para serem propositivos. Em outras palavras, apesar de terem se dedicado a estudar conhecimentos sobre saúde na Universidade, naquela realidade específica não sabem como aplicá-los.

Outro aspecto a ser incorporado a essas análises é o de que a Educação Física relacionada a saúde não foi pensada para a realidade camponesa, tampouco aos movimentos sociais, quanto menos ao MST, pois sua proposta político-pedagógica questiona fortemente alguns pilares daquelas teorias. Importa destacar, meses após iniciarmos em Fraiburgo, a atual diretora, professora de Educação Física pela UFSC, confessou ter inicialmente preconceitos sobre o caráter da pesquisa que ali poderia ser desenvolvida, tomando em conta o descompasso do que lhe foi ensinado com o que havia encontrado naquele local.

Quanto a nossa terceira hipótese, de que o Estágio Especial traz elementos que permitem evidenciar alguns problemas relacionados às violências, poderá ser melhor respondida pela apresentação de perspectivas pedagógicas críticas que a área têm desenvolvido.

## **6.2 Concepções pedagógicas críticas na Educação Física: indicativos para tratar violências?**

Felipe (2001), discutindo esporte, cultura e lazer em busca da cidadania e paz, reitera a importância de buscar preencher o tempo livre de adolescentes com atividades que despertem seus interesses, respondam a seus desejos, anseios e expectativas. Segundo a autora, isto pode fazer com que sejam desenvolvidos valores como tolerância e compreensão, colocando suas emoções em contato com outras pessoas e o ambiente, resultando na interpretação pessoal e existencial do mundo e

dos seres que nele habitam. Além disso, "a organização coletiva e o conhecimento dos problemas sociais são o ponto de partida para qualquer tentativa de ação transformadora, distanciando a idéia de fatalismo social e conflitos não desejados." (p.77)

Não obstante a essas possibilidades, a autora (Felipe, 2001) alerta não ser o uso dessas ferramentas de forma descomprometida, ou seja, a cultura como elemento de animação, ou o esporte como sinônimo de atividade física para preenchimento do tempo dos jovens, que contribuirão diretamente para a transformação social e a evolução política dos jovens, e que ainda remanescem desafios que possam consolidar esses elementos numa perspectiva de cultura de paz e retomada da democracia e cidadania em nosso país.

Levando em conta que a educação é uma das *armas* indicadas pela Saúde Coletiva para se contrapor às violências, e que o esporte e outras manifestações culturais desse gênero podem colaborar com o processo de transformação social a partir da compreensão da realidade e organização para cidadania, passamos a tratar de aspectos de teorias pedagógicas críticas que vêm sendo desenvolvidas na Educação Física.

Nesse sentido, momento de grande efervescência intelectual e mobilização política na Educação Física brasileira foi o início da reabertura democrática na década oitenta. Naquele período, já havia suficiente massa crítica para se considerarem os limites de a área contribuir para impulsionar projeto democrático e popular com vistas a transformação das estruturas injustas e desiguais que configuravam nossa sociedade.

Ghiraldelli Júnior (1994) foi dos que pensou que um projeto para a Educação Física necessitava combater a ideologia liberal-burguesa e o conservadorismo, devendo encontrar maneira eficaz de "entrelaçar o trabalho corporal e o movimento com outros instrumentos íntimos aos processos mais gerais de combate, aos diversos

pontos ideológicos ligados às velhas concepções de mundo forjadas no capitalismo.”  
(p.50)

Para isso, dizia, não bastava manter os princípios de ludicidade e solidariedade entre os trabalhadores, tampouco empregar instrumentos para sua organização. O desejo era de encontrar fórmulas ricas e capazes de utilizar o trabalho corporal e o movimento e contribuir para agudização das contradições. Serviria assim ao homem concreto, ou seja, “inserido no contexto social e que, certamente, é vítima do atual sistema de organização da produção.” (p.50)

Em meio a esse contexto de renovação, capitaneados por professor visitante da Alemanha, reunia-se grupo de trabalho pedagógico com professores de duas universidades brasileiras (UFPe e UFSM) para analisar a teoria de “aulas abertas às experiências (Grupo de Trabalho Pedagógico UFPe - UFSM, 1991:33). “A proposta buscava três legitimações, recuperadas aqui sinteticamente:

### 1) Didático-pedagógica

Compreende a educação como parte da socialização geral, isto é, aquele setor de interações conscientes e socialmente regulamentadas, na quais o jovem é qualificado a aprender maneiras culturais de uma sociedade e prosseguir no seu desenvolvimento, tornando-se pessoa responsável.

Assim, a ação pedagógica deve se realizar no horizonte de experiências da criança e do jovem, para possibilitar a estes amplos conhecimentos, escala de valores, modelos de ação, desenvolvendo assim sua capacidade de atuar.

Para compreensão pedagógica do esporte (tomado como referência da teoria), este é um campo de ação social concreto, no qual o movimento é fundamental. Nessa perspectiva, passa a ser encarado, do ponto de vista de objetivos pedagógicos, como objeto didático da ação de alunos e professores. Dessa forma, o esporte reúne

diferentes significados: i) é socialmente regulamentado; ii) possível de ser aprendido e assistido; iii) algo a ser refletido e iv) passível de ser modificado. Quanto a este último, na escola, tem que ser visto "como algo que pode ser criado com formas de ação não institucionalizadas. (p.38)"

## 2) Humana

Os pensamentos gerais que devem ajudar a analisar o princípio didático básico do pensamento e da ação humana nas aulas de educação física escolar, devem trabalhar com três exigências: i) professor e aluno planejam a aula conjuntamente, isto é, os alunos aprendem a assumir responsabilidades para o futuro; ii) os processos de aprendizagem devem ser realizados com abertura às experiências e iii) os conteúdos devem referir-se a relações de vida cotidiana fora da escola.

## 3) Político-social

"Falar de aulas abertas, acima de uma contextualidade histórico social de classe, e dos homens, e seus condicionamentos, seria tomar posição positivista e demonstraria uma concepção estrutural-funcionalista." (p.49)

Baseada no conhecimento da realidade à luz da dialética, o reconhecimento dos determinantes sócio-econômico-político-culturais e educacionais, a pretensão é construir, junto com os alunos, as visões de mundo. Isto submete às críticas as visões de forma verticalizada, como caminho para superar o senso comum: possibilita e facilita a identificação do que é significativo, individual e coletivo. A crítica em processo dialético pode ser elemento conscientizador.

A Educação Física brasileira, sustentada pelo arcabouço teórico-metodológico das "aulas abertas", pode então contar a seguir com duas outras produções que atualmente se consolidam como referência para a área.

Uma delas (Coletivo de Autores, 1992) toma como matéria escolar os conteúdos da cultura corporal - jogos, ginásticas, danças, lutas, esportes - para formulação de Metodologia da Educação Física que forneça "elementos teórico para a assimilação consciente do conhecimento, de modo que auxilie o professor a pensar autonomamente", como forma de emancipação humana. Como pedagogia emergente, busca responder a interesses classistas, denominando-se crítico-superadora. Nesta perspectiva a reflexão pedagógica tem algumas características específicas: 1) diagnóstica, na medida em que busca interpretar e estabelecer julgamento sobre dados de realidade, na perspectiva de classe; ii) judicativa, porque julga a partir de uma ética que representa os interesses de determinada classe social e iii) teleológica, determinando o alvo e a direção a ser percorrida.

Por fim, caracteriza-se como projeto político-pedagógico na medida em que expressa intervenção em determinada direção e porque realiza reflexão sobre a ação dos homens na realidade, explicando suas determinações.

A outra proposta se inscreve como concepção crítico-emancipatória. Kunz (1994), ao descrevê-la, adverte que deva ser necessariamente:

*acompanhada de uma didática comunicativa, pois ela deverá fundamentar a função do esclarecimento e da prevalência racional de todo agir educacional (...) O aluno enquanto sujeito do processo de ensino deve ser capacitado para sua participação na vida social, cultural e esportiva, o que significa a aquisição de uma capacidade de ação funcional, mas também de reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, através da reflexão crítica (...) Maioridade ou Emancipação devem ser colocadas como tarefa fundamental da Educação.*

*Esclarecimento* é entendido aqui como o processo de libertação do aluno das condições que limitam o uso da razão crítica e com isto todo o seu agir social, cultural e esportivo. É a busca representada por processo sempre inconcluso de passagem de uma condição de "existência sem liberdade" para outra, em que os agentes estão livres de falsa consciência e da coerção auto-imposta, podendo construir assim sua

cidadania emancipada. É através da auto-reflexão que a Pedagogia Crítico-Emancipatória oportuniza aos alunos perceberem a coerção auto-imposta de que padecem, visando com isto superar o poder desta coerção, na direção de estado de maior liberdade e conhecimento de verdadeiros interesses, ou seja, esclarecimento e emancipação.

Todavia, a fim de que os alunos deixem o estado de menoridade inicial, alerta Kunz, é preciso que os mesmos sofram certo tipo de coerção do professor, para que se percebam não-esclarecidos e assim despertem daquele estado, iniciando busca pela condição emancipada. O professor deve exigir que os alunos lutem contra a falsa consciência e ilusões objetivas. Isso significa que as atividades escolares devem ser colocadas para os alunos como algo a ser estudado/refletido e não apenas praticado.

Para tanto, a Pedagogia Crítico-Emancipatória da Educação Física sugere que a intervenção do professor deva ser planejada/implementada/avaliada a partir de um conjunto de estruturas universais à formação humana apontado por Habermas e que foi adaptado para o campo educacional por Mayer (Kunz, 1994). Tal quadro se compõe de três categorias - *Trabalho, Interação e Linguagem* - e respectivas competências a serem buscadas no processo ensino-aprendizagem - *Objetiva (ou Técnica), Social e Comunicativa* - , tendo-se o cuidado de evitar a supressão ou mesmo qualquer assimetria no desenvolvimento de cada uma delas.

Enquanto aplicação desses fundamentos, podem-se perceber caminhos alternativos que, embora não explicitamente preocupados em tratar as violências, o fazem na medida em que visam dar sentido às manifestações corporais e reforçam valores importantes para estabelecimento de cultura de tolerância e solidariedade<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> A respeito dessa cultura, Bezerra Neto (1999) diz ser a tarefa gigantesca de todos a multiplicação e ampliação de espaços de tolerância e exercício de solidariedade, recuperando a imaginação política dos jovens.

Assim, no relativo às questões de gênero, bastante presentes neste trabalho, Souza e Altmann (1999) apresentam quadro referencial de aproximação com a Educação Física. Afirmam inicialmente que o processo de educação de homens e mulheres supõe construção cultural e corporal dos sujeitos, implicando em ensino/aprendizagem de valores - conhecimentos, posturas e movimentos corporais considerados masculinos e femininos e que os sistemas escolares modernos refletem e reproduzem a ideologia sexual dominante da sociedade.

Dentre outras conclusões sobre aulas de educação física relacionadas a essa temática, destacam-se das elaborações das autoras: i) a exclusão de meninas em jogos não apenas motivadas pelo gênero, mas por serem consideradas mais fracas e menos habilidosas; ii) aulas de educação física que separam meninos e meninas desconsideram a articulação de gênero com outras categorias, a existência de conflitos, exclusões e diferenças entre pessoas do mesmo sexo; iii) ao longo da história da disciplina, na aparência das diferenças biológicas entre os sexos ocultam-se relações de poder, mantendo-se a simbologia da mulher como ser dotado de fragilidades e emoções, e do homem como força e razão; iv) no esporte moderno, a imagem que se forja é a de compatibilização da beleza e qualidades femininas com a prática desportiva, ou seja, apesar de atletas, continuam a ser mulheres e v) adaptar as regras dos jogos ou esporte como recurso para evitar a exclusão de meninas também é desconsiderar a articulação de gênero com outras categorias, pois, se tais regras solucionam um problema, criam outros, quebrando a dinâmica do jogo e, em última instância, as meninas são culpadas por isso.

Visando fundamentar e propor na direção de alguns problemas mencionados, Saraiva (1999) se dedicou a estudar aulas co-educativas de educação física. Trabalhando conjuntamente meninos e meninas, enquanto possibilidades pedagógicas visou abordar questões como os papéis sexuais estereotipados; anseios irracionais de dominação dos homens; opressão tradicional da mulher e, principalmente, a ameaça ao

direito de melhores condições e igualdade dos seres humanos no esporte e educação física.

No Estágio Especial, conteúdo dos mais desenvolvidos é a capoeira. A respeito dessa arte, questionando o contato cada vez mais fragmentado e inconseqüente das pessoas com a cultura de movimento, Falcão (1998) propõe sua tematização na escola, criticando o privilégio de valores que fomentam o individualismo, competição exacerbada e supremacia dos mais "fortes". Considera ainda ser necessário que nesse espaço sejam tratadas temáticas com outros valores fundantes para construção de sociedade mais justa, fraterna e igualitária, como solidariedade, cooperação, respeito e amizade.

Como proposta de unidade didática para educação física, buscou "ressignificar o próprio sentido que a capoeira vem assumindo, pois além de veicular muito conteúdo ideológico de conotação racista e machista, ela vem incorporando-se, sistematicamente, à lógica da mercadorização e esportivização. (p.56)" Na perspectiva de ensino crítico-emancipatório, parte das seguintes perguntas: Como ensinar capoeira na escola? Qual o papel do professor nesse ensino? Como avaliar o processo ensino-aprendizagem dessa arte na instituição escolar?

Tratando-a como processo e não meramente produto ( em que o ponto central é o aluno e não a capoeira), julga que do educador seja requerida mais que sua competência técnica (sem com isto negá-la), mas compromisso político que possa trazer ações em busca de questionar a adaptação e a submissão, visando ao esclarecimento, competência e autonomia. Dessa forma, está vinculada ao "se movimentar" do homem concreto, que tem história, contexto, vida e classe social.

Retornando a tentativa de responder a terceira hipótese do trabalho, de que o Estágio Especial traz elementos que permitem evidenciar alguns dos problemas relacionados às violências, podemos concluir afirmativamente. Apesar de não serem explicitados esses interesses, textualmente ou nos posicionamentos de coordenadores

e estagiários, no *caráter especial* dos trabalhos é possível vislumbrar brechas e avanços em relação à prática político-pedagógica que vão nessa direção. Pois, como visto introdutoriamente, a construção de alternativas para o trato das violências passa pela criação e recriação de conceitos e valores, arte de conviver com a diferença, respeito à individualidade e engajamento ético com outras pessoas.

A seguir, listamos alguns dos pressupostos, objetivos e procedimentos do Estágio Especial, mirados sob proposições do Grupo de Trabalho Pedagógico UFPe - UFSM (1991); Coletivo de Autores (1992) e Kunz (1994) e dados analisados nesta pesquisa, que ajudam a compreender esta afirmação:

- Parte da realidade concreta e articula dialeticamente conhecimento e prática; contribuir para desmistificar imagem criada hegemonicamente pelos meios de comunicação e outros aparelhos de controle ideológico junto aos futuros professores formados pela UFSC e comunidade acadêmica; noutra direção, ajuda também aos membros da comunidade local a reverem alguns conceitos sobre a Universidade<sup>62</sup>;
- Possibilita o diálogo interdisciplinar com a Pedagogia e outras áreas do conhecimento, associadas ao Projeto;
- Orienta e prepara os alunos para não serem propiciadores de novas violências junto ao Movimento Social, evitando atuarem como *invasores*, assumindo portanto postura autoritária e desrespeitosa sobre a cultura local;
- Trabalha em favor de interesses classistas; respeita e reforça valores e objetivos do MST, na medida em que busca seguir os princípios filosóficos e

---

<sup>62</sup> Em evento realizado na UFSC intitulado *Pós-Graduação e os Movimentos Sociais no Brasil*, por parte destes havia quem considerasse as universidades públicas, de forma geral, como não dispostas a atender aos seus problemas e reivindicações.

pedagógicos de seu Projeto Político-Pedagógico; auxilia na construção das visões de mundo das crianças e membros da comunidade; colabora para a mística;

- Apropria-se de pressupostos e conteúdos da cultura corporal e cultura de movimento para possibilitar amplos conhecimentos, valores e modelos de ação que extrapolam os limites do tempo e espaço pedagógicos; envolve os pais dos alunos e contribui para que se envolvam mais com a organicidade escolar; atua diretamente, dessa forma, sobre a construção de valores e dá oportunidade para adoção de estratégias de organização popular voltadas ao lazer e educação, fundamentais para se contrapor às violências;
- Oferece condições aos estagiários perceberem o que é ser criança no MST e também de atuarem conjuntamente com seus alunos, inteirando-se de seus anseios, necessidades, possibilidades e limites; cria com eles elementos pedagógicos a partir de materiais reciclados e da natureza, estimulando a criatividade e participação; nesse processo, esta estratégia representa por um lado crítica à carência gerada pela violência invisível, e por outro alternativa ética para relação homem-natureza;
- Trata a educação escolar em sua complexidade, como portadora de dinâmicas próprias, porém integrada com a sociedade e suas contradições; torna os conteúdos algo a ser estudado e refletido, não apenas praticado; recoloca na pauta da Educação Física e Pedagogia a condição humana das crianças e a dimensão lúdica nas aulas desenvolvidas; revê o autoritarismo das relações professor-aluno;
- Ensaia possibilidades concretas de dar tratamento às violências enquanto tema gerador, por proceder na perspectiva de Projetos de Trabalho; envolve, no interior de outros temas, aspectos que condizem às violências, inseridas nas problematizações destacadamente sobre: i) participação de meninas em esportes tipicamente femininos; ii) exclusão dos menos habilidosos perante os demais; iii)

concepção de regras do esporte como passíveis de serem transformadas; iv) construção cultural das hegemonias de modalidades esportivas sobre outras e v) concepções e implicações de vencidos e vencedores; vi) no resgate da história de modalidades, permite reconhecimento dos alunos quanto à sua própria história; vii) enfim, constrói no imaginário das crianças, através da literatura infantil, a realidade de um mundo melhor;

- Auxilia na formação continuada em serviço dos professores das escolas, contribuindo para a qualificação do ensino em novas bases: de encontro entre os pressupostos pedagógicos e filosóficos do MST, com os de conhecimentos historicamente acumulados e que podem servir aos interesses do Movimento, sobretudo no trato das violências com que se relacionam. De outra forma, esse processo de qualificação em serviço permite aos professores-militantes dispor de seu tempo para fortalecerem a Organização e atuar sobre as formas de violência concreta e invisível que se dão no contexto local.

### 6.3 Educação Física, Saúde Coletiva e a luta do MST

Das diferenças internas no campo de conhecimento Educação Física, talvez a mais evidente seja a que põe de um lado aqueles que se dedicam ao movimento humano enquanto fenômeno observado pela ótica das ciências naturais - corpo que se desloca no espaço - tratando-o nominalmente como atividade física (AF); e de outro os que o compreendem enquanto manifestação da cultura corporal/de movimento, dotado de significados e inserido em contexto sócio-cultural.

Aos primeiros, mais interessados em mensurar e avaliar dimensões e funções orgânicas humanas em suas relações com AF, tal conhecimento pode ser útil na medida em que, a partir dele, pode-se prescrever com maior precisão AF com vistas a combater doenças crônico-degenerativas, aprimorar performance desportiva ou tentar contribuir para adaptação do organismo frente aos desgastes do trabalho e

vida moderna. Operacionalmente, vão consolidando duas tendências opostas, *personal training* e *bricolagem*, em que numa delas visam assumir máximo controle sobre as variáveis dos alunos, e por que não dizer, da autonomia deles próprios. Na outra, *bricolagem*, há praticamente desobrigação para com os praticantes de AF. Em ambas, porém, o objetivo é desenvolver genericamente melhor aptidão física, atuar sobre variáveis biológicas e exercer postura profissional verticalizada, em que o importante é tornar o sujeito aderente às suas propostas.

Aos segundos, a partir dos conteúdos da cultura corporal (Coletivo de Autores, 1992), importa reunir elementos para assimilação consciente de conhecimentos que possam promover emancipação humana, em perspectiva que explicita as diferenças de classe social e ruma para construção de novo modelo de sociedade; também das mais consideradas é a concepção crítico-emancipatória (Kunz, 1994), dedicada dentre outras coisas a oportunizar a alunos perceberem a coerção auto-imposta de que padecem, tendo como horizonte seu esclarecimento e condição verdadeiramente emancipada em seus agires social, cultural e esportivo.

Em outro cenário temos o campo de conhecimento Saúde Coletiva; como mencionado anteriormente (2.1), é renovadora por identidade, e nasceu em busca de novos conteúdos e projeções de atuação, surgindo como força das contradições político-ideológicas instaladas no campo da saúde. Incorporando as ciências sociais ao seu quadro referencial, trabalha nos limites do social e do biológico, examinando as relações de poder que se estabelecem pela questão econômica, mas ao mesmo tempo as formadas pelas culturas e valores morais arraigados nas populações. Repetindo Paim e Almeida Filho (1998), busca identificar os problemas mais sensíveis e alternativas inovadoras, participativas, realistas e profundas para solucioná-los; ajuda também a fortalecer as alianças e identificar os entraves simbolizados e materializados nas relações de poder, local e global.

Pelo visto, há que se considerar razoável aproximação de cada uma das vertentes da Educação Física com a Saúde Coletiva: de um lado há os que se dedicam a compreender o fenômeno movimento humano com bases hegemonicamente biológicas, mas sobretudo com vistas a saúde; de outro, tendências pedagógicas que se ocupam com elementos da cultura, poder, transformação social, não obstante ocuparem-se de conteúdos técnicos expressos nos elementos da cultura corporal/de movimento. Assim, parece haver possibilidade concreta de associação de esforços que permitam o tratamento de problemas comuns a essas duas vertentes da Educação Física e também da Saúde Coletiva, como é o caso das violências.

Para que se tenha idéia do tratamento desse problema na área Educação Física, podemos tomar como pano de fundo o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Neste, os associados se congregam em Grupos de Trabalho Temático (GTT), sendo doze atualmente, e um deles Atividade Física e Saúde. Ocorre que, neste, não se tem presente a discussão sobre violências, até porque tendencialmente a problemática central gira em torno da aptidão física. Por sua vez, há os GTT Comunicação e Mídia; Escola; Memória, Cultura e Corpo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Recreação e Lazer, que por aproximação, acabam de forma ou outra incluindo em suas reflexões muito do apresentado neste trabalho, sendo condizentes ao adotado pelo referencial da Saúde Coletiva, mesmo talvez sem perceber.

Como conclusões deste trabalho, visando contribuir para reconstrução de relações entre Educação Física, Saúde Coletiva e a luta do MST, partimos da noção de que o Movimento não conta, em geral, com apoio institucional do Estado para conquista de seus interesses, ao mesmo tempo em que suas conquistas vêm se dando pelo potencial de mobilização que detém, inclusive na região de nosso estudo e particularmente no âmbito escolar investigado. Outro fato, é que lá já vem se desenvolvendo o Estágio Especial, que de forma ou de outra, avança sobre o tratamento das violências; por outro lado, enquanto esses avanços ocorrem no interior

da Educação Física, há que se considerar os limites da formação universitária para aprofundar essa problemática, na medida em que os estagiários recebem conhecimentos sobre saúde orientados em outras perspectivas.

Dessa forma, mais do que recomendações de procedimentos, voltamos a articular algumas idéias postas no início deste tópico, com vistas a recuperar alguns limites das hegemonias da Educação Física relacionada a saúde, bem como indicar alguns princípios balizadores para mudança, os quais também podem compor elementos para fortalecer a prática pedagógica aplicada pelo Estágio Especial em Fraiburgo.

O primeiro princípio diz respeito a necessidade de a Educação Física relacionada a saúde gerar capacidade de perceber e se dispor ao tratamento de outros problemas de saúde que não mediados unicamente pela aptidão física, tão urgentes para a realidade brasileira quanto o sedentarismo. Para tanto, é possível a associação com outras áreas do conhecimento e matrizes do pensamento científico que permitam ampliar as abordagens sobre os fenômenos estudados. Nessa direção, alianças com a Saúde Coletiva, que por *registro de nascimento se compromete* com a mudança - de paradigmas e das condições de saúde de nosso povo -, articulando dialeticamente as dimensões biológicas e sociais para sua compreensão e defrontamento dos problemas, podem revelar novas alternativas de avanço. Observa-se, isto não implica abdicar do conhecimento acumulado pelo trânsito nas disciplinas de ênfase biológicas em nossos currículos, mas reunir esforços com outros ramos da ciência e suas disciplinas, em favor de projetos que valorizem saberes, aspirações e necessidades das classes trabalhadoras avaliados democraticamente.

O segundo princípio refere-se a superação do enfoque de risco, e nesse sentido a recuperação da Epidemiologia Crítica, inserida no contexto da Saúde Coletiva, também pode ser útil para construir nossos caminhos. Consiste em situar a problemática da saúde-doença nas conseqüências dos processos de deteriorização ocorridos no trabalho e consumo das classes sociais e sua frações, processos estes

vinculados à reprodução geral da estrutura capitalista e às condições políticas e culturais que dela derivam. Pode-se assim vir a ultrapassar formas convencionais e limitantes de determinismos, tanto advindas do positivismo científico, quanto da interpretação do marxismo que circunscreve e submete a dinâmica social às formas de domínios materiais, representadas pela capacidade de produção, distribuição, acesso e consumo de bens.

Para que isto se efetive, a Epidemiologia Crítica desenvolve, em substituição ao conceito de risco, o conceito de *processo*, que traduz o dinamismo da realidade, e fala em *processos destrutivos e processos favoráveis ou protetores* para referir-se ao conjunto de determinantes que condicionam epidemiologicamente o trabalhador, seja no espaço produtivo ou no de consumo e na quotidianidade. Nesse sentido, Breilh (1997) reforça a necessidade de se investigar a realidade objetiva pelo enfoque dialético, para que sejam apreendidos todos os determinantes da saúde e suas contradições, demonstrando "suas múltiplas e cambiantes possibilidades." Assim, a saúde-enfermidade passa a ser abordada como inserida num contexto social, e envolve desde os processos mais amplos da sociedade em sua estrutura político-ideológica, até os processos particulares de uma classe ou grupo, bem como a quotidianidade familiar e pessoal dos sujeitos.

Essa mudança de paradigma que engloba o caráter contraditório do trabalho exige também outra mudança de conceito; ao invés do convencional *exposição*, usado para referir a situação em que se está passível de acometimento de acidentes, doenças, morte, preferir-se o termo *imposição*, pois tantas vezes não se tem escolha, e há submissão a processos que, sem dúvida, geram destruição da saúde.

Um terceiro princípio alinhado com os anteriores, é considerar como missão dedicar-se a esclarecer para autonomia e colaborar para cidadania emancipada<sup>63</sup> dos

---

<sup>63</sup> A esse respeito ver também Demo (1995).

sujeitos. Isto não requer (contrariamente ao que leitura superficial pode deixar transparecer) abandonar as *ferramentas* que a área tão bem sabe utilizar (jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e encenações), mas sim atribuir novos significados e assumir outros objetivos em seu uso, não apenas visualizando a atividade física com fins utilitários e imediatistas, nem mesmo sendo aptidão física o objeto central e único das aulas, ou até mesmo como única forma de obter saúde. Este princípio consiste em superar as perspectivas centralizadoras do ato educativo em que o professor define o que é melhor para os alunos e cria suas próprias estratégias para atingir seus objetivos. Torna-se imperativo a retomada conceitual do que se convencionou chamar de *conscientização* para aderir a atividades físicas, mediante evidências de que por trás de seu uso escondem-se interesses de forte apelo alienante e consumista. Em outros termos, é necessário ganhar clareza de projeto de sociedade que se busca construir e qual educação dos trabalhadores se pretende.

A esse respeito, Arruda (1997) diz ser a emancipação e a libertação dos trabalhadores o maior desafio dos educadores. Tal projeto de educação tem como base o ser humano integral, sendo nosso compromisso formar a vontade humana e a intencionalidade do trabalhador, tornando-o sujeito da construção do mundo, oposição à realidade atual - fracionada, desarticulada e alienada. "É fundamental entendermos essa dialética do social e do individual para que o nosso projeto envolva todas essas dimensões (...) significa torná-lo [o trabalhador] cada vez mais autônomo, não só individualmente mas também enquanto classe e enquanto povo. (p.24)"

Outros desafios apontados por Arruda (1997) referem-se a contribuir para que o trabalhador possa teorizar sobre sua prática, ajudando-o a sair da visão imediatista, ativista e empirista e ir conquistando cada vez mais visão estratégica e totalizante da realidade. Metodologicamente, propõe os seguintes elementos: i) educação ser permanente em todos os espaços e momentos possíveis; ii) articulação entre prática e teoria, para desembocar em práxis transformadora; iii) capacitar

para pesquisa; iv) ensinar a avaliar, planejar tática e estrategicamente, aprender e construir/reconstruir conceitos e teorias já existentes e v) ser o educador a figura central, como aquele que está propondo aquilo que vive na prática.

Um quarto e último princípio é dar visibilidade ao que se pensa e faz no relativo às violências na Educação Física, recuperando elaborações teóricas e aplicadas normalmente encolhidas em temas amplos. Em princípio isto pode formalizar linguagem comum entre os pesquisadores da Educação Física, reunindo melhores condições de envolvimento com o fenômeno que vem tomando dimensões cada vez mais preocupantes, e até para que a própria área reconheça seu potencial em enfrentar problema universal e de grande valor social. Um outro motivo para ampliar a visibilidade refere-se a necessidade de transformar a imagem arraigada na sociedade de que a disciplina apenas ocupa espaços e tempos com atividades destituídas de significados, podendo assim ser chamada a colaborar em outros níveis de decisão e atuação.

Como ponto final, conforme aprendemos com os *companheiros Sem Terra*, parece haver motivos suficientes para que a Educação Física lute conjuntamente com outros setores e ocupe mais este espaço privilegiado e necessário de discussão; mas conforme eles também ensinam, esse *movimento* não deve acontecer de forma violenta, senão repleto de carinho e clareza de onde se quer chegar!

# Referências bibliográficas

---

ACSM.AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. ACSM Position Stand on The Recommended Quantity and Quality of Exercise for Developing and Maintaining Cardiorespiratory and Muscular Fitness, and Flexibility in Adults. *Med.Sci.Sports.Exerc.*, v.30, n.6, p.975-991, 1998.

ADORNO, S.; CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: exclusões sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: SANTOS, J.V.T. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.66-90.

AGITASP. Disponível em <http://www.agitasp.com.br>. Acesso em: 10 de abril de 2001.

ALMEIDA FILHO, N. *A ciência da saúde*. São Paulo: Hucitec, 2000.

ANDRADE, L.R. Heróis de amanhã. *AN Capital*, Florianópolis, 26 mai. 2000.

APOLÔNIO NETO, J. *Os sem terra no Pontal do Paranapanema*. Disponível em <http://www.supervirtual.com.br>. Acesso em: 26 ago. 2000.

ARBEX JÚNIOR, J. Terras sem lei. *Caros Amigos.*, São Paulo, n.5, p.9-11, nov. 1999.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARRUDA, M. A formação que interessa à classe trabalhadora. *Forma e Conteúdo*, v.1,p.23-27, 1997.

BARATA, R.B. (Org.). *Condições de vida e situação de saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997.

BARATA, R.B.; RIBEIRO, M.C.S.A.; MORAES, J.C. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. *Cadernos de Saúde Pública*, v.15, n.4. p. 13 pp. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext...d>. Acesso em: 11 março 2000.

BENJAMIN, C.; ALBERTI, A.J.; SADER, E. *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BEZERRA NETO, L. *Sem-Terra aprende e ensina*. estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999a.

BOGO, A. Lições históricas das lutas e dos movimentos pela reforma agrária. In: *O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária*. MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Caderno de Formação, 11. S.Paulo: Setor de Formação - MST, 1999b. p. 38-53.

- BOGO, A. *O MST e a cultura*. MST, Coletivo Nacional do Setor de Cultura, Caderno de Formação, 34. São Paulo: MST, 2000.
- BORDA, F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C.R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.42-62.
- BOURSCHEID, G.M. Terra, educação e lazer. *Cadernos de debates da ExNEEF*, v.5, n.51-62, 1997.
- BRACHT, V. *Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Unijuí, 1999.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde*. Secretaria de Ensino Fundamental: Brasília, 1997.
- BREILH, J. *Epidemiologia: economia, política e saúde*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1991a.
- BREILH, J. *La triple carga (trabajo, práctica doméstica y procreación): deterioro prematuro de la mujer en el neoliberalismo*. Quito: Ceas, 1991b.
- BREILH, J. *El Género entrefuegos: inequidad y esperanza*. Quito: Ceas, 1996.
- BREILH, J. *Nuevos conceptos y técnicas de investigación: guía pedagógica para un taller de metodología*. Quito: Ediciones CEAS, 1997.
- BREILH, J. Processos produtivos, ambiente e saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, VI, 2000, Salvador. *Anais...O sujeito na Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000. 1 cassete, son., color., VHS NTSC.
- BRICENÕ-LEON, R. A cultura da enfermidade como fator de proteção e de risco. In: PEIXOTO, R.V. et al. (Org.). *Epidemiologia: contextos e pluralidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 121-131.
- CALDART, R.S. *Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAPELA, P.R.C. O Estágio Especial de Prática de Ensino em escolas rurais públicas de Fraiburgo - o Projeto Político Pedagógico do MST: esclarecendo algumas dúvidas...Texto balizador de pressupostos e objetivos da disciplina Prática de Ensino em Educação Física, UFSC, s.d.
- CAMPANÃ, A. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde. In: BARATA, R.B. (Org.) *Condições de vida e situação em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. p.115-165.
- CANESQUI, A.M. Ciências Sociais, a Saúde e a Saúde Coletiva. In: CANESQUI, A.M. (Org.). *Dilemas e desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva..* São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995, p. 19-35
- CAROS AMIGOS. *Horror no Paraná*. São Paulo: Casa Amarela, n,27, jun. 1999a. 39p.
- CAROS AMIGOS. *Massacre de Eldorado dos Carajás - em discussão o maior julgamento da história do Brasil*. São Paulo: Casa Amarela, n,5, nov. 1999b. Especial.
- CAROS AMIGOS. *MST*. São Paulo: Casa Amarela, n,6, out. 2000. Especial.

- CARVALHO, A.M. *Violência no desporto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- CARVALHO, M. *A miséria da Educação Física*. Campinas: Papyrus, 1991.
- CARVALHO, Y.M.; GONÇALVES, A. Esporte e lazer na empresa. *Revista Educação Física/UEM*, v.3, n.1, p.67-68, 1992.
- CASTELLANI FILHO, L. Teses acerca da questão da regulamentação da profissão. CBCE. Colégio Brasileira de Ciências do Esporte. *Boletim Informativo*, n.3, Florianópolis, 1996, p.6-14.
- CASTIEL, L.D. *O buraco e o avestruz: a singularidade do adoecer humano*. Campinas: Papyrus, 1994.
- CBCE. *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Disponível em <http://cev.ucb.br/cbce/pagina4.html>. Acesso em 10 abril 2001.
- CECCON, C.; OLIVEIRA, M.D. de; OLIVEIRA, R.D. *A vida da escola e a escola da vida*. Vozes/IDAC: Petrópolis, 1996.
- CHOR, D. Saúde Pública e mudanças de comportamento: uma questão contemporânea. *Cad. Saúde Pública*, v.15, n.2, 1999.
- CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA, v.4, n.1, p.7-204, 1999.
- CNBB - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS *et al.* (Orgs.). *Conferência Nacional: por uma educação básica no campo*. Brasília: 1998.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- CONCRAB. *Os compromissos do Governo Federal com os movimentos sociais no campo*. Resultados das mobilizações do ano 2000. Brasília, 2000.
- CONFED. Conselho Federal de Educação Física. *Carta Brasileira de Educação Física*, s.d.
- CORDEIRO, R.; DONALÍSIO, M.R.C. Homicídios masculinos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1979 e 1998: uma abordagem pictórica. *Cadernos Saúde Pública*, v.17, n.3. Disponível em <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 05 dez. 2001.
- CORRÊA FILHO, H.R.; GONÇALVES, N.N.S.; GONÇALVES, A. Saúde Coletiva: uma visão do panorama brasileiro. In: Gonçalves, A. (Org.). *Saúde coletiva e urgência em educação física e esportes*. Campinas: Papyrus, 1997. p.23-41
- COSTA, H.O.G. A problematização da violência como experiência de ensinar em Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.3, n.5, p.63-74, 1999.
- CRUZ, F.C. *Reforma agrária e sua evolução*. S.Paulo: LEUD, 1987.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CZERESNIA, D.; ALBUQUERQUE, M.F.M. de. Limites da inferência causal. In: ALMEIDA FILHO *et al.* (Org.). *Teoria epidemiológica hoje: fundamentos, interfaces e tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 1998. p. 63-78
- DEACON, R.; PARKER, B. Escolarização dos cidadãos ou civilização da sociedade? In: SILVA, L.H. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 138-153.

- DECCACHE-MAIA, E. Pobreza, crime e trabalho. *Boletim Técnico do Senac*. Disponível em <http://www.senac.br/boletim/boltec22.htm>, p.1-14, s.d. Acesso em 18 mar. 2000.
- DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- DEVIDE, F.P. Educação Física e saúde: em busca de uma reorientação para a sua práxis. *Movimento*, v.3, n.5, p.44-54, 1996.
- DEVIDE, F.P. Atividade física na empresa: para onde vamos e o que queremos? *Motriz*, v.4, n.2, p.109-115, 1998.
- DOMINGUES FILHO, L.A. *Personal Trainer tem que ser qualificado*. Disponível em: <Http://www.personaltraining.com.br/opiniao/htm>. Acesso em 06 abril 2001.
- DUARTE, E.G. Formação fundiária no Brasil: cinco séculos de latifúndio. *Fragmentos de Cultura*, v.7, n.28, p.9-30, 1997.
- FALCÃO, J.L.C. Capoeira. In: Kunz, E. (org.). *Didática da Educação Física*, 1. Ijuí: Unijuí, 1998.
- FELIPE, M. Esporte, cultura e lazer: em busca da cidadania e da paz. In: Abong - Associação Brasileira de Organizações Não governamentais; Fórum DCA (Orgs.). *Crianças, adolescentes e violência: subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. S.l., 2001.
- FERREIRA, M.G. Crítica a uma proposta de educação Física direcionada à promoção da saúde a partir do referencial da sociologia do currículo e da pedagogia crítico-superadora. *Movimento*, v.4, n.7, p.20-33, 1997.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Confusão de tarefas. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 08 set. 1999. Editorial.
- FREI BETTO. Sem Terra & Cidadania. In: STÉDILE, J.P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.215-222.
- FREI BETTO. *Um Brasil de homens e mulheres novos*. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br>. Acesso em 23 ago. 2000a.
- FREI BETTO. *Terra semeada de sangue*. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br>. Acesso em 3 dez 2000b.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- GARCIA, R.L. A educação escolar na virada do século. In: COSTA, M.C.V. (Org.). *Escola básica na virada do século: Cultura, Política e Currículo*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995, pp. 78-91.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. S.Paulo: Loyola, 1994.
- GIANINI, R.J.; LITVOC, J.; ELUF NETO, J. Agressão física e classe social. *Revista Saúde Pública*, v. 33, n.2., 11pp. Disponível em <http://scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext>. Acesso em 10 mar. 2000.
- GOHN, M.G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. S.Paulo: Cortez, 1997.

- GOMES, R. Da denúncia à impunidade: um estudo sobre a morbi-mortalidade de crianças vítimas de violência. *Cad. Saúde Pública*. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext...d>. 16pp. Acesso em 11 março 2000.
- GOMES, A.C., ARAÚJO FILHO, N.P. *Cross Training: uma abordagem metodológica*. Londrina: APEF, 1992.
- GONÇALVES, A. et al. (Org.). *Saúde coletiva e urgência em educação física e esportes*. Campinas: Papirus, 1997.
- GONÇALVES, A. et al. Saúde: do Colégio Americano de Medicina Desportiva ao GTT do Conbrace e ... de volta para o futuro. In: GOELNER, S.V. (Org.). *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento*. São Paulo, 1999, p.129-133.
- GONÇALVES, A.; PIRES, G.D.L. Educação Física e Saúde. *Motriz*, v.5, n.1, p.15-17, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Para entender o Plano Nacional de reforma agrária*. S. Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp. IE, 1999.
- GRAZIANO NETO, F. *Qual reforma agrária?: terra, pobreza e cidadania*. S.Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GREENHALGH, L.E. Justiça da "elite". *Caros Amigos*, São Paulo, n.6, out. 2000. p.14-15. Entrevista.
- GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO UFPe - UFSM. *Visão didática da Educação Física: análises críticas e exemplos práticos de aulas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.
- GUIMARÃES, A.M. *A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- JESUS, A.T. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1989.
- JORNAL DA TARDE. MST ensina a "verdadeira história do Brasil". *Jornal da Tarde*. Campinas, 06 jul. 1999.
- KENWAY, J. Educando cibercidadãos que sejam "ligados" e críticos. In: SILVA, L.H. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- KOLYNIK, H.M.R. No caminho do mito, do esclarecimento ou da barbárie? *Discorpo*, n.4, p.73-89, 1995.
- KONDER, L. *O indivíduo no socialismo*. S.Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- KUNZ, E. *Transformações didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Unijuí, 1994.
- LAURELL, A.C. Impacto das Políticas Sociais e Econômicas nos perfis epidemiológicos. In: BARATA, R.B. et al. (Org.). *Equidade e Saúde: contribuições da Epidemiologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 1997. p. 83-101.

- LOVISOLO, H. *Educação Física: a arte da mediação*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCA DAS MARGARIDAS - *informações à imprensa*. Disponível em: <http://www.politicaspublicas.com.br>. Acesso em 9 ago. 2000.
- MARCONDES FILHO, C. *Violência política*. S.Paulo: Moderna, 1987.
- MARTINS, J.S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, J.S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MATIELLO JÚNIOR, E.; GONÇALVES, A. Avaliando relações entre Saúde Coletiva e atividade física: aspectos normativos e aplicados do Treinamento Físico Militar brasileiro. *Motriz*, v.3, n.2, p.80-88, 1997.
- MATIELLO JUNIOR, E; GONÇALVES, A.; PADOVANI, C.R. Testes de aptidão física podem medir saúde? Estudo a partir de conscritos do Tiro-de-Guerra de Sorocaba, SP. *Revista da Educação Física UEM*, Maringá, v.10, n.1, p.65-72, 1999.
- MATIELLO JUNIOR, E.; GONÇALVES, A.; QUINT, F.O. *et al.* Ciências do Esporte/Saúde: como está tratada nos congressos da sociedade científica da área?. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 2000, Salvador. *Anais...O sujeito na Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Revista Ciência & Saúde Coletiva - Abrasco, 2000. v.5. p.233-234.
- MENEGHEL, S.N.; GIUGLIANI, E.J.; FALCETO, O. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cad. Saúde Pública*, v. 14, n. 2, p.1-15. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext>. Acesso em 10 mar. 2000.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.
- MINAYO, M.C.S. Apresentação. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.3, n.5, p.7, 1999.
- MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cad. Saúde Pública*, v.14, n.1, 12p., 1998.
- MINAYO, M.C.S; SOUZA, E.R. É possível prevenir a violência? *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p. 7-23, 1999.
- \_\_\_\_\_. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde*, v.4, n.3, p.513-531. Disponível em: [http://www.fiocruz.br/hscience/vol4n3/art\\_cecilia.html](http://www.fiocruz.br/hscience/vol4n3/art_cecilia.html). Acesso em 18 mar. 2000.
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; NJAINE, K. Editorial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p.4-5, 1999.
- MONTEIRO, H.L.; GONÇALVES, A. Salud Colectiva y actividad física: evolucion de las principales concepciones y praticas. *Rev. Cs. de la Activ. Física*, v.2, n.3, p.33-45, 1994.
- MONTEIRO, H.L.; FIRMINO NETO, J.L.; PADOVANI, C.A. *et al.* Aptidão física relacionada à saúde de indivíduos ativos, intermediários e sedentários de mesma atividade ocupacional. *Revista da Educação Física /UEM*, v.1, n.6, p.12-17, 1995.

MONTEIRO, H.L.; GONÇALVES, A.; PADOVANI, C.R. *et al.* Fatores sócio-econômicos e ocupacionais e a prática de atividade física regular: estudo a partir de policiais militares em Bauru, São Paulo. *Motriz*, v.4, n.2, p.91-97, 1998.

MONTEIRO, H.L.; PADOVANI, C.R.; GONÇALVES, A. Aptidão física e Saúde Coletiva de estudantes do Ensino Médio: estudo a partir de modalidades esportivas e de variáveis socioculturais. *Revista da Educação Física/UEM*, v.10, n.1, p.53-64, 1999.

MORAIS, C.S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. Caderno de Formação, 11. S.Paulo: MST, 1986.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Arte em movimento*. Manaus: Sonopress, s.d. 1 CD: digital, estéreo.

\_\_\_\_\_ *Construindo o caminho*. S.Paulo: MST, 1986.

\_\_\_\_\_ *Programa de reforma agrária*, Caderno de Formação, 23. S.Paulo: MST, 1995.

\_\_\_\_\_ Direção estadual MST/SC. *Caderno de formação para os núcleos*. S.l.: MST, 1996.

\_\_\_\_\_ *Gênese e desenvolvimento do MST*. S.Paulo: MST, 1998.

\_\_\_\_\_ *Caderno de Saúde*, 1. Brasília: MST, Setor Nacional de Saúde, 1999a.

\_\_\_\_\_ *Calendário histórico dos trabalhadores*. S.Paulo: MST, 1999b.

\_\_\_\_\_ *O que queremos com as escolas dos assentamentos*. Caderno de Formação, 18. S.l.: Setor de Educação do MST, 1999c.

\_\_\_\_\_ *Elementos para uma análise da conjuntura agrária nacional*. Documento formulado para sustentar debate em encontro dos Amigos do MST, Chapecó, SC, 2000a.

\_\_\_\_\_ *Mulher Sem Terra*. Coletiva Nacional de Gênero do MST: São Paulo, 2000b.

\_\_\_\_\_ *Ocupando a Bíblia*. Caderno de Educação, 10. São Paulo: ANCA, 2000c.

NAHAS, M.V.; CORBIN, C.B. Aptidão física e saúde nos programas de Educação Física: desenvolvimentos recentes e tendências internacionais. *Rev. Bras. Cienc. Mov.*, v.6, n.2, p.47-58, 1992.

NJAINÉ, K.; SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. *et al.* A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Cad. Saúde Pública*, 15pp.. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/fbtext>. Acesso em 10 março 2000.

NOLLAND, P.M. The effects of self-monitoring and reinforcement on exercise adherence. *RQES*, v.60, n.3, p.216-224, 1989.

NUNES, E.D. É possível prevenir a violência? *Ciência & Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p. 7-23, 1999. Discussão, p.24-25.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. Centro Colaborador da OMS para a Classificação Internacional de Doenças em Português, São Paulo, 1996. 1.191 p.

PAIM, J.S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev. Saúde Pública*, v.32, n.4, p.299-316, 1998.

- PAIVA, A.C. A Educação Física promovendo saúde na escola: uma regressão histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1999, Florianópolis. *Anais... XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Florianópolis: CBCE, 1999. p.791-795.
- PAOLI, N.J. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação*. São Paulo: Autores Associados, 1981.
- PEARCE, N. Classe social e câncer. In: BARATA, R.B. *et al.* (Org.). *Equidade e Saúde: contribuições da Epidemiologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 1997. p. 121-133.
- PENNA, M.L.F. Reflexões sobre a Epidemiologia atual. *Physis - Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.109-121, 1997.
- PINHEIRO, D.; MALHEIRO JÚNIOR, S. *Personal Trainer: um surgimento inevitável*. [www.personaltraining.com.br/opiniaio/htm](http://www.personaltraining.com.br/opiniaio/htm). Acesso em 06 abr. 2001.
- PIRES, G.D.L.; MATIELLO JÚNIOR, E.; GONÇALVES, A. Alguns olhares sobre aplicações do conceito de qualidade de vida em educação física/ciências do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.20, n.1, p.53-57, 1998.
- PLOEG, R. *Educação Popular e violência*. Disponível em <http://www.ocara.org.br/cenap/arq0002.htm>. Acesso em 09 mai. 2000.
- QUINT, F.O.; MATIELLO JÚNIOR, E. O gosto amargo do exercício como remédio nas pedagogias do medo e da culpa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1999, Florianópolis. *Anais... XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Florianópolis: CBCE, 1999. v.3. p.867-872.
- RAINHA JÚNIOR, J. *Palestra com José Rainha Júnior*. Palestra proferida na ADUEM, Maringá, 10 mar. 1997.
- RUIZ, U. *A função social da propriedade*. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br>. Acesso em 12 abr. 2001.
- SABROZA, P.C. Prefácio. In: COSTA, D.C. (Org.). *Epidemiologia: teoria e objeto*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994, p. 7-10.
- SADI, R.S. *Impactos da Regulamentação no Projeto Pedagógico Ideal para a Educação Física Escolar*. Disponível em <http://www.cev.org.br/biblioteca/artigos/reg-renatosadi.htm>. Acesso em 26 fev. 2001.
- SANTOS, D. *Direito agrário: sesmarias, terras devolutas, registro paroquial e legislação agrária*. Belém: CEJUP, 1986.
- SANTOS, S.E. *Trabalhador rural: relações de emprego*. Goiânia: AB, 1993.
- SALLIS, J.F.; HOVELL, M.F.; HOFSTETTER, C.R. Predictors of adoption and maintenance of vigorous physical activity in men and women. *Preventive Medicine*, v.21, p.237-251, 1992.
- SARAIVA, M.C. *Co-Educação Física e esportes: quando a diferença é mito*. Ijuí: Unijuí, 1999.
- SCLIAR, M. A voz das armas. *Interface - Comunic, Saúde, Educ.* 5, p.183-184, 1999.
- SERRÃO, M.I.B. *Para além dos muros da Universidade: uma proposta de formação de professores*. No prelo.

- SILVA, M.F. ; RONEI, R. *Educação Física no MST: alternativas para uma realidade diferente*. Relatório final da disciplina Prática de Ensino em Educação Física, UFSC, Florianópolis, out. 1998.
- SILVA, M.J.L. *Um aspecto da função ideológica da Escola: o currículo oculto*. Disponível em <http://www.senac.br/boletim/boltec10.htm>. 6 pp. Acesso em 18 mar. 2000.
- SILVA, M. O.S. *Refletindo a Pesquisa Participante*. S.Paulo: Cortez, 1986.
- SILVA, R.A. O Público da violência. In: SANTOS, J.V.T. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.183-198.
- SINGER, P. Os dilemas do MST. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 mai. 2000.
- SOLOMON, H. *O mito do exercício*. São Paulo: Summus, 1991.
- SOUZA, E.F. Do silêncio à satanização. *Caros Amigos*, São Paulo, v.5, n.58, p.22-23, jan. 2002.
- SOUZA, E.S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cadernos Cedes*, v.19, n.48, p.52-68, 1999.
- SOUZA, H.J. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOUZA, J.C.R.P. Comportamento sexual, DST/AIDS e uso de drogas entre conscritos do Exército brasileiro. *Arquivos Brasileiros de Medicina, BOL CBPTD supl.*, v.68, n.2, p.95-101, 1994.
- STADLER, L.G.V.; DI PIETRO, S.C. *Ampliando o universo de movimento das crianças através dos jogos com bola*. Relatório final da disciplina Prática de Ensino em Educação Física, UFSC, Florianópolis, out. 1999.
- STÉDILE, J.P. *A questão agrária no Brasil*. S.Paulo: Atual, 1997.
- STÉDILE, J.P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- STÉDILE, J.P. Terra de todos. *Caros Amigos*, São Paulo, v.4, n.39, jun. 2000. p. 30-37. Entrevista.
- SUSSER, M.; SUSSER, E. Um futuro para a epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO *et al.* (Org.). *Teoria epidemiológica hoje: fundamentos, interfaces e tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 1998. p. 256.
- TAMBELLINI, A; CÂMARA, V.M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.3, n.2, p.47-59, 1998.
- TAVARES, H. Unicamp e MST. *Folha de São Paulo*, 07 set. 1999. São Paulo, Painel do Leitor.
- TEIXEIRA, M.C.S.; PORTO, M.R.S. Violência, insegurança e imaginário do medo. *Cadernos Cedes*, v.19, n.47, 1998.
- VALENTE, E.F. *Esporte para todos?* Maceió: EDUFAL, 1997.
- VARELLA, M.D. O MST e o direito. In: STÉDILE, J.P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997, 189-208.
- VALIM, A. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. S.Paulo: Atual, 1996.

- VASQUEZ, A.S. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VEJA. *Marchando para trás*. Revista Veja, Brasil, 20 out. 1999.
- VEJA. *O Movimento dos sem causa*. Revista Veja, Brasil, 26 abr. 2000a.
- VEJA. *Sem Terra e sem lei*. Revista Veja, Brasil, 10 mai. 2000b.
- WELFORT, M.F. Educando o olhar da observação. In: Welfort, M.F. (Org.) *Observação, registro e reflexão*. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996, p.10-14.
- WYND, C.A.; RYAN-WENGER, N.A. The health and physical readiness of Army Reservists: a current review of the literature and significant research questions. *Military Medicine*, v.163, n.5, p.283-287, 1998.
- ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbpetext>. Acesso em 11 mar. 2000.
-

## ANEXOS

Anexo 1 - Trabalho publicado na Revista Adunicamp relativo ao curso  
Realidade Brasileira realizado na Unicamp (1999)

ANO I - Nº 2 - NOVEMBRO DE 1999

ENTREVISTA

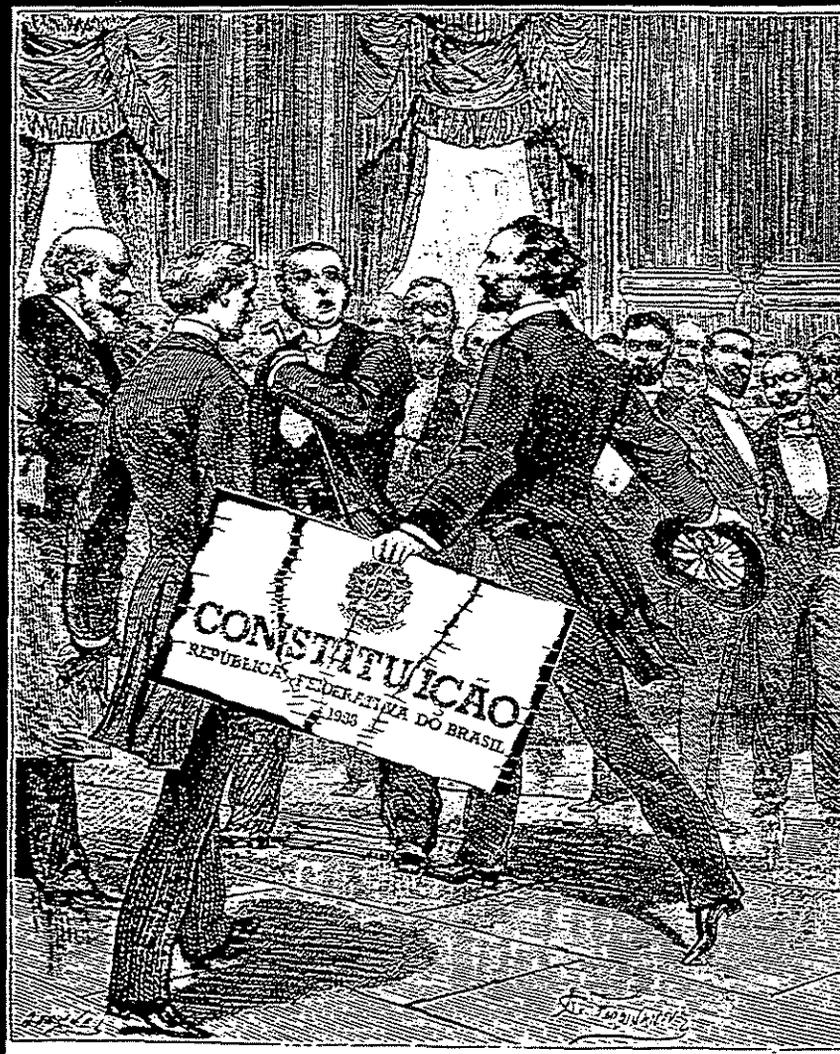
Aloysio Biondi

“O país está numa  
vergonhosa situação  
de dependência  
externa”

# ADunicamp

Associação de Docentes da Unicamp revista

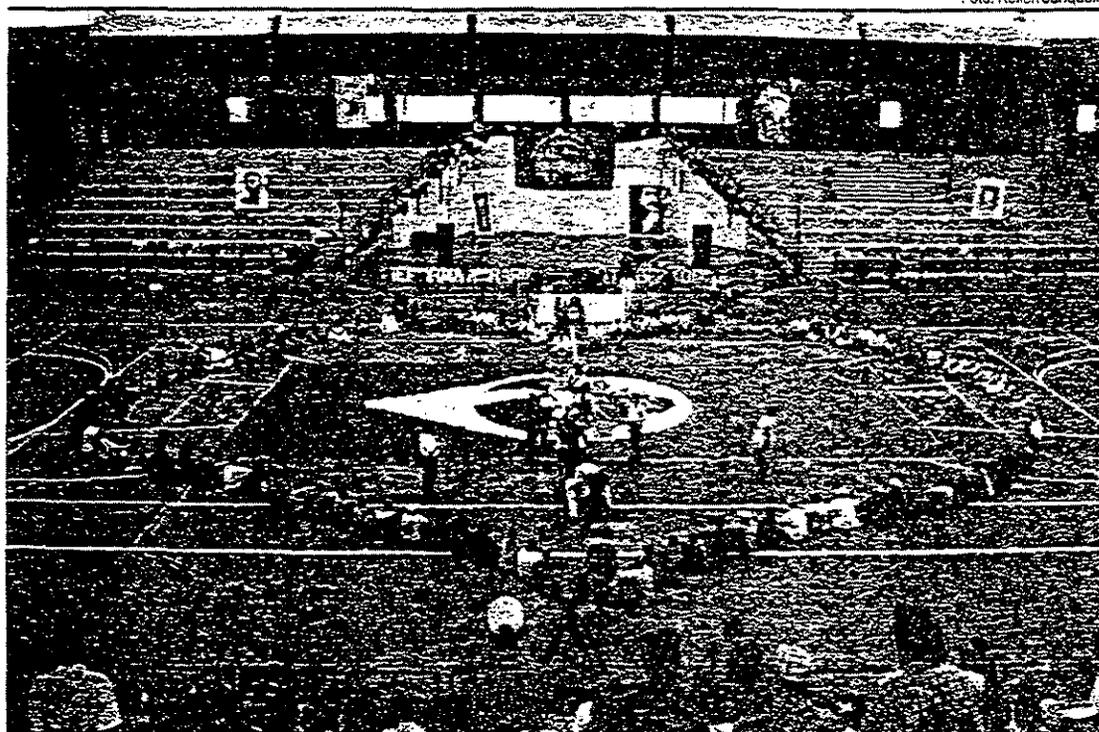
## O desmonte da Constituição



• Autonomia Universitária sob ameaça Anistia Política

# Sem-Terra na Unicamp: impressões de um universitário

Ronaldo G. Madureira



## Cena 1) Linha 3.37: Unicamp é MST

Última semana do semestre letivo na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mais precisamente 29 de junho de 1999, manhã de terça-feira, fila para o ônibus da linha 3.37: Unicamp, ... enquanto o ônibus não vinha ocupava-me em observar o tradicional corre-corre de todos.

Na minha frente, um rapaz preferiu ocupar-se com um livro, cujo título saltou aos meus olhos: *jogos cooperativos*, isto porque nas reuniões do grupo (ou espaço) AFIM<sup>1</sup> cooperação é essencial. Então me estiquei,

curvei, buscando um melhor ângulo de visão para, quem sabe, descobrir o autor ou mesmo a editora. Diante do insucesso e do eventual ridículo dos malabarismos, tomei uma atitude mais sensata:

— Desculpe-me! Esse livro é sobre cooperativismo?, perguntei sem graça.

Tinha então início uma longa história, afinal NADA É POR ACASO.

O nome do jovem é Edgard, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-graduando da Faculdade de Educação Física da Unicamp (FEF) e agente social que

desenvolve atividades junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Feliz coincidência, pois no dia anterior a este “casual” encontro, a professora Suzi, coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais da Unicamp (LUME), solicitava-me referências de pessoas ligadas ao MST, visando a um intercâmbio cultural entre Universidade e movimentos sociais.

Mas até aí nada de extraordinário, seria apenas uma coincidência não tivesse o Edgard me dado a notícia bombástica: “Em três dias estarão chegando à *Unicamp 1.200* (um mil e

duzentos) jovens do MST para um curso de dez dias de duração.” O detalhe: um evento desta magnitude e “ninguém” sabendo. Digo “ninguém” porque, com exceção da Reitoria e de alguns poucos professores, todos os demais de uma comunidade universitária, cerca de 30 mil pessoas, ignoravam o fato; nenhuma nota nos boletins da Unicamp ou nos jornais, nenhum comunicado à Associação de Pós-Graduandos (APG)<sup>2</sup>, nenhum dos informadíssimos participantes do AFIM sabendo etc.

À noite, na mesma terça-feira, Edgard esteve na reunião do AFIM, umas 15 pessoas estavam presentes. Apresentou-se e logo contou a novidade. A exemplo do que acontecera comigo naquela manhã, todos ficaram de queixos caídos. Não se tratava do encontro de 2, 10 ou 100 militantes do MST, mas sim de 1.200 jovens do movimento, *estávamos diante de um acontecimento sem precedentes nos 15 anos do MST e na história da Universidade*, tradicionalmente distante dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que perplexos, sorriamos com a notícia, era no mínimo a maior surpresa do ano para nós que há meses vínhamos discutindo o papel da Universidade e da Extensão Universitária. Mas a história só estava começando.

### Cena 2) O convite e as pessoas “afim”

Edgard estava numa situação difícil: a uma semana do evento fôra chamado pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP (FEF) para organizar e coordenar as atividades de recreação com os 1.200 jovens do MST, contando com a colaboração de mais três alunos de Educação Física.

Mas na reunião, no AFIM, ele percebeu a predisposição das pessoas a participar, ajudar, *construir juntos*. Perfeito! Convidou-nos então para integrar uma equipe, juntamente com o grupo da Educação Física. Caberia a esta equipe o desenvolvimen-

to de atividades de esporte, lazer e recreação para aqueles 1.200 jovens, um desafio que nos despertou às portas do mês de julho. Não sabíamos exatamente como poderíamos ajudar, éramos físicos, engenheiros, biólogos, químicos etc., mas estávamos *afim* e isso nos unia e nos movia.

Em breve, viveríamos fortes emoções que enriqueceriam nossas experiências de vida e nossa visão e compreensão dos movimentos sociais.

### Cena 3) O convívio e a descoberta de um outro MST”

Durante cerca de dez dias, tivemos a oportunidade de conviver com cerca de 1.200 jovens do meio rural de todo o país, jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Foi importante para conhecermos e sentirmos verdadeiramente um pouco mais deste movimento organizado da sociedade, posto que o contato que geralmente temos é virtual (TV, jornais, revistas) ou, quando muito, de pessoas presas a convicções ideológicas e que descrevem de forma parcial sua visão do MST.

Obviamente não se tem, nem se teve, a ilusão de que em menos de dez dias de contato, dentro do campus da UNICAMP, seria possível conhecer profundamente o MST, esgotar as dúvidas e curiosidades etc. Contudo estava claro que estaríamos mais próximos da realidade convivendo com eles naqueles dias, conversando, almoçando, dançando, sentindo, do que “ligados na telinha” ou digerindo textos dos grandes jornais do país.

Por falar em texto, este é ainda uma leitura pessoal minha sobre o curso do MST na UNICAMP, não correspondendo necessariamente a visão dos demais participantes, suas percepções ou entendimentos. Contudo, espera-se que possa contribuir para novos diálogos sobre o tema e para a construção de uma idéia mais real deste importante e polêmico movimento social.

Foram dez dias do Curso: “Realidade Brasileira” para jovens do meio rural, contando com 1.200 jovens de todo o país, filhos de trabalhadores rurais (posseiros, assentados ou acampados). *A maioria deles nunca havia entrado em uma universidade pública, tampouco privada, aliás, talvez nunca entrassem não fosse este curso*. Muitos não conheciam o sistema de descarga do sanitário, em que se aperta um botão. Eram na maioria simples, mas não confundam com miseráveis. Eram trabalhadores do campo e, em geral, organizados em sistemas de cooperativas. Impressionou-me o grau de informação desta juventude rural, são politizados, entendem de economia mais do que a média dos jovens que conheço e comunicam-se muito bem. Claro que também havia semi-analfabetos, aliás vi com admiração um deles ter sido escolhido para ler uma questão dirigida a Leonardo Boff, em palestra no sábado, *sua dificuldade sucumbiu diante do tripé coragem, paciência e persistência*.

### Jogos Cooperativos: um basquete para 1.200 jogarem

A solicitação da Organização do evento ao Edgard era de que realizasse uma simples “malhação” como atividade de Educação Física, nos finais das tardes, após os cursos e palestras. Contudo, como profissional da área, Edgard sabia que o papel da Educação Física ia muito além da “malhação” e poderia ser instrumento para mostrar e desenvolver as formas de se relacionar de uma população a partir da sua cultura.

Apesar das dificuldades e incertezas sobre o tempo que nos sobraria nos finais das tardes, sobre a estrutura e o *layout* da quadra a cada dia, sobre o comportamento daqueles 1.200 jovens, além das dificuldades de comunicação em função do som/acústica no ginásio, prevaleceu a vontade de construir com eles o melhor e optou-se pelo desafio maior, algo mais

significativo e elaborado que a “malhação”.

Partindo da cultura das comunidades assentadas do MST, caracterizada pelo cooperativismo como princípio, passamos a repensar as práticas esportivas. Segundo o próprio Edgard, nos assentamentos é comum a criação de novas regras para os jogos e brincadeiras para que mais pessoas possam participar. Novas regras reinventam os jogos, possibilitando, por exemplo, a participação de mulheres ou motivando aqueles menos privilegiados fisicamente a também jogarem. Se nos jogos tradicionais, dentro da cultura capitalista, a ênfase é na competição e no individualismo extremado, nos assentamentos e acampamentos rurais a ênfase é na cooperação e na solidariedade.

Um bom exemplo foi o basquete que desenvolvemos com eles. Edgard apresentou-lhes o problema: no basquete tradicional apenas 10 pessoas jogam (cinco de cada lado), e, normalmente, os “baixinhos” são excluídos.

A partir destes elementos, fomos juntos criando novas regras, tal que mais e mais pessoas pudessem participar: as cestas de basquete já não eram mais fixas, tampouco inanimadas, passaram a ser formadas por dez pessoas de braços entrelaçados e, ainda, poderiam ser mais de duas cestas, conforme o número de pessoas que fossem participar. Os “baixinhos” poderiam jogar de braços dados com os “grandões”, tal que na média o resultado fosse um jogador em condições de *competir cooperativamente*. *A competição era como uma pitada de sal temperando e motivando o prato principal: a cooperação*.

As “cestas corriam” dos jogadores e as bolas, várias, eram de borracha macia, para não machucar. Foi divertido e muitas pessoas que estavam nas arquibancadas puderam descer e participar do jogo.

Que aprendizado!

### A paciência e o respeito

Imagine o que é acordar entre 6 e 7 horas da manhã depois de uma “longa noite (gelada) de poucas horas de sono” e ainda passar o dia sentado atento a cursos e palestras, apesar da péssima acústica no ginásio. Já imaginou o desgaste e o estresse físico e mental? Pois duas horas sentado me bastaram para comprovar a minha fraqueza e a vitalidade, a paciência e o respeito daquela gente do campo que, ao final de cada dia, nos recebia sorrindo e atenta às nossas orientações. *Nos dispusemos a dar o melhor de nós àqueles jovens. Pretensão! No final muito mais recebemos e aprendemos com eles do que podemos dar de nós.*

#### Farmácia viva: a sabedoria popular e a relação com a natureza

Estava empolgado com mais um final de tarde que passaria junto aos jovens do MST. O nosso grupo iria se reunir às 16 horas para definir as atividades com os jovens após as 17 horas. Contudo já eram 16 horas e eu ainda não fizera a barba... na pressa acabei cortando o nariz, que sangrava sem parar. Percebi que arrancara uma porção circular da pele. Para não atrasar ainda mais, coleí pedaços de fita adesiva, contendo a sangria desatada e fui ao ginásio. Chegando lá fui logo procurar um atendimento de primeiros socorros e, então, dirigiram-me à mesa de atendimento da “Farmácia viva”, projeto do MST que desenvolve uma série de medicamentos naturais a partir do conhecimento da população rural e de princípios da medicina homeopática e natural.

Já lamentava a certeza do casção que se formaria e da provável cicatriz, quando foi-me entregue uma espátula de madeira contendo uma cera amarelada, uma receita natural, fácil, sem segredos, acessível: aroeira, mel e óleo de oliva. Ao passar a cera sobre o corte imediatamente o sangue estancou e poucas horas depois notei que não estava ocorrendo a for-

mação de casção e sim uma impressionante e rápida reconstituição do próprio tecido. No dia seguinte, com o nariz novo, procurei a “Farmácia viva” novamente e peguei o endereço para posteriores contatos sobre trabalhos medicinais desenvolvidos nos assentamentos, de quebra tomei um xarope de mel, alho e limão para combater a gripe conquistada na festa da noite anterior. Que festa? Veja a seguir!

#### Arte, beleza e vida da cultura popular do meio rural

Sua gente simples, cheia de sabedoria e sensibilidade, nos emocionava a cada surpresa que nos apresentava: das *místicas*,<sup>3</sup> que mostravam a riqueza da cultura popular brasileira, à Farmácia viva com suas receitas populares de remédios naturais, expressando a capacidade de desenvolvimento da população diante das dificuldades.

Grupos de jovens, de cada estado, prepararam apresentações artísticas, tais como poesias, músicas e danças típicas de seus estados de origem, e apresentaram uns aos outros na noite do dia nove de julho. Foi uma confraternização festiva que integrou ainda mais os jovens e nos mostrou a beleza existente na diversidade do nosso país.

A arte, a criatividade, a beleza e o carinho estavam presentes em cada arranjo e, a cada dia, havia uma novidade para admirarmos. Tudo isto parece me comprovar que a arte e a cultura realmente transcendem a ciência e a tecnologia.

#### Cena 4) Apreensão: o modelo cubano, de Che a Fidel: politização ou doutrinação dos jovens?

Claro que nem tudo foram flores. Tive dúvidas e me assustei em alguns momentos do encontro.

Entendo que a formação de jovens deve ter como norte formar agentes sociais, isto é, cidadãos capazes de serem críticos, propositivos e realizadores. Capazes de analisar situações e decidir conscientemente, ter

Fotos: João Zinclair



flexibilidade para dialogar e, ao mesmo tempo, princípios básicos sólidos.

Logo, é importante conhecer a história política e econômica mundial, tal que se permita uma investigação imparcial das limitações e distorções dos diversos modelos político-econômicos. Ou seja, além do capitalismo, abordar também criticamente os demais sistemas, até mesmo as respostas que alguns modelos de socialismo não conseguiram dar em alguns países. Tudo isto é fundamental para que se possa desenvolver um modelo mais adequado ao nosso país e à nossa sociedade.

Por várias vezes, estavam sendo apontadas as virtudes de Che e as conquistas sociais de Cuba. Fidel era sempre lembrado com admiração, e as revoluções também. Estava faltando contextualizar a realidade brasileira e o momento histórico atual.

Entendo que era preciso colocar que o caminho para a revolução

pode ser dispensável, inoportuna e até trágica para toda a sociedade.

Assim, é fundamental analisar, entender e relativizar cada momento histórico. Faltava frisar que hoje, no Brasil, cabe uma luta com outras armas: palavras, participações, mobilizações, propostas, realizações, exemplos. No nosso país ainda é necessário ampliar e democratizar as formas de comunicação com a população tal que ela conheça as reais propostas e práticas dos movimentos sociais e, a partir da conquista do apoio popular, consiga-se aprofundar as transformações sociais necessárias ao país.

Para completar minhas apreensões, à noite, ao chegar no departamento em que trabalho na UNICAMP, encontro uma amiga cubana que está fazendo pós-graduação. Tive com ela uma longa conversa sobre Cuba, seu regime político e a situação atual da ilha.

Minhas perturbações aumen-

taram. social, que se deseja hoje no Brasil, é pela via democrática, por meio da democracia representativa e, principal e fundamentalmente, por meio da democracia participativa. Que essa transformação social depende da transformação interna de cada um e da conquista da simpatia e do apoio popular.

Era impressionante, a meu ver, colocar para aqueles jovens que embora num dado momento histórico alguma revolução armada possa ter sido importante e necessária, como a de Cuba, em outro ela

taram.

### Cena 5) Palavras de frei Beto: o alívio providencial

No dia seguinte, logo cedo, fui à palestra de frei Beto e pude sorrir aliviado. Ele foi eloquente sobre o não armamento do MST e sobre a compreensão dos momentos históricos. Pela ampla receptividade dos jovens ficou claro que a juventude do movimento esta ciente desta realidade.

Assim, não acho possível falar deste curso sem comentar as palavras de frei Beto. Poucas palestras me impressionaram tanto em minha vida. Somente uma pessoa tão espiritualizada e com tamanha vivência poderia situar tão bem um movimento popular tão fundamental para a transformação social do nosso país. *Não era um discurso puramente racional, suas palavras tinham sentimento, pareciam vir da relação entre o coração (sentir) e a mente (mentar) ou, quem sabe, da própria alma, tal que nos tocava lá dentro.* Foi a primeira vez que o ouvi e já sou seu "fã de carteirinha".

Frei Beto colocou-nos que o MST é hoje, sem dúvida, o movimento popular mais importante para o país. Daí ser fundamental que seus militantes sejam conseqüentes, eficazes e profundos em seus atos, sem romantismos, egoísmos, precipitações ou arrogância. Tal que além de terras conquistem também corações e mentes, pois o apoio popular é imprescindível na transformação social pretendida. Isto por meio do diálogo e mantendo seus princípios, pois atualmente não cabe nenhum tipo de manifestação armada que, aliás, é o pretexto que muitos esperam para poder cair sobre o movimento.

*Eu quero ir devagar porque eu tenho muita pressa*

*(frase de Betinho, lembrada por Frei Beto em sua palestra no Curso com Jovens do MST na UNICAMP, 10/7/99)*

Mais profundamente, a razão do

fracasso de lutas é a falta de autênticos valores. Não basta que os valores sejam ideológicos, eles precisam ser fundamentalmente subjetivos. Ou seja, a transformação da sociedade é primeiro interna, em cada cidadão.

Em suma, o problema está dentro e a revolução é interna. Como disse frei Beto, um revolucionário pode perder tudo, exceto a moral. E, ainda, é preciso abandonar o "homem velho" e a "mulher velha" que estão dentro de nós e descobriremos o "homem novo" e a "mulher nova".

Nessa direção, Leonardo Boff propôs, em sua palestra na parte da tarde, que cada um supere suas discriminações, rejeições e antipatias e se relacione em casa, com a família, com os amigos, participando e desenvolvendo tarefas e responsabilidades; sendo um cidadão ativo e crítico e não "massa de manobra". Algo análogo a uma "revolução molecular" e explica: o elemento básico da vida é a célula (indivíduo) que se relaciona com outras células, troca energia, nutrientes, partilha "informações" etc., gerando o movimento, a vida. Então, o todo (sociedade), que se quer construir, vai depender basicamente da reconstrução de cada célula (indivíduo).

Maravilha! Assim seja!

#### Cena 6) Encerramentos e renascimentos

Último dia, segunda-feira, 12 de julho. Cerimônia de encerramento. Fui; precisava dar um abraço, agradecer, nem que fosse apenas estando presente. No caminho encontrei um grande amigo, Antônio Carlos de Castro, e o convidei a ir comigo. Quando chegamos iniciava-se a cerimônia oficial de encerramento. Na mesa o Reitor, o presidente da Associação de Docentes da UNICAMP e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP.

No centro da quadra do ginásio, no piso, uma grande bandeira, formada por flores. Mais tarde viria a saber que a bandeira fora construída pelos jovens no começo da manhã,

durante uma mística, sendo que a metade vermelha e branca da bandeira fora construída por jovens representando o MST e a outra metade, verde, construída por jovens caracterizados de índios, representando essa etnia brasileira. No ponto central da quadra, unindo as duas metades da bandeira, estava o símbolo da UNICAMP, que originalmente lá já se encontrava.

Ainda assim, depois das falas, pudemos presenciar uma outra apresentação artística dos jovens que, de mãos dadas, formaram um gigante coração em torno da bandeira de flores. *Pensei que aqueles jovens fizessem arte... na verdade eles são arte.* Antônio Carlos emocionou-se (eu também).

De minha parte fica o desejo de que o movimento consiga integrar a população em torno da construção de uma nova sociedade, através da perseverança, dos exemplos, da cooperação, da competição solidária, da tolerância, da beleza, na luta pacífica e, com as palavras de frei Beto, a partir do "novo homem" e da "nova mulher" que existe em cada um de nós.

Enfim, sinto que esta história está só começando.

#### Agradecimentos:

Ao Edgard Matiello Jr. pela confiança, pelo convite e pela paciência. Em nome do AFIM obrigado também pelo livro que nos presenteou: *Jogos Cooperativos* (até então eu desconhecia o poder do meu olho gordo)

Aos amigos que compartilharam esta história: Daniel, Dirce, Eden, Elcio, Gislene, Kellen, Larissa, Marcelo, Nury, Rosi, Sandro, Smurphy, Valéria, Vanessa e Vivian: aquele abraço!



À Organização pela oportunidade que nos deu de conhecer o movimento, sua gente simples, cheia de sabedoria e beleza, com quem pudemos aprender sobre vida, a cooperação e o respeito.

Aos 1.200 jovens do meio rural de todo o país que aqui estiveram. Vocês no emocionaram. Depois das longas noites frias no ginásio da UNICAMP, das muitas horas de cursos e palestras ao longo de cada dia e da fome que já os chamava para o refeitório, vocês nos recebiam ao final das tardes com carinho e paciência para as atividades de Educação Física. Respeitando o trabalho que nos dispusemos a construir com vocês, participavam com dedicação e ainda mantinham o bom humor. Até há pouco me perguntava como isto era possível para quem não tem que se nada; foi então que descobri que vocês têm TUDO... vocês têm VONTADE.

Fraternalmente,

Ronaldo G. Madureira é pós-graduando da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP e presidente da Associação de Pós-Graduandos.

<sup>1</sup> Espaço aberto para que pessoas da Universidade, ou não se reúnem para dialogar sobre temas, que variam semanalmente conforme as pessoas vão sugerindo, bem como trocar informes e experiências, especialmente as de cunho sócio-comunitárias e de extensão universitária.

<sup>2</sup> Entidade representativa dos cerca 10 mil pós-graduandos da Unicamp, da qual eu era o presidente.

<sup>3</sup> Atividades artísticas e culturais (teatro, artesanato, criações musicais, poesias etc.).

Anexo 2 - Matéria publicada pelo Jornal de Santa Catarina (9/6/98) sobre ocupação realizada nas proximidades de Joinville, SC

## Geral

JORNAL DE SANTA CATARINA/Terça-feira, 09 de junho de 1998

### REFORMA AGRÁRIA

# MST cobra vitória em área invadida

**Incrá vai intermediar hoje, na Capital, uma solução para fazenda ocupada no sábado**

JOINVILLE - O desemprego está ajudando a engrossar as fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Grande parte das 300 famílias invasoras da fazenda Santa Catarina, em Pirabeiraba, foi arrematada na periferia de várias cidades da região Norte. O cadastro chega a 870 famílias. "Somos uma opção de dignidade para esse pessoal sem futuro", brada Dilson Barcelos, da coordenação estadual do MST. Na manhã de hoje, representantes dos sem-terra e advogados dos proprietários da área ocupada leram um acordo na sede do Incra, em Florianópolis. O MST aceita deixar a fazenda caso o Incra realize uma vitória na área. Se não houver acordo, a Justiça deverá

conceder a reintegração de posse. Independente da decisão judicial, os colônos, em conjunto com famílias sem-terra de Joinville, deverão realizar uma manifestação no próximo dia 26. O grupo vai aproveitar a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso para cobrar urgência na reforma agrária e combate ao desemprego.

Desde outubro do ano passado, o MST vem anunciando a intenção de reforçar a aração no Norte. No mês seguinte, 50 famílias invadiram a Fazenda Corredeiras. A área está em processo de desapropriação e os sem-terra já iniciaram o plantio. Paralela à ocupação, lideranças do MST percorreram dezenas de vilas na periferia de Joinville, Itajaí, Blumenau, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul. Os próprios dirigentes admitem os riscos da estratégia. (Agência RBS)



Engrossando fileiras: invasores da Fazenda Santa Catarina foram arrematados na região

### EDUCAÇÃO

## Formandos reclamam do Provão do MEC

BLUMENAU - A delegacia estadual do Ministério da Educação e Cultura (MEC) ainda não possui o número de abstenção no Provão das universidades federais realizado domingo à tarde. O Provão aplicado pelo MEC é obrigatório para a retirada do diploma. Na Furb foram avaliados os cursos de Administração, Direito, Letras, Matemática e engenharias Civil, Industrial Elétrica e Química. Na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) o índice de faltas foi de 31% nas provas de Administração, Jornalismo e Matemática aplicadas pelo Instituto Cesgranrio. Também fo-

ram examinados os cursos de Direito, Odontologia e Letras - estes pela Fundação Carlos Chagas.

Os formandos da Furb consideraram o exame complicado. Paulo Winkler, 23 anos, está se formando em Direito e não se importou de fazer a prova, porém acredita que o Provão não tem condições de avaliar o curso, porque não abrange todo conteúdo estudado em todo o currículo. Alfredo Scotini, 60, que também irá se graduar em Direito concorda: "Não dá para avaliar cinco anos de curso em 40 questões". Scotini reclamou que as perguntas não estavam

claras.

Na Univali, os formandos de Administração foram os que mais faltaram - 125, seguidos de 13 do Jornalismo. As provas aconteceram no Colégio Estadual Nilton Kucker e não houve manifestações explícitas contra o exame do MEC. Ao contrário, o repúdio foi individual e partiu de grupos isolados. Alguns acadêmicos do Curso de Jornalismo da Univali cruzaram os braços e deixaram as salas após expirar o tempo mínimo de permanência: 1h30min.

## CONTINHA ESPINDOLA

### 1 ANO DE SAUDADE

FAZ UM ANO QUE TUA AUSÊNCIA NOS ACOMPANHA, MAS TEU EXEMPLO DE VIDA NOS DÁ FORÇA PARA CONTINUARMOS A CAMINHADA. AS LEMBRANÇAS TÃO DOCES E FELIZES, A GRANDE ALEGRIA DE PODERMOS TER CONVIVIDO CONTIGO, QUE SEMPRE FOSTES TÃO ESPECIAL E MEIGA.

Anexo 3 - Editorial do Jornal Folha de São Paulo a respeito do curso Realidade Brasileira desenvolvido pelo MST em parceria com a Unicamp

## CONFUSÃO DE TAREFAS

O auxílio prestado pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, para a realização de curso de formação de lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é inaceitável. Trata-se de inobservância da isenção do Estado em relação a movimentos políticos; do desvio de função e recursos de uma instituição pública; de chancela a uma organização que não se peja em afirmar que é franca adepta de ilegalidades.

Não é função do Estado — e a Unicamp é mantida pelo dinheiro público — estimular ou ajudar financeiramente organizações político-partidárias. Pior, a Unicamp como que avaliza a propaganda de ilegalidades.

Há muito ficou evidente que o MST não atua apenas em seu terreno de origem — cobrar do governo uma melhor e mais justa distribuição de terras; que se tornou um grupo político extraparlamentar que não preza o regime legal. O MST invade propriedades, ocupa edifícios públicos e lança

ameaças de violências várias, mesmo de morte. É no desprezo das regras da democracia que forma seus militantes. É para tal tipo de educação que os contribuintes, por meio da Unicamp, estão à revelia colaborando.

A universidade tem, é óbvio, autonomia para, por exemplo, realizar eventos que se proponham a compreender os movimentos sociais. A excelência desse tipo de instituição vem muito do fato de, nelas, estar garantida a liberdade de investigação, ancorada nos interesses acadêmicos. Mas, também é óbvio, não é disso que se trata no caso da ajuda ao MST.

O que está em questão é simplesmente o arbitrário abuso de recursos e do nome de uma instituição pública para financiar um grupo particular, político e contumaz no desrespeito aos direitos constitucionais desse mesmo público que o financia, por decisão unilateral da Unicamp.

Anexo 4 - Carta publicada na coluna Painel do Leitor de autoria do Reitor da Unicamp, sobre matérias da Folha de São Paulo a respeito do curso Realidade Brasileira

### Unicamp e MST

“Em relação à reportagem ‘Unicamp ajuda MST a formar ‘líderes’ (Brasil, ontem), esclarecemos:

- que uma das tarefas da universidade, além de oferecer ensino gratuito e de qualidade e pesquisa de ponta, é ampliar as frentes de interação entre a universidade e a sociedade;

- que os cursos de extensão são uma forma de concretizar esse objetivo;

- que o curso ‘Realidade Brasileira’ se encaixa perfeitamente nesse espírito, com um adendo: trata-se de uma parceria, entre uma universidade pública e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social legítimo e organizado;

- que a universidade se abre para 1.200 jovens vindos de 22 Estados, que provavelmente jamais teriam a oportunidade de pisar, como estudantes, num campus universitário;

- que o evento é uma parceria entre o MST e a Unicamp, com ônus financeiro mínimo para a universidade, que somente está oferecendo alojamento (precário, diga-se de passagem, pois nem é sequer alojamento, mas simplesmente o ginásio de esportes, onde os jovens dormem em colchonetes que eles mesmo trouxeram) e subvencionando parte do custo das refeições;

- que o MST está custeando o alimento e a Unicamp entra só com o equipamento e trabalho do restaurante, ocioso no período de férias;

- que temos orgulho em receber esses jovens e que se trata de uma aproximação necessária entre a universidade e a sociedade.”

Hermano Tavares, reitor da Unicamp (Campinas, SP)

Nota da Redação — A informação de que a Unicamp está sendo responsável pelo alojamento e pela alimentação de todos os participantes do evento foi dada pela assessoria de imprensa da universidade.